



INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

MARIA GABRIELLA ALVES PEREIRA

**A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MUNDIAL E DA INDICAÇÃO DE
PROCEDÊNCIA SUL DA BAHIA À LUZ DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**

Jequié-BA

2025

MARIA GABRIELLA ALVES PEREIRA

**A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MUNDIAL E DA INDICAÇÃO DE
PROCEDÊNCIA SUL DA BAHIA À LUZ DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do título de Mestre em Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT – Ponto Focal IFBA, Jequié-BA.

Orientador: Dr. Marcelo Santana Silva
Coorientadora: Dra. Ângela Maria Ferreira Lima

Jequié-BA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA, COM OS
DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

P436i Pereira, Maria Gabriella Alves

A indicação geográfica e o desenvolvimento sustentável: uma análise da produção científica mundial e da indicação de procedência sul da Bahia à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) / Maria Gabriella Alves Pereira; orientador Marcelo Santana Silva; coorientadora Ângela Maria Ferreira Lima -- Jequié, 2025.

154 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - PROFNIT) -- Instituto Federal da Bahia, 2025.

1. Cacau. 2. Desenvolvimento regional. 3. Indicação geográfica. I. Silva, Marcelo Santana, orient. II. Lima, Ângela Maria Ferreira, coorient. III. TÍTULO.

CDU 633.74



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO

A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MUNDIAL E DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA SUL DA BAHIA À LUZ DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

MARIA GABRIELLA ALVES PEREIRA

Produto(s) Gerado(s): Relatório Técnico Conclusivo

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santana Silva
Coorientadora: Profa. Dra. Ângela Maria Ferreira Lima

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Santana Silva
Orientador – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Profa. Dra. Ângela Maria Ferreira Lima
Coorientadora – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Profa. Dra. Ana Paula Trovatti Uetanabaro
Membro Interno – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Profa. Dra. Andréa da Silva Gomes
Membro Externo – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Srº Me. Cristiano de Souza Sant'Ana
Membro Externo Mercado – Associação Cacau Sul Bahia(ACSB)

Prof. Dr. Luis Oscar Silva Martins
Membro Interno Suplente – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 19/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO SANTANA SILVA, Docente da Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação**, em 23/03/2025, às 13:03, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA MARIA FERREIRA LIMA, Docente da Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação**, em 23/03/2025, às 16:51, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Trovatti Uetanabaro, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 13:07, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Oscar Silva Martins, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 15:11, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa da silva gomes, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 19:11, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano de Souza Sant'Ana, Usuário Externo**, em 03/04/2025, às 15:57, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4057079** e o código CRC **B112634B**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força e perseverança em cada passo dessa caminhada.

Ao meu orientador, Dr. Marcelo Santana Silva e à minha coorientadora, Dra. Ângela Maria Ferreira Lima, por acreditarem em meu trabalho, pela dedicação à ciência e pela orientação cuidadosa. Sou imensamente grata pelo conhecimento compartilhado, pela confiança e pelo compromisso com uma docência de excelência, pautada na ética, no respeito e na qualidade acadêmica.

À minha mãe, meu exemplo de amor e força. Obrigada por sua dedicação incansável, por ter acreditado em mim e por lutar para permanecer conosco. Não seria possível sem você.

Ao meu irmão, meu porto seguro, cuja presença é um lembrete constante do amor e da bondade. Obrigada pelo apoio incondicional e por me fazer sentir amada e forte em casa desafio.

Ao meu grande amigo Gilton, que esteve ao meu lado em cada etapa, desde à leitura do estudo até a presença constante em apresentações e ensaios.

A Felipe, meu companheiro de vida, que me trouxe paciência e compreensão nos momentos mais desafiadores desta trajetória.

Ao meu grupo de pesquisa, pela troca de ideias, pelo acolhimento e pela parceria ao longo dessa jornada. À banca avaliada, cujas contribuições valiosas que enriqueceram esta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (edital n. 40/2022/Humanidades) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB (Processo nº 084.0508.2023.0001660 – 82), pelo apoio financeiro essencial à realização deste trabalho.

À FORTEC – Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, proponente do PROFNIT, e à CAPES, por viabilizarem minha formação.

Aos produtores de cacau do sul da Bahia, cuja sabedoria e trabalho árduo foram inspiração e contribuição essencial para este estudo. Ao Centro de Inovação do Cacau e à Associação Cacau Sul da Bahia, na pessoa de Cristiano Sant'anna, pela parceria e pelo apoio inestimável.

PEREIRA, Maria Gabriella Alves. **A Indicação Geográfica e o Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise da Produção Científica Mundial e da Indicação de Procedência Sul da Bahia à Luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2025. 154 f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Instituto Federal da Bahia, Jequié, 2025.

RESUMO

A Indicação Geográfica, ativo de Propriedade Industrial normatizado pela Lei Federal nº 9.279/96, compreende as modalidades de Indicação de Procedência e Denominação de Origem, com o objetivo de valorizar produtos e processos vinculados a territórios específicos, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável. No entanto, há uma lacuna na avaliação dos impactos da IG no Brasil, especialmente no estado da Bahia. Diante disso, este estudo busca avaliar os impactos econômico, social e ambiental da Indicação de Procedência das amêndoas do cacau localizadas no Sul da Bahia, em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Para atingir esse objetivo, a pesquisa adotou uma abordagem aplicada e exploratória, baseada em três metodologias principais. A primeira etapa envolveu pesquisa bibliométrica, identificando a produção científica sobre IG e Desenvolvimento Sustentável. A segunda utilizou a metodologia bola de neve para mapear dados da produção cacauzeira na região, coletando informações junto a produtores, especialistas e entidades do setor. A terceira etapa aplicou a Metodologia de Avaliação de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais para Indicações Geográficas da Embrapa Uva e Vinho, a partir da qual foram analisados avanços e desafios da IG na região. Os resultados revelaram um crescimento na produção científica sobre IG, especialmente relacionada à conservação ambiental e valorização cultural, mas também evidenciaram a escassez de pesquisas no Brasil. A análise da produção cacauzeira indicou que os picos de colheita ocorrem nos meses de julho e novembro, concentrados em 12 dos 83 municípios estudados. A avaliação de impactos, baseada em entrevistas com produtores, apontou avaliações moderadamente positivas, como aumento do faturamento, valorização das terras e maior preocupação ambiental. No entanto, o estudo também identificou limitações no impacto efetivo da IG, seja pelo baixo uso do selo, seja pelas condições econômicas favoráveis da venda de cacau nos últimos anos, que reduziram a percepção de necessidade da certificação. Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas e estratégias de fortalecimento da IG, a fim de potencializar seus benefícios para o desenvolvimento sustentável no Sul da Bahia.

Palavras-Chave: Cacau; Desenvolvimento Regional; Indicação Geográfica.

PEREIRA, Maria Gabriella Alves. **Geographical Indication and Sustainable Development: An Analysis of World Scientific Production and the Southern Bahia Indication of Origin in the Light of the Sustainable Development Goals.** 2025. 154 f Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Instituto Federal da Bahia, Jequié, 2025.

ABSTRACT

Geographical Indication, an Industrial Property asset regulated by Federal Law No. 9.279/96, comprises the modalities of Indication of Origin and Denomination of Origin, with the aim of valuing products and processes linked to specific territories, promoting sustainable territorial development. However, there is a gap in the evaluation of the impacts of GIs in Brazil, especially in the state of Bahia. In view of this, this study seeks to assess the economic, social and environmental impacts of the Indication of Origin for cocoa beans located in the south of Bahia, in convergence with the United Nations' Sustainable Development Goals. To achieve this objective, the research adopted an applied and exploratory approach, based on three main methodologies. The first stage involved bibliometric research, identifying scientific production on GI and Sustainable Development. The second used the snowball methodology to map data on cocoa production in the region, collecting information from producers, specialists and sector organizations. The third stage applied Embrapa Uva e Vinho's Methodology for Evaluating Economic, Social and Environmental Impacts for Geographical Indications, which was used to analyze the progress and challenges of GIs in the region. The results revealed a growth in scientific production on GIs, especially related to environmental conservation and cultural valorization, but also highlighted the scarcity of research in Brazil. The analysis of cocoa production indicated that harvest peaks occur in July and November, concentrated in 12 of the 83 municipalities studied. The evaluation of impacts, based on interviews with producers, pointed to moderately positive evaluations, such as increased revenue, land appreciation and greater environmental concern. However, the study also identified limitations in the effective impact of the GI, either due to the low use of the seal, or due to the favorable economic conditions of cocoa sales in recent years, which have reduced the perception of the need for certification. In this way, the research reinforces the need for public policies and strategies to strengthen the GI in order to maximize its benefits for sustainable development in southern Bahia.

Keywords: Cocoa; Geographical Indication; Regional Development.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Evolução da Proteção das Indicações Geográficas no Brasil.....	25
FIGURA 2	Elementos para o reconhecimento da Indicação Geográfica	26
FIGURA 3	Ícones de representação dos ODS.....	31
FIGURA 4	Indicações Geográficas por região no Brasil de acordo com os dados do INPI, em fevereiro/2025.....	37
FIGURA 5	Proporção de IP e DO no Brasil (2025)	39
FIGURA 6	Espécies de cacau plantados no Sul da Bahia.....	43
FIGURA 7	Sistema cabruca em propriedade de Uruçuca/BA.....	44
FIGURA 8	Região abarcada pela IP Sul da Bahia	47
FIGURA 9	Dimensões da etapa da Avaliação de Impactos da Indicação de Procedência Sul da Bahia	55
FIGURA 10	Palavras-chave por ordem de relevância	63
FIGURA 11	Produção científica anual com as palavras-chave <i>Sustainable Development</i> e <i>Sustainability</i> na base <i>Scopus</i> entre 1997 a 2022.....	64
FIGURA 12	Produção Científica nos países sobre a relação de Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável.....	67
FIGURA 13	Autores mais produtivos com base na relação de Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável de 1997 a 2023	67
FIGURA 14	Entrega ao SEBRAE de sacarias (30kgs) de cacau por mês nos anos de 2021, 2022 e 2023.....	74
FIGURA 15	Entrega de Sacarias de Cacau por Município da região Sul da Bahia ao Centro de Inovação do Cacau para análise no período de 2021 a 2023.....	75
FIGURA 16	Evolução da quantidade de sacarias de cacau entregues por municípios que mantiveram entregas de 2021 a 2023.....	76
FIGURA 17	Evolução da quantidade de sacarias de cacau entregues pelas propriedades que mantiveram entregas de 2021 a 2023.....	76
FIGURA 18	Cotação do Cacau novembro/2024	80
FIGURA 19	Resumo Financeiro do valor da arroba de cacau de 29/11/2023 a	

29/11/2024	81
FIGURA 20 Série Histórica do cacau por valor da produção (Mil Reais) no Brasil referente ao ano de 2023, conforme dados coletados pelo IBGE.....	83
FIGURA 21 Acesso ao crédito agrícola entre os produtores do Sul da Bahia.....	88
FIGURA 22 Custo da produção das amêndoas de cacau em percentual.....	90
FIGURA 23 Investimento em infraestrutura nas propriedades produtoras de cacau no Sul da Bahia.....	90
FIGURA 24 Investimento em controle de qualidade na produção de amêndoas de cacau no Sul da Bahia.....	91
FIGURA 25 Investimento em boas práticas e treinamento nas propriedades produtoras de amêndoas de cacau no Sul da Bahia entrevistadas no presente estudo.....	91
FIGURA 26 Investimento em tecnologia pelos produtores nas propriedades produtoras de cacau no Sul da Bahia entrevistadas no presente estudo.....	92
FIGURA 27 Investimento em expansão da produção de cacau no Sul da Bahia entrevistadas no presente estudo.....	93
FIGURA 28 Grau de satisfação dos entrevistados relacionado ao processo da Indicação de Procedência Sul da Bahia no ano de 2024.....	102

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Relação entre as Dimensões econômica, social e ambiental dos ODS e os pontos principais escolhidos para o estudo.....	57
TABELA 2	Indicadores escolhidos para a avaliação das dimensões econômica, social e ambiental para a IP Sul da Bahia.....	58
TABELA 3	Relação entre produtos obtidos pela presente pesquisa através dos objetivos específicos do estudo.....	60
TABELA 4	Relação das dimensões estudadas (econômica, social e ambiental) com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	79
TABELA 5	Produção de cacau no Brasil no ano de 2023, conforme dados coletados pelo IBGE.....	82
TABELA 6	Evolução da Intensidade dos Indicadores Ambientais na Produção de Cacau (2018-2023).....	105
TABELA 7	Dimensão econômica. Impacto econômico no Produtor e no Território.	139
TABELA 8	Dimensão Social. Condições para incremento da qualidade de vida dos produtores	140
TABELA 9	Dimensão econômica. Uso de recursos naturais e insumos agrícolas ...	141

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACSB	Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CET	Caderno de Especificações Técnicas
CF	Constituição Federal
CIC	Centro de Inovação do Cacau
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)
CUP	Convenção de Paris
DO	Denominação de Origem
ESG	<i>Environmental, Social, and Governance</i>
IG	Indicação Geográfica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
IP	Indicação de Procedência
LPI	Lei de Propriedade Industrial
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PI	Propriedade Intelectual
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	15
2	INTRODUÇÃO	16
3	JUSTIFICATIVA	19
3.1	Lacuna preenchida pelo TCC	19
3.2	Aderência ao PROFNIT	20
3.3	Impacto	20
3.4	Aplicabilidade	21
3.5	Inovação	1
3.6	Complexidade	1
4	OBJETIVO	22
4.1	Objetivo Geral	22
4.2	Objetivos Específicos	22
5	REVISÃO DE LITERATURA	23
5.1	Indicação Geográfica	23
5.2	Relação Entre Indicação Geográfica e os ODS	28
5.3	Cenário da Avaliação da Sustentabilidade Pós-IG do Brasil	34
5.4	Indicação de Procedência Sul da Bahia	42
6	METODOLOGIA	51
6.1	Lista das Etapas Metodológicas	52
6.2	Descrição Detalhada de Cada Etapa Metodológica	52
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
7.1	Pesquisa Bibliométrica	62
7.2	Indicadores de desempenho de produtores rurais do sul da Bahia	73
7.3	Avaliação de Impactos da Indicação de Procedência do Cacau do Sul da Bahia	782
8	IMPACTOS	107
9	ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC	108
10	CONCLUSÃO	109
11	LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS	113
	REFERÊNCIAS	115

APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT)

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

APÊNDICE C – Artigos submetidos ou publicados

APÊNDICE D – Formulários

APÊNDICE E – Tabelas

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE INTERESSE

1 APRESENTAÇÃO

Este estudo integra o projeto aprovado no Edital 40/2022 do CNPq, desenvolvido conforme as diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), no âmbito do CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022 – Pró-Humanidades – Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Humanidades. O projeto, intitulado "Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade Pós-Selo de Indicações Geográficas no Estado da Bahia sob a Órbita dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)", busca analisar os impactos das Indicações Geográficas (IGs) no desenvolvimento territorial sustentável da região.

No escopo desse projeto, a IG da cachaça de Abaíra já foi objeto de estudo na dissertação de Saldanha (2024), cujos resultados serão posteriormente analisados em conjunto com os demais levantamentos. Além disso, a pesquisa abrange outras IGs concedidas na Bahia, como Vale do Submédio São Francisco (manga e uva), Sul da Bahia (cacau) e Oeste da Bahia (café).

Neste contexto, a presente dissertação tem como foco a Indicação de Procedência das amêndoas de cacau do Sul da Bahia, registrada em 2018 sob o número BR402014000011-5 pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O objetivo principal é avaliar se essa IG tem promovido transformações significativas para o desenvolvimento sustentável da região, com base em indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Ao investigar essa relação, a pesquisa contribui para uma compreensão mais aprofundada do papel das Indicações Geográficas na promoção do desenvolvimento sustentável, além de fortalecer o setor cacauzeiro no Sul da Bahia. Espera-se, assim, evidenciar os impactos positivos da certificação nos âmbitos econômico, social e ambiental.

A viabilidade deste estudo conta com o suporte de uma equipe de pesquisa que atua em parceria com a cadeia produtiva das amêndoas de cacau, além do respaldo da Associação Cacau Sul da Bahia e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), conforme declarações anexas. Ademais, a pesquisa dispõe de recursos financeiros fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cobrindo custos relacionados à coleta e análise de dados, divulgação dos resultados e despesas de campo.

2 INTRODUÇÃO

A Indicação Geográfica (IG) é considerada pela Lei de Propriedade Industrial, n. 9.279/1996 (Brasil, 1996) como ativo da Propriedade Intelectual, cuja finalidade é identificar produto ou serviço originário de um território, o qual se tornou conhecido pela qualidade ou reputação relacionadas à forma de extração, produção, fabricação do produto ou prestação de serviços (Jungmann; Bonetti, 2010).

Trata-se, de acordo com o art. 8º da Portaria INPI PR nº 04 de 12 de janeiro de 2022, de natureza declaratória, cujo registro pretende reconhecer a situação jurídica pré-existente (INPI, 2022). No que se refere à classificação, pode ser reconhecida como Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO). A primeira refere-se ao nome geográfico reconhecido pela notoriedade de ser um centro de produção, extração ou fabricação de determinado produto ou serviço, baseando-se na reputação histórica do local, enquanto a segunda designa produtos ou serviços cujas qualidades específicas resultam essencialmente do meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos (Brasil, 1996).

No âmbito jurídico, a IG concede o direito negativo de pleitear a abstenção dos não legítimos em usar o nome geográfico protegido (Landi; Stefani, 2015). Em outras palavras, concede aos titulares da IG (produtores ou prestadores de serviço de uma área específica) o direito de impedir que outros utilizem o nome geográfico protegido de forma indevida ou sem autorização, a fim de proteger o nome geográfico para que não se torne de uso comum e que apenas os produtos ou serviços que realmente pertencem àquela região e que atendem aos critérios estabelecidos possam usar a denominação protegida.

Explicado o conceito, tem-se que o registro da IG visa promover a agregação de valor, o desenvolvimento territorial, a valorização e proteção do patrimônio cultural e genético, com base na autenticidade dos produtos e nas garantias de direitos concedidas aos produtores (Vieira; Pellin, 2015).

Cumprido destacar que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma continuidade dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essa iniciativa visa alcançar metas de desenvolvimento sustentável até o ano de 2030, nas dimensões econômica, social e ambiental (Gomes, Ferreira, 2018; Arruda, 2021).

É importante reconhecer que os objetivos são interligados e inseparáveis, de modo que as ações direcionadas a um deles têm impacto sobre os demais. Por esta razão, é necessário que todas as dimensões tenham impactos através das atividades e ações nas diferentes esferas territoriais e, juntos, visam alcançar o desenvolvimento sustentável em equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais, considerando que estão intrinsecamente interligados para se atingir o desenvolvimento sustentável (Arruda, 2021).

Ocorre que há escassez de estudos que abordem os impactos das IG em países em desenvolvimento, especialmente no Brasil, por meio de avaliações que identifiquem tanto os aspectos positivos quanto os negativos, bem como os custos e benefícios decorrentes de seu reconhecimento. No entanto, é importante ressaltar que as IG têm um impacto significativo no desenvolvimento territorial sustentável, uma vez que protegem e agregam valor aos produtos, à cultura, ao conhecimento local, *know-how* e ao turismo da região (Fronzaglia, 2020). Portanto, torna-se necessário estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar o desempenho do ativo.

Ao garantir a identificação e qualidade de produtos e serviços específicos dessa região, a IG pode proporcionar benefícios tanto para os produtores, ao agregar valor e diferencial competitivo aos seus produtos/serviços, quanto ao meio geográfico, ao incentivar práticas de produção e preservação do patrimônio cultural e ambiental (Caldas; Araújo; Cury, 2017). Portanto, a IG pode desempenhar papel fundamental na promoção da qualidade, no estímulo ao desenvolvimento socioeconômico local, na preservação das tradições culturais, na geração de emprego e renda, bem como na promoção do turismo e no fortalecimento da identidade regional.

Nesse contexto, a IG e o desenvolvimento sustentável se entrelaçam, posto que objetivam o processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental tendo em vista a sustentabilidade e o desenvolvimento das gerações futuras (Singh, 2023).

Nesse esteio, houve o reconhecimento da Indicação de Procedência (IP) pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para as amêndoas de cacau da região sul do estado da Bahia, em 24/04/2018, sob o número BR402014000011-5, cuja área abrange 83 municípios no Sul da Bahia.

O produto em questão, conhecido popularmente como cacau cabruca, é cultivado de forma característica nessa região, há aproximadamente 200 anos, o que lhe confere reconhecimento tanto no âmbito nacional quanto internacional, devido à sua qualidade e credibilidade. Além disso, a importância desse produto transcende o

campo da agricultura, sendo retratado em obras literárias de escritores renomados, como Jorge Amado e Adonias Filho, e também ganhando destaque em filmes, novelas e documentários de grande repercussão (Ferreira, 2017).

Diante desse contexto, torna-se fundamental enfatizar a importância da adaptação dos ODS às condições específicas de cada região e país, destacando a participação de todos os setores da sociedade, conforme preconizado pela ONU. Além de guiar as ações governamentais, a Agenda 2030 serve como um referencial para empresas, universidades, organizações da sociedade civil, entidades sem fins lucrativos e demais atores, buscando promover o desenvolvimento sustentável em suas áreas de atuação (Arruda, 2021).

A presente pesquisa justifica-se pela lacuna referente aos estudos específicos que investigam se o registro da IP Sul da Bahia contribuiu para a sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico local e em qual proporção.

Nesse ínterim, o estudo pretende responder o seguinte questionamento: o registro da Indicação de Procedência Sul da Bahia ocasionou impactos no desenvolvimento sustentável, com fulcro nos ODS, na referida região?

Assim, busca-se relacionar o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, alinhadas aos ODS da Agenda 2030, com o objetivo de realizar um diagnóstico dos indicadores de sustentabilidade e avaliar se houve impacto com o reconhecimento.

Ao compreender os efeitos da IP, será possível identificar e propor ações com objetivo de fortalecer a cadeia produtiva e o reconhecimento da qualidade para beneficiar a economia local, a preservação das tradições culturais e da identidade local e a preservação ambiental da região.

O presente estudo é estruturado por sessões, a saber: Apresentação; Introdução; Justificativa; Objetivos; Referencial Teórico; Metodologia; Resultados e Discussão e Impactos.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 Lacuna a ser preenchida pelo TCC

Ao examinar os aspectos relacionados à Propriedade Intelectual, verifica-se a aderência ao PROFNIT, que se evidencia através do reconhecimento do nome geográfico protegido, garantindo que os produtores da região possam utilizar essa denominação, bem como pela intenção de preservar o patrimônio cultural e genético associado ao produto. Além disso, o objetivo da presente pesquisa está inserido na área de Propriedade Intelectual, uma vez que busca promover a preservação de produtos locais, fortalecer a economia regional, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população.

Adicionalmente, a pesquisa também se alinha com a transferência de tecnologia para a inovação ao impulsionar melhorias na produção, processamento, sustentabilidade e inclusão social.

3.2 Aderência ao PROFNIT

A aderência ao PROFNIT apresenta-se logo no tema do estudo, haja vista trata-se de avaliação do pós-registro de Indicação Geográfica, ativo da Propriedade Industrial, conforme elencado na LPI (1996), com vistas ao reconhecimento e à proteção do nome geográfico, o que garante aos produtores locais a sua utilização – mediante cumprimento dos requisitos – e protege o patrimônio cultural e genético associado.

Com a pesquisa, visa-se promover a preservação de produtos locais, fortalecer a economia regional, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população.

3.3 Impacto

O território do Sul da Bahia será prioritariamente impactado pelo projeto, conforme Declarações de Interesse do SEBRAE e da Associação Cacau Sul da Bahia – substituta processual no procedimento de registro da IP Sul da Bahia.

A avaliação de impacto consistiu em uma análise abrangente dos efeitos resultantes do registro da IG do cacau no sul da Bahia, buscando identificar e avaliar os efeitos diretos e indiretos causados pelo reconhecimento desse instituto. É importante ressaltar que a região do sul da Bahia é reconhecida internacionalmente pela qualidade das amêndoas de cacau, mas enfrenta desafios em termos de competitividade e valorização do produto no mercado, como baixa rentabilidade decorrente da vassoura de bruxa (*crinipellis pernicioso*), dificuldade de acesso a mercados exigentes, escassez de recursos e falta de tecnologias modernas (Oliveira, Assis, 2023).

Nesse contexto, compreender os efeitos da Indicação Geográfica do cacau será fundamental para identificar e propor estratégias e ações concretas que contribuam para o crescimento regional de forma sustentável e inovadora, e, por conseguinte, espera-se que essas ações gerem impactos nos âmbitos econômico, social e ambiental.

No aspecto econômico, a certificação tende a agregar valor ao cacau da região, diferenciando-o no mercado nacional e internacional, o que pode resultar no aumento da competitividade, na atração de investimentos e na ampliação das oportunidades de negócios. No campo social, a IG tem o potencial de fortalecer a identidade cultural da região, promovendo o reconhecimento do saber-fazer tradicional dos produtores de cacau. No que tange ao impacto ambiental, a certificação pode estimular práticas agrícolas mais sustentáveis, promovendo a conservação dos recursos naturais.

Dessa forma, a IG do cacau do Sul da Bahia não se limita à valorização do produto, mas se apresenta como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável da região.

3.4 Aplicabilidade

O presente estudo pretende fornecer uma base sólida para a implementação de estratégias de desenvolvimento regional sustentável através do estudo dos impactos percebidos na região Sul da Bahia após o registro da Indicação de Procedência, especialmente no que se refere ao fortalecimento da cadeia produtiva, desenvolvimento econômico, valorização social e cultural e preservação ambiental.

Pretende-se que as metodologias e os resultados da pesquisa sejam adaptados e aplicados em outras regiões do Brasil, onde produtos locais têm potencial para obter reconhecimento por meio de Indicações Geográficas, bem como proporcione um modelo de transferência de tecnologia e inovação que pode ser replicado em outras cadeias produtivas, promovendo a sustentabilidade e a inovação em diversas áreas agrícolas e industriais.

3.5 Inovação

A pesquisa se trata de produção com alto teor inovativo, haja vista a inexistência de pesquisa nesta perspectiva de avaliação pós registro. O teor inovativo está atrelado com a combinação de conhecimentos pré-estabelecidos da cultura do cacau e da região Sul da Bahia e com conhecimento acerca da Indicação Geográfica como ativo de Propriedade Intelectual aliado ao processo de avaliação de impactos no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável, com tópicos de interesse do ponto de vista econômico, social e ambiental do ODS.

3.6 Complexidade

O presente projeto envolve uma produção de média para alta complexidade, em razão da existência de alta interação entre indivíduos e instituições.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar o estado do conhecimento sobre os efeitos pós-registro de Indicações Geográficas em diferentes regiões, com o propósito de compreender a percepção dos produtores da Indicação de Procedência Sul da Bahia quanto aos seus impactos sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.2 Objetivos específicos

- 4.2.1 Analisar a evolução do tema da Indicação Geográfica atrelado ao Desenvolvimento Sustentável na produção científica, a fim de identificar o estado atual do conhecimento quanto aos efeitos pós selo nas regiões beneficiadas;
- 4.2.2 Investigar indicadores de desempenho acerca das amêndoas de cacau na região Sul da Bahia, no período de 2021-2023, através dos dados coletados pelo SEBRAE e ACSB com o intuito de comparar os resultados obtidos ao longo do tempo;
- 4.2.3 Identificar e mensurar a percepção da cadeia produtiva da IP Sul da Bahia quanto à contribuição do selo para melhoria da qualidade de vida dos produtores e seus efeitos socioeconômicos e sustentáveis na região cacaueira, à luz dos ODS.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 Indicação Geográfica no Brasil

O conceito de Indicação Geográfica remonta ao século 4 a.C., quando já era possível discernir características e qualidades de um produto com base em sua região geográfica. Essa conexão entre um produto e sua origem – local, regional ou nacional – era estabelecida por meio de conhecimentos culturais e tradicionais incorporados ao longo do tempo (Cerdan, 2010).

De maneira natural, produtores e consumidores estabeleciam vínculos entre as características do produto e a influência de fatores técnicos, culturais, geográficos e climáticos, associando-os à reputação do produto, materializada por um sinal distintivo (Souza, 2023). Essa conexão não apenas influenciava a confiabilidade existente nessa relação, mas também repercutia nos reflexos para o desenvolvimento econômico de territórios específicos.

A evolução do conceito da IG ocorreu ao longo da trajetória histórica da humanidade, principalmente pela necessidade de proteção legal de produtos provenientes de regiões geográficas específicas que exibiam características distintas e atribuíveis à sua origem. Desde o início, os referidos produtos eram identificados com o nome geográfico das regiões em que eram produzidos, a fim de informar atributos de reputação e de fatores naturais e humanos e, assim, proporcionar a identificação das características próprias e da cultura relativa ao espaço geográfico delimitado (OMPI, 2023).

Concomitante ao crescimento da demanda e a busca por preços mais vantajosos no mercado comercial, surgiram falsificações desses produtos. Os respeitados nomes ligados a regiões específicas, seja quanto aos termos de reputação, seja quanto às características associadas às áreas geográficas, começaram a ser indevidamente atribuídos a produtos que não possuíam a autêntica origem anunciada. Assim, surgiu a necessidade de estabelecer regras para o uso dos sinais distintivos a fim de garantir autenticidade e veracidade quanto à origem geográfica (OMPI, 2023).

Uma das primeiras intervenções estatais conhecidas para proteger a produção

de uma determinada região ocorreu em 1756, em Portugal, quando os produtores de Vinho do Porto perceberam que outros indivíduos estavam utilizando a denominação "do Porto" em vinhos não produzidos naquela região, o que ocasionou a redução dos preços de importação. Para resolver essa questão, o Marquês de Pombal tomou medidas como a organização dos produtores, a delimitação da área de produção, estudos sobre as características do vinho e, por fim, registrou por decreto o nome Porto para os vinhos (Cerdan, 2010). Relatos históricos indicam que esta seria a primeira Indicação Geográfica oficialmente reconhecida no mundo, dada sua consonância com as normas de proteção atualmente em vigor (OMPI, 2023).

O estabelecimento de regulamentações destinadas a controlar o uso de sinais distintivos, por sua vez, fez emergir o arcabouço jurídico associado à proteção do ativo da PI. Em outras palavras, é possível a compreensão da IG como uma forma coletiva da PI cujo objetivo é a garantia da autenticidade para produtos e/ou serviços que auferem reputação, valor intrínseco e identidade própria, decorrentes de relação intrínseca com o local de origem (BRASIL, 1996).

Por todo o exposto, a finalidade de uma IG é proteger produtos ou serviços originados de determinada região que absorvem peculiaridades, naturais (como solo, clima ou relevo) e/ou humanas (como o saber fazer, a tradição ou a cultura). Tais fatores conferem singularidade e autenticidade a esses produtos e, simultaneamente, buscam proteger o consumidor, assegurando-lhe a divulgação de informações corretas sobre o produto que está usufruindo, com garantia da procedência e da genuinidade do bem (OMPI, 2023; Barbosa, 2010).

Nesse íterim, Bruch (2008) dispõe que a IG caminha junto com a história da humanidade, e, por isso, tem avanços visíveis no que tange ao ordenamento jurídico, desde a proteção do bem imaterial até a prevenção e/ou condenação do uso de falsa indicação de origem de determinado produto.

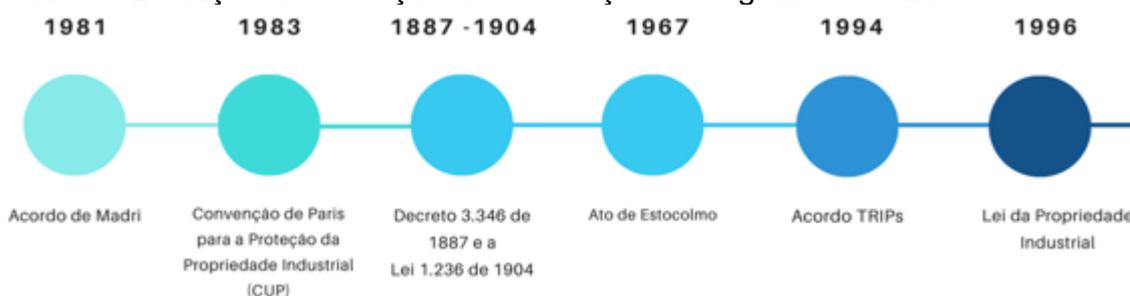
Com o intuito de descrever a positivação da IG em cada momento histórico, Bruch *et al.* (2023) narram as alterações e atualizações legislativas acerca do tema. Inicialmente, como marco internacional, tratam sobre o Acordo de Madri (1981), no qual pretendia-se a repressão das indicações de falsa procedência, tendo o Brasil se tornado signatário em 1911. Por conseguinte, no ano de 1983, a Convenção de Paris (CUP) adicionou medidas para coibir falsas indicações geográficas. A década de 80, por sua vez, trouxe uma virada significativa com a inclusão da propriedade intelectual nas discussões comerciais globais, culminando no Acordo sobre os Aspectos de

Direito de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPs) em 1994.

No contexto nacional, iniciou-se a proteção jurídica por decretos contra as falsas indicações de origem. A legislação evoluiu com o Código de Propriedade Industrial em 1945 (BRASIL, 1945) ao reconhecer e proteger a indicação de procedência. No entanto, o papel fundamental na consolidação e expansão da proteção das IG no Brasil foi desenhado pela Lei da Propriedade Industrial (LPI), promulgada em 1996, sob o nº 9.279 (BRASIL, 1996), ao modernizar e aprimorar os instrumentos legais relacionados à propriedade industrial, alinhando-se às exigências internacionais, particularmente ao Acordo TRIPs ¹ (BRUCH, 2023).

De modo geral, a trajetória da IG reflete constante adaptação às necessidades e desafios enfrentados pela sociedade global, conforme a linha do tempo da Figura 1.

FIGURA 1 - Evolução da Proteção das Indicações Geográficas no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Insta salientar que a promulgação da LPI ampliou o conceito de IG para abranger a proteção de serviços, além de produtos (BRASIL, 1996). O fato indicou um reconhecimento mais amplo da importância do ativo de PI em diversos setores econômicos, além de refletir a crescente interconexão entre produtos e serviços e a relevância da origem geográfica como diferencial.

Outrossim, a LPI (BRASIL, 1996) estabeleceu procedimentos mais detalhados para o registro e a proteção das IG, proporcionando um arcabouço jurídico mais

¹ O Acordo TRIPs (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) é um tratado internacional administrado pela Organização Mundial do Comércio, em vigor desde 1995, que estabelece padrões mínimos de proteção para várias formas de propriedade intelectual (PI), incluindo direitos autorais, marcas, patentes, desenhos industriais e, especialmente relevante para nosso contexto, as Indicações Geográficas (IGs). Foi o primeiro acordo que definiu internacionalmente a expressão Indicação Geográfica a fim de proporcionar um entendimento comum e uniforme sobre o que constitui a IG. Ademais, o referido acordo estabelece medidas para prevenir o uso de falsas indicações de origem e proteger os produtos legítimos das regiões as quais se relacionam (OMPI, 2023).

robusto para enfrentar desafios como falsificações, concorrência desleal e uso indevido de indicações geográficas. Em resumo, ao harmonizar as leis de propriedade industrial internas com os padrões internacionais, a normativa fortaleceu a posição do Brasil no comércio internacional e proporcionou um ambiente mais propício para a inovação e a proteção de ativos intangíveis.

Cumprir trazer à baila que a LPI (BRASIL, 1994) classifica a IG em duas, nos artigos 176 a 182. A primeira classificação é a Indicação de Procedência (IP), a qual corresponde ao nome geográfico que se tornou notório como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço. A segunda é a Denominação de Origem (DO), a qual representa o nome geográfico que designa um produto ou serviço cujas qualidades ou características decorram, exclusiva ou essencialmente, do meio geográfico, seja por fatores naturais ou humanos.

Destaca-se que, para reconhecer e registrar determinado produto ou serviço como IG, faz-se necessária a coexistência de três elementos interdependentes e complementares, quais sejam: produto, lugar e pessoas, conforme Figura 2.

FIGURA 2 - Elementos para o reconhecimento da Indicação Geográfica.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O primeiro elemento, produto, refere-se à sua qualidade específica e à reputação consolidada, resultantes de processos produtivos característicos e de atributos únicos associados à região de origem. O segundo elemento, lugar, compreende os recursos locais e naturais, como solo, clima e biodiversidade, que influenciam diretamente as propriedades do produto, bem como aspectos culturais, incluindo a tradição e o conhecimento acumulado ao longo do tempo. O terceiro elemento, pessoas, engloba os produtores, a comunidade local e demais stakeholders, cuja motivação, capacitação e engajamento coletivo são essenciais

para garantir a agregação de valor ao produto e a preservação do patrimônio cultural associado à sua produção (Junqueira, 2019).

Além da LPI (Brasil, 1996), a proteção à Propriedade Intelectual também está disposta na Constituição Federal (Brasil, 1988), na medida em que essa estabelece os princípios gerais e as diretrizes para a organização do Estado brasileiro e os direitos fundamentais dos cidadãos, embora não trate de forma específica sobre a IG.

O tema também é tratado pelo artigo 1.228 da Lei nº. 10.406/02 – Código Civil – (Brasil, 2002) haja vista conceder ao titular do ativo da PI os direitos de usar, alienar, dispor, fruir e reaver. Isto é, confere o direito de exigir que terceiros se abstenham de utilizar o nome geográfico protegido de forma indevida ou sem autorização (Landi; Stefani, 2015). Concomitantemente, como base legal para a proteção das IG, aplica-se ao tema o artigo 187 (Brasil, 2002), no qual há a disposição de que o uso indevido de Indicações Geográficas pode ser considerado um ato ilícito, caso o titular exceda os limites impostos pelo fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Nesse esteio, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) requer a sua delimitação previamente ao registro haja vista ter como finalidade a proteção da reputação e da autenticidade dos produtos relacionados a uma determinada região. Isso porque, para que um produto ou serviço seja reconhecido como IG, é necessário realizar uma análise de parâmetros que demonstrem a relação entre suas características e a região de origem que perpassam por aspectos geográficos, históricos, culturais, de qualidade e métodos de produção (Singh, 2023).

De acordo com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o requisito serve para assegurar o reconhecimento e a proteção legal adequados, com vistas a promover repercussões positivas como a valorização do território, a preservação das tradições locais, a garantia da qualidade e autenticidade do produto ou serviço, o aumento do valor agregado e a criação de vínculo de confiança com o consumidor (OMPI, 2023).

A proteção sujeita o indivíduo, indiretamente, a uma espécie de sanção caso não siga os termos da Lei – artigos 192 a 194 da LPI (Brasil, 1996). De forma geral, as penalidades servem como ferramentas para desencorajar atividades fraudulentas e garantir o respeito à verdadeira procedência dos bens protegidos. Trata-se, portanto, de norma penal de natureza proibitiva, ou seja, impõe ao sujeito o dever de não fazer o ato descrito no dispositivo, sob pena de sanção na esfera criminal.

O artigo 192 (Brasil, 1996) configura como crime algumas ações relacionadas

à produção e comercialização de produtos que se refiram à falsa indicação geográfica, desde a fabricação, importação, exportação, venda, exposição ou oferta à venda, até o armazenamento em estoque desses produtos. Isto é, configura a ação criminosa qualquer envolvimento na produção ou comercialização de produtos que possuam falsa indicação geográfica. O artigo 193 trata da utilização de termos retificativos em produtos ou meios de divulgação sem indicar a verdadeira origem do produto, tais como: "tipo", "espécie" e "gênero". Por fim, o artigo 194 trata do uso de sinais falsos que indique uma procedência diferente da verdadeira, também no que tange a vender ou expor à venda produtos com esses sinais. Em todos os três casos, a penalidade é de detenção, com a variação de um a três meses, ou a imposição de multa (Brasil, 1996).

Visa registrar que não se trata de rol exaustivo, mas exemplificativo, o que se evidencia através do artigo 16 da Portaria INPI/PR n. 04/22 (INPI, 2022), o qual possibilita a aplicação de sanções administrativas pelas próprias Associações, Sindicatos ou Entidades em face do infrator, desde que tenha previsão do ato a ser considerado infração no Caderno de Especificações Técnicas.

Por todo o exposto, a Indicação Geográfica atua como promotora do Desenvolvimento Territorial Sustentável, em razão das características peculiares e da notoriedade do produto para contribuir com a geração de valor econômico para a região, além de incentivar a participação da comunidade local na gestão e proteção desses recursos (Arruda, 2021). Tem-se, portanto, expectativas no impacto significativo no desenvolvimento territorial sustentável em decorrência do seu reconhecimento, uma vez que protegem e agregam valor não só aos produtos, mas também à cultura, ao conhecimento local, *know-how* e ao turismo da região (Fronzaglia, 2020).

5.2 Relação entre Indicação Geográfica e os ODS

No campo da Propriedade Intelectual, o selo da IG confere proteção legal ao signo distintivo, atribuindo-lhe importância tanto do ponto de vista econômico, quanto social, especialmente porque, para o seu uso, deve haver o preenchimento de requisitos dispostos no Caderno de Especificações Técnicas (CET), como o

pertencimento a determinada área geográfica, o procedimento para a produção do produto ou serviço, a preservação das características territoriais e humanas, entre outros (Brito, 2020). Logo, os produtos com registro de IG funcionam como sinais que comunicam informações sobre sua origem geográfica, métodos de produção e qualidade.

Sob análise histórica, a IG pode ser utilizada como ferramenta de controle da concorrência e promoção ao desenvolvimento tecnológico, cultural e econômico do território, por conceder caráter diferenciador ao produto dos demais que não são produzidos naquela área geográfica, auferindo-lhe qualidades e, por conseguinte, agregando-lhe valor (Bruch, 2008).

No presente momento, mudanças socioeconômicas e culturais impactam o padrão de consumo de alimentos em âmbito mundial. O movimento de proteção ambiental emergiu no começo dos anos 1990, período em que houve o aumento e a propagação de interesse ambiental pela população, em razão dos custos elevados do crescimento econômico desenfreado em relação aos valores não materiais (McCormick, 1992). Como a preocupação e as consequências seriam internacionais, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência Mundial Eco-92, cujo objetivo era a reflexão sobre o desenvolvimento sustentável e na conscientização global sobre a urgente necessidade de gerir de forma responsável os recursos ambientais (Cordeiro, 2006).

Foi nesse contexto que se conceituou sustentabilidade como o desenvolvimento capaz de cumprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, como uma ideia de gerenciamento das condições materiais de reprodução e distribuição equitativa de recursos pela sociedade (Cordeiro, 2006).

Observa-se: o desenvolvimento sustentável compreendendo a relação entre a sociedade e a base material de sua subsistência, também sob a análise dos impactos dessa relação sobre as gerações futuras. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável visa resguardar os recursos para que não seja esgotado para as gerações futuras.

Gomes e Ferreira (2018) descrevem que a sustentabilidade vai além da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, pois assume também as suas formas sociais de apropriação e utilização, sob uma abordagem holística. Em outras palavras: a sustentabilidade visa tanto o equilíbrio ambiental, quanto ao alcance do

desenvolvimento social, econômico e ético, através de uma óptica de bem-estar multidimensional.

Assim, há uma tendência crescente de conscientização por parte dos consumidores em relação à origem e à qualidade dos produtos adquiridos, o que faz emergir a compra de produtos com registro de IG, cujas informações são detalhadas e abrangem a localização geográfica e os métodos de produção dos produtos que ostentam seu selo (Melo Neto e Froes, 2001), o que promove a sustentabilidade e a responsabilidade social, alinhando-se às questões ambientais, sociais e de governança (*Environmental, Social, and Governance [ESG]* – 2005).

A sigla ESG foi promovida pela ONU em 2005, através do Relatório *Who Cares Wins* que propunha diretrizes e recomendações às empresas sobre a assunção de responsabilidades perante à sociedade, para além das organizações legais e econômicas. Firmava que, para que um negócio seja considerado responsável, suas ações devem ser pautadas por gestão ética e contemplativa de condições dignas de emprego, relacionamento com os *stakeholders* e a redução de impactos negativos na comunidade e no meio ambiente (ONU, 2015).

De forma geral, as práticas ESG produzem efeitos positivos à imagem organizacional, integração da força de trabalho, desempenho financeiro, capital social e satisfação do público (Alvares e Souza, 2016).

Logo, evidencia-se que a adoção dos critérios ESG como modo de viabilizar o equilíbrio entre vantagem competitiva e os reflexos sociais de cunho qualitativo, implica, diretamente, no atual contexto de produção e consumo (Silva, 2021). Por sua vez, os selos de certificação de produto e/ou processo, com reputação idônea, apresentam-se como respostas do sistema de produção que concedem credibilidade às informações transmitidas aos consumidores.

A ECO-92 foi sucedida por outras Conferências sobre o tema, dentre as quais se destaca a Rio+20, realizada em 2012, na qual houve um aumento significativo no foco e na intensidade da agenda de desenvolvimento sustentável, tendo se iniciado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais foram transformados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Saldanha, 2024).

Em 2015, a ONU impulsionou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com dezessete ODS com vistas à promoção do desenvolvimento econômico em consonância com a conservação da natureza e a redução da

desigualdade mundial (Irigaray e Socker, 2022). A Agenda também pode ser utilizada para a avaliação do cumprimento dos ODM e servir como base para a avaliação dos ODS após o ano de 2015, os quais são representados pelos ícones pela Figura 3.

FIGURA 3 - Ícones de representação dos ODS.



Fonte: ONU (2015).

Salienta-se que os benefícios dos ODS são mensurados com base em direitos coletivos, visto que, de acordo com Gomes e Ferreira (2018), devem ser acessíveis e compartilhados amplamente pela sociedade, pela presente e futuras gerações.

Dessarte, o conceito de desenvolvimento sustentável evolui a partir dos ODS, os quais buscam cumprir a Agenda 2030 para proporcionar distribuição de renda em contexto de qualidade ambiental e bons índices de desenvolvimento.

A Figura 3 apresenta os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, ao passo que esta escolheu quatro ODS que entende possuir maior relação com as Indicações Geográficas, a saber:

- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria

global para o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a interconexão entre as IG e os ODS se apresenta como estratégia significativa tanto para a proteção legal de produtos distintivos, quanto para impulsionar a sustentabilidade em suas diversas dimensões. Isso porque a valorização da origem geográfica, dos métodos de produção e da qualidade inerente à IG atende aos requisitos econômicos e sociais, ao passo que se alinha aos ODS da ONU (Gomes e Ferreira, 2018).

Veja-se: o desenvolvimento rural desempenha um papel crucial na diminuição das disparidades por meio de ações governamentais, cujas intervenções visam a erradicação da pobreza nas áreas rurais, fomentam a participação política dos produtores rurais, utilizam o território como base para a formulação de políticas públicas e priorizam a preservação e conservação do meio ambiente (Schneider *et al.*, 2004).

Assim, a adoção e promoção de produtos com IG não só fortalecem a identidade geográfica, como também desempenham um papel vital na construção de um futuro mais sustentável, ético e equitativo, alinhado com as aspirações globais delineadas pelos ODS.

Lagassi (2013) ensina que o melhor caminho para se atingir a meta do desenvolvimento sustentável é o da inovação tecnológica, atrelada a valores morais, em especial no que diz respeito à proteção ao meio ambiente e a do próprio ser humano. Ratifica que a IG é instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável, de forma democrática e viável para os países em vias de desenvolvimento visto que, ao mesmo tempo que fomenta a economia local, valoriza a região e a cultura, com alcance para todos os produtores da localidade demarcada. Conseqüentemente, proporciona a preservação da fauna e da flora pela população, bem como fomenta o desenvolvimento de atividades econômicas correlatas, como o turismo rural. Em outras palavras, Oliveira *et al.* (2012, p.146) explicam:

As IG's, mais do que um modelo de agregação de valor para fins de produção de mercado, constituem-se em valorização do patrimônio histórico-cultural das comunidades, valendo como autêntico fator de estímulo da soberania nacional em face de mercados globais e regionais, e conferindo "dignidade" às cidadanias dos diversos brasis que a nossa miscigenação étnica e morfológica territorial comportam.

Sob essa ótica, Velloso (2008) interpreta que a questão da qualidade (de bens e serviço) nos territórios deve ser acompanhada do desenvolvimento territorial, em respeito aos critérios ESG, haja vista que, na seara das IG, as características do bem são a expressão da combinação e interação de fatores ambientais e humanos, e, por isso, não poderá ser produzido igualmente em outra localidade.

Então, além de contribuir com o valor agregado e a certeza de qualidade do bem, a IG pode ser utilizada como instrumento para o desenvolvimento territorial sustentável através do turismo regional e rural, ao maior dinamismo econômico na localidade com o surgimento de novos segmentos de empresas (Maiorki; Dallabrida, 2015). Inclusive, a análise do panorama do agronegócio no Brasil – país em desenvolvimento com condições climáticas favoráveis, extensas áreas rurais e produção de diversas culturas agrícolas (Pigatto *et al.*, 2022) –, expõe como pode ser favorável o registro da IG em áreas socialmente desfavorecidas com vistas a benefícios econômicos, culturais, sociais e ambientais.

É sedimentar que o agronegócio brasileiro apresenta um panorama marcado, em grande parte, pela predominância da agricultura nos pequenos municípios, com um foco significativo na monocultura, especialmente no que tange à produção de *commodities* agrícolas².

Nesse cenário, Teodoro *et al.* (2023) ilustram o paradoxo entre a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento territorial ao mesmo tempo em que se preservam e valorizam costumes e tradições, assegurando, ainda, a promoção do desenvolvimento sustentável. O paradoxo toma maior forma quando se analisa a preferência do consumidor por produtos diferenciados, seja em razão da qualidade, seja pela origem específica, ou, mesmo as experiências exclusivas que proporcionam (Belletti *et al.*, 2007; Giovanucci *et al.*, 2010).

Por todo o exposto, os ODS se relacionam à IG ao incentivar o uso apropriado da terra e dos recursos naturais, o que permite a interação de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas e, por conseguinte, proporciona o desenvolvimento sustentável em seus mais diversos aspectos, especialmente social, econômico e

² O termo "*commodities*" refere-se a produtos primários comercializados *in natura* ou com baixo nível de industrialização, os quais possuem características padronizadas e uma falta de diferenciação de origem, sendo demandados em escala global. O principal objetivo por trás desse cenário é a busca pela eficiência na produção e pela redução de custos, tanto no aspecto produtivo quanto comercial (Galliano *et al.*, 2018; Lossila *et al.*, 2020).

ambiental.

Com base nessas informações, dispõem-se que as IG podem converter-se em ferramenta para o desenvolvimento territorial sustentável de muitas localidades remotas do Brasil, em especial em regiões pobres com pequenos municípios dependentes de transferências intragovernamentais, sustentadas pelo agronegócio, de forma que passa a ser capaz de fortalecer a identidade cultural dos territórios.

5.3 Cenário da avaliação da sustentabilidade pós-IG no Brasil

Os estudos de avaliação de impacto das Indicações Geográficas tiveram sua origem na União Europeia (Fronzaglia, 2020), conduzidos pelo propósito de justificar as medidas de apoio interno e monitorar os produtos de origem que se beneficiam da proteção proporcionada pelo registro, especialmente por ter como objetivo: agregar valor, promover o desenvolvimento territorial e salvaguardar o patrimônio cultural e genético.

Fronzaglia (2020) expõe a necessidade de identificar quais os impactos das IG e como se manifestaram para as partes envolvidas, desde os produtores, até o poder público, aliado à compreensão dos fatores causais entre os impactos e os fatores de desempenho.

Belletti e Marescotti (2021) salientam que as avaliações pós-IG podem variar em complexidade, pois, além de ser necessário mensurar o número e os detalhes das regras comuns estabelecidas para o uso da IG, devem ser considerados diversos processos como o tamanho do território, o número e a heterogeneidade dos produtores, a quantidade de estágios na cadeia de valor, a diversificação dos canais de comercialização. Os autores enfatizam que toda avaliação deve ser apoiada por métodos e dados quantitativos e qualitativos, sendo, os primeiros objetivos, sob abordagem estruturada, enquanto os segundos referem-se a métodos subjetivos que utilizam técnicas semiestruturadas.

Por conseguinte, Belletti e Marescotti (2021) elencam oito etapas para a avaliação de sustentabilidade Pós-IG, quais sejam: 1. Compreender a iniciativa da IG; 2. Envolver as partes interessadas; 3. Definir as metas, objetivos e escopo; 4. Obtenção de recursos financeiros; 5. Elaboração dos termos de referência (ToR); 6.

Criação da equipe de avaliação; 7. Afinar as perguntas de avaliação; 8. Escrever o plano de avaliação.

Ocorre que, embora seja robusta a pesquisa para a implementação do referido ativo da PI, estudos sugerem (Vandecandelaere, 2018; Arruda, 2021; Fronzaglia, 2020) que existem dificuldades em analisar os impactos socioeconômicos e ambiental do reconhecimento da IG, sobretudo, em países em desenvolvimento e em transição, especialmente porque envolvem pontos diversos e particulares de cada região, como: a qualidade de vida da população, a capacidade de resiliência dos ecossistemas e a dinamização de economias locais.

Inclusive, em razão de tantas peculiaridades, o cenário da avaliação da sustentabilidade pós-IG apresenta desafios e oportunidades distintos no contexto internacional, especificamente no Norte e Sul globais. Importante ressaltar, consoante leciona De Oliveira (2021), que os termos "Norte Global" e "Sul Global" não se referem diretamente às posições geográficas, mas, sim, à uma metáfora para descrever disparidades econômicas, sociais e de desenvolvimento entre diferentes regiões do mundo³.

Nessa toada, em pesquisa bibliométrica realizada por Pereira *et al.* (2024), é possível verificar ampla produção científica no Norte Global sobre as avaliações dos impactos que o registro da IG proporciona (Clodoveo *et al.*, 2021; Mariani *et al.*, 2021, Kimura *et al.*, 2021), bem como que há a carência de estudo das IG já registradas nos países do Sul Global, embora seja utilizada como instrumento para seu desenvolvimento territorial (Reyes-Chávez *et al.*, 2021; Bowen, 2010; Defrancesco *et al.*, 2012).

A pesquisa supramencionada, denotou a presença significativa de contribuições da Europa e dos Estados Unidos, o que se deve, principalmente, à construção de uma base sólida regulatória e uma abordagem bem estabelecida para a exploração de mercados. Nesses países desenvolvidos, os estudos europeus e norte-americanos demonstram que há comprovação da eficácia do instituto, principalmente no que tange à Denominação de Origem, para a agregação de valor e

³ De Oliveira (2021) descreve que o Norte Global se refere geralmente às regiões mais desenvolvidas economicamente, com maior acesso a recursos, tecnologia avançada, e onde as economias estão em estágios mais avançados de desenvolvimento, ao passo que o Sul Global se refere principalmente a países e regiões em desenvolvimento, os quais enfrentam desafios socio-econômicos, como pobreza, desigualdade, infraestrutura limitada e acesso limitado a tecnologias avançadas.

comercialização dos produtos (Defrancesco *et al.*, 2012; Mancini, 2013). Por outro lado, no que tange aos países emergentes, é evidente uma falta de desenvolvimento de legislação específica, falta de coordenação entre os diversos atores sociais envolvidos e uma falta de conhecimento generalizado sobre o assunto por parte da população (De Oliveira *et al.*, 2021).

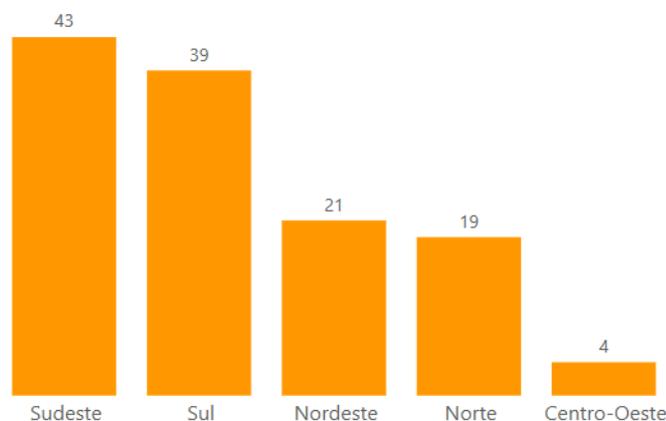
Assim, sob a análise dos estudos supramencionados, conclui-se que a carência de avaliações pós registro é devido à recente implementação das IG nos países em desenvolvimento, embora majoritariamente agrícolas, bem como à complexidade de isolar os efeitos exclusivos da proteção legal, sem considerar outros fatores sociais, como a organização da cadeia de valor, relações de poder, estratégias de comercialização e habilidades dos produtores e a gestão dos substitutos processuais (sindicatos, cooperativas, associações).

A presente pesquisa se fundamenta na hipótese de Fronzaglia (2020) de que somente por meio de avaliação do desempenho e do impacto do registro de produto/serviço com selo de IG se pode elencar ações de fortalecimento para o referido ativo. Nesse ínterim, durante a mensuração, devem ser consideradas as diferenças de contexto, implicações do uso, causas e as possibilidades de fortalecimento, apoio e promoção. Por conseguinte, poderão ser elaboradas estatísticas e um sistema de informação sobre o desempenho e impactos.

Como problemática no âmbito nacional, Fronzaglia (2020) apresentou a insuficiência do esforço da pesquisa para acompanhar a competitividade e a contribuição ao desenvolvimento sustentável, motivo pelo qual se mantém carente a formulação de política pública.

O ativo da IG no contexto brasileiro reflete uma tendência de subutilização das potencialidades das regiões menos favorecidas, o que se compreende a partir da análise dos dados coletados junto ao INPI em fevereiro/2025, as Regiões Sudeste e Sul detinham aproximadamente 65% do total de registros de IG, enquanto as demais regiões ocupavam posição subalterna, tendo o Nordeste ficado na terceira colocação (INPI, 2025), conforme Figura 4.

FIGURA 4 – Indicações Geográficas por região no Brasil de acordo com os dados do INPI, em fevereiro/2025.



Fonte: INPI (2025).

O referido registro confirma o entendimento de que locais em desenvolvimento têm menos registro de IG, o que se confirma através do panorama nacional. Esse panorama reflete a complexidade do processo de obtenção de uma IG, que envolve aspectos econômicos, culturais e até mesmo a estruturação de toda uma cadeia produtiva local.

Reitera-se que, no Brasil, a IG é regulamentada pela LPI, em seus artigos 176 a 182, na qual estabelece que a qualidade dos produtos está intrinsecamente ligada ao local de sua produção e às características específicas da região, inserindo-se nessa análise o conceito de valorização do território. Conforme estabelecido pela LPI, a denominação do ativo decorre da notoriedade, que se vincula ao nome geográfico da procedência ou está ligada à origem, considerando não apenas as condições naturais, mas também os fatores humanos e as relações sociais estabelecidas no local (Saldanha *et al.*, 2023). Por essa razão, Saldanha *et al.* (2023) ressaltam a importância de promover a conscientização entre os produtores sobre os benefícios da IG, com destaque para o potencial aumento de visibilidade de valorização dos produtos no mercado – nacional e internacional – bem como quanto ao estímulo do consumo dos produtos certificados.

De certo modo, a conexão entre território, identidade, cultura e mercado permite compreender o espaço geográfico a partir de uma cultura construída socialmente, influenciado diretamente na identidade e originalidade, permeado por elementos que agregam considerável valor aos produtos e serviços locais, e, por isso, lhes confere características únicas e, por vezes, exclusivas (Dullius, 2008).

Assim, a IG se destaca ao utilizar selos ou signo distintivo de determinada região, por métodos de produção específicos, que conferem valor e credibilidade aos produtos locais e, por isso, além de serem exclusivos de determinada região, oferecem qualidade singular, agrega-lhe valor e permite concorrência com os demais para além do preço disposto, mas pela experiência em que foi produzido (Teodoro *et al.*, 2023).

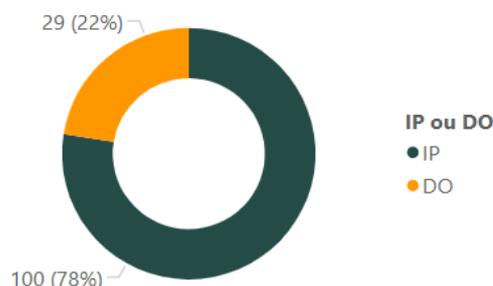
O registro da IG é precedido da proteção ao território, em razão do saber-fazer tradicional expresso em um produto com origem e procedência reconhecidos pelo mercado. Por se tratar de uma propriedade intelectual coletiva, permite que todos daquele território tenham a oportunidade de uso do signo distintivo, desde que atendam aos requisitos do CET (Cerdan, 2010). Uma vez que a construção do referencial de atuação do espaço geográfico ser previamente delimitado, promove-se o desenvolvimento localizado (Silva *et al.*, 2021).

Logo, para avaliar a sustentabilidade pós-IG no Brasil, é necessário mensurar os impactos socioeconômicos e ambientais do reconhecimento da IG, levando em consideração a complexidade dos processos envolvidos, como o tamanho do território, o número e a heterogeneidade dos produtores, através de avaliação por métodos e dados quantitativos e qualitativos, e que considere as diferenças de contexto, causas e possibilidades de fortalecimento, apoio e promoção. Inclusive, conforme identificado no estudo de Saldanha *et al.* (2024) sobre as IG de cachaça existentes no Brasil, o suporte técnico, a orientação jurídica e a assistência na elaboração dos dossiês são essenciais para novas transações de IG.

Em fevereiro de 2025, conforme disposto no sítio eletrônico do Governo Federal⁴, na página do INPI, o Brasil conta com 129 Indicações Geográficas totais registradas, sendo: 100 da espécie de Indicação de Procedência e 29 de Denominação de Origem (INPI, 2025), na proporção que consta na Figura 5.

⁴ <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>

FIGURA 5 – Proporção de IP e DO no Brasil (2025)



Fonte: INPI (2025).

Do total de registros de IG, 16% estão situados no Nordeste, ocupando o terceiro lugar entre as regiões (INPI, 2025).

No contexto baiano, restou demonstrado no tópico anterior (5.2) a incipiência do desenvolvimento da IG com a necessidade de uma maior expansão e reconhecimento das características distintivas de outras regiões e produtos locais no estado. Das IG registradas, tem-se uma Denominação de Origem, referente ao café da Chapada Diamantina, e três Indicações de Procedência, sendo a cachaça da microrregião de Abaíra, o cacau do sul da Bahia e o café do Oeste de Bahia (INPI, 2025).

No que se refere ao cacau – produto agroalimentar – existem cinco registros no Brasil, todos de IP, nas localidades de Tomé-Açu no Pará, Linhares no Espírito Santo, Sul da Bahia, Rondônia e Gramado (INPI, 2025). Desses, apenas há avaliação do cacau registrado em Tomé-Açu acerca da governança e da qualidade (Aguiar *et al*, 2021) e de Linhares quanto ao desenvolvimento e proteção das comunidades (Neto *et al*, 2022) e fatores culturais (Pigatto *et al*, 2019).

No entanto, carece de estudo de avaliação do registro da IP Sul da Bahia, o que se pretende neste estudo.

Saldanha *et al*. (2023) destacam que, assim como há a necessidade de avaliar as questões estruturais para possibilitar o estudo de viabilidade da IG, as questões estruturais em uma determinada IG já registrada auxiliam na compreensão do potencial existente no território, alinhado com a atuação de agentes locais. Ou seja, entendem que os critérios supramencionados podem ser relacionados ao processo de avaliação de indicadores para analisar os impactos da IG na região.

Vale ressaltar que o Sebrae, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) desenvolveram uma metodologia específica para

avaliação pós-IG, com o objetivo de auxiliar na análise da viabilidade e do potencial de uma IG, bem como na avaliação do seu desempenho após o registro. Para tanto, foram fixados nove critérios definidos pelo SEBRAE (DATASEBRAE, 2020), os quais são fundamentais para avaliar a viabilidade e impacto de uma IG, posto que visa identificar pontos fortes e áreas de melhoria, além de orientar ações para fortalecer e promover o desenvolvimento da IG e do território associado.

O Produto visa avaliar a qualidade e as características específicas do produto associado à IG, como sua reputação, identidade e diferenciais em relação a produtos similares. A Territorialidade analisa a relação entre o produto e o território onde é produzido, com base em aspectos como a tradição, cultura e história da região. O Método de Produção avalia os processos e técnicas utilizados na produção do produto. A Governança se refere à organização e gestão da IG, incluindo a participação dos atores envolvidos. A Identidade e Senso de Pertencimento analisa o sentimento dos atores de pertencimento ao território. A Necessidade de Proteção avalia a importância da proteção legal da IG para garantir sua autenticidade e evitar a exploração indevida por terceiros. A Pesquisa Envolvida considera o papel da pesquisa e inovação no desenvolvimento e aprimoramento da IG para sua competitividade e sustentabilidade. A Visão de Futuro refere-se à capacidade da IG de garantir a relevância e competitividade a longo prazo. Por fim, o Alcance de Mercado, avalia a penetração da IG nos mercados nacional e internacional, bem como seu potencial de crescimento e expansão (DATASEBRAE, 2020).

Associado aos critérios, o presente estudo utiliza-se da Metodologia Embrapa Uva e Vinho (Mello *et al.*, 2014) para adaptar e integrar a avaliação de impacto das regiões após o registro da IG, sob uma abordagem mista, com elementos qualitativos e quantitativos sob as principais dimensões da sustentabilidade, alinhadas aos ODS nos termos a seguir expostos:

- Dimensão econômica: visa observar a relação dos atores da cadeia produtiva e a comunidade local associadas à IP em práticas econômicas com vistas a expandir o mercado e garantir incremento financeiro ao território;
- Dimensão Social: tem como escopo a avaliação do bem-estar da comunidade local, especialmente os produtores, tanto no que se refere às condições de trabalho, quanto à ocupação qualificada.
- Dimensão ambiental: requer a observância das práticas de sustentabilidade, especialmente no que tange ao uso dos recursos ambientais.

Salienta-se que, embora haja a carência de estudos sobre o tema, existem publicações concernentes à avaliação pós IG no território brasileiro.

A primeira a ser destacada merece ser a Avaliação de Impactos da Embrapa Uva e Vinho (Mello *et al.*, 2014) adstrito ao tema do Vale dos Vinhedos, especialmente por ser utilizada como base para a metodologia do presente estudo. O referido estudo destacou que não houve impactos substanciais ou relevantes que justificassem a relação de causalidade direta entre o registro da Indicação de Procedência com o desenvolvimento rural sustentável da região. A constatação decorreu dos resultados de indicadores selecionados, os quais não apresentaram diferenças significativas entre o desenvolvimento da região dos Vales dos Vinhedos para com as circunvizinhas que não eram abrangidas pela IG.

A pesquisa concluiu que houve aumento desproporcional do preço da terra na região abarcada pela IG em comparação às demais, o que proporcionou a concentração fundiária. No entanto, destacou que a região protegida pela IG não foi contemplada com políticas públicas que pudessem potencializar o desenvolvimento da região a partir do registro da IG sob uma ótica de sustentabilidade.

Em 2017, foi publicado o estudo acerca dos impactos dos vales da uva Goethe-SC. Schneider *et al.* (2017), no qual se concluiu que o registro da IG proporcionou a agregação de valor ao produto, embora não tenha havido considerável evolução da área plantada ou da produção resultante. Concluiu-se, também, que houve o desenvolvimento econômico e turístico da região através da gastronomia, enoturismo e vitivinicultura.

No mesmo sentido, o estudo de Flores *et al.* (2018) demonstrou que as IG proporcionam contribuições ao turismo ao evidenciar a adoção de tecnologias e o potencial de crescimento e condições favoráveis das regiões, concedendo-lhes visibilidade e aguçando os consumidores ao vivenciar a experiência da cadeia produtiva do vinho.

A pesquisa de Saldanha *et al.* (2024) avaliou que a IG contribuiu para o aumento da renda dos produtores em razão do valor agregado à IG, bem como a melhor aceitação da cachaça junto ao mercado consumidor. Como contrapontos, constataram-se dificuldades no processo de comercialização e logística da produção, a ausência de melhoria na qualidade de vida dos atores envolvidos e a ineficiência da fiscalização e incentivo do poder público junto à produção, o que tem permitido muitas falsificações.

No que diz respeito à avaliação da IG sobre as amêndoas de cacau, destacam-se os estudos já realizados sobre o tema.

A primeira pesquisa (Teixeira Neto *et al.*, 2018), examinou como se relacionaram os produtores e vendedores de amêndoas de cacau da região de Linhares, município do Espírito Santo, após a obtenção do registro da IG. Constatou-se que, embora haja relações comerciais frequentes, os produtores não compartilham informações expressivas sobre a produção ou demanda do cacau, o que resulta em uma estrutura de mercado na qual a reputação do produto é importante, mas não necessariamente ligada à IG.

A segunda pesquisa (Aguar *et al.*, 2021), referente ao cacau de Tomé-Açu, município do Pará, como indutora do desenvolvimento e da proteção das comunidades locais, concluiu que apenas implementar a IG não é suficiente para desenvolver o território ou reconhecer as comunidades locais, de modo que se faz imprescindível a implementação de ações a partir da participação ativa dos agricultores e do poder público, alinhadas a outras políticas públicas, para que haja o desenvolvimento territorial. Ao final, a pesquisa não identificou relação direta entre a IG e o desenvolvimento territorial local, embora prevaleça o potencial para tanto.

No que tange à IP Sul da Bahia, o estudo de Santini Pigatto *et al.* (2022) demonstrou que o registro da IG promoveu o desenvolvimento rural sustentável na região através da promoção de aspectos de inovação social, como a cooperação, a governança social e os esforços coletivos que efetivam a fomentação da cultura e história do cacau na região.

Nesse contexto, a importância do tema faz emergir a necessidade de continuar a avaliação da sustentabilidade da região sul da Bahia pós registro da IP, especialmente sob os aspectos econômicos, sociais e ambientais, o que aqui se pretende.

5.4 Indicação de Procedência do cacau no sul da Bahia

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) (BRASIL, 2022), o Brasil é um dos maiores produtores de chocolate do mundo e conta com aproximadamente 600 mil hectares dedicados ao cultivo de cacau e uma base de 75

mil produtores, dos quais 60% são agricultores familiares. Além disso, expõe que o país também figura entre os principais consumidores de chocolate, destacando-se, também, por abrigar todos os segmentos da cadeia produtiva do cacau, desde a produção e moagem, até a indústria chocolateira.

Em outubro/2024, o Brasil ocupava a posição de sexto maior produtor global de cacau, com a produção nacional altamente concentrada, sendo o Estado da Bahia, somado ao Estado do Pará, produtores de 90% do cacau brasileiro (IBGE, 2024).

Sob a análise do contexto histórico do cacau baiano, Pigatto *et al.* (2022) expõem que, de meados da década de 70 até o início da década de 90, o estado foi responsável por 90% da produção nacional. De 1990 em diante, os cacauzeiros foram afetados pela vassoura-de-bruxa, motivo pelo qual a produção baiana – e nacional – sofreu uma redução de 61%, passando de 319 mil toneladas em 1980 para 196 mil toneladas em 2000. Embora nos anos seguintes o fungo tenha sido controlado e, conseqüentemente, tenha aumentado gradativamente a produção, o estado não conseguiu recuperar a posição de maior produtor devido à natureza cíclica da economia cacauzeira, à crise econômica e ao declínio da produtividade regional.

A introdução do produto na região sul da Bahia ocorreu em meados do século XVIII (Ribeiro, 2001; Mendes Costa, 2012, Baiardi; Teixeira, 2010), mas a forma de plantio comercial somente teve impulso quando a localidade passou a ser desbravada no início da década de 1830 (Ribeiro, 2001; Mendes Costa, 2012).

Figura 6 – Espécies de cacau plantados no Sul da Bahia



Fonte: Autoria própria (2025)

Por sua vez, as características como a adaptação do cultivo ao clima, solo e à paisagem levaram a região a ser a maior produtora do país, gerando riquezas, criando

idades e uma cultura própria.

No que tange ao método do cultivo, é tradicionalmente utilizado o cacau cabruca, o qual envolve o plantio à sombra de bananeiras e árvores nativas da Mata Atlântica, o qual acontece ao se fazer buracos em meio à floresta para cultivar a fruta sem a retirada de outras espécies nativas (Sulis; Gimenes-Minasse, 2021).

Figura 7. Sistema cabruca em propriedade de Uruçuca/BA



Fonte: Autoria própria (2025)

O referido sistema agroflorestal é praticado na região há cerca de 200 anos e confere à árvore de cacau um valor ecológico significativo, posto que a prática de cultivar cacau em áreas de cabruca não apenas protege as árvores nativas, mas também representa uma estratégia inteligente para proteger as plantações de cacau no Sul da Bahia contra os efeitos das mudanças climáticas. Ao fornecer sombra às plantas, as árvores da cabruca ajudam a estabilizar o clima na plantação, o que permite a continuidade do cultivo de cacau a longo prazo, além de auxiliar na capacidade de armazenamento do carbono, proporcional à quantidade de sombra. Adicionalmente, o sistema preserva a floresta nativa e oferece um habitat biodiversificado para aves e outras formas de vida selvagem, o que mantém o equilíbrio ecológico e contribui para a sustentabilidade, ao passo que confere qualidade e credibilidade às amêndoas, razão pela qual mantêm-se rigorosos processos de seleção e controle (Efraim, 2004).

Por todo o exposto, observa-se que o cacau do sul da Bahia foi associado à

cultura voltada para a conservação desde sua introdução, haja vista ser submetido a um método peculiar de produção e processamento, a práticas de cultivo especiais e a um vasto conhecimento na área (Ferreira, 2017).

A influência da cacauicultura na região foi tão significativa que transcendeu a esfera econômica ao moldar a cultura regional no modo de pensar, agir, produzir e comercializar. A narrativa dos aspectos socioculturais e econômicos vivenciados em diferentes épocas foi descrita em obras literárias de importantes autores, como Jorge Amado e Adonias Filho, as quais destacaram a dimensão única da conexão território-produção do Cacau na região Sul da Bahia. Veja-se:

O cacau, à proporção que altera a paisagem, a empurrar e diminuir a selva, a abrir fazendas, a estabelecer um sistema de comércio, conforma culturalmente uma região. Há, em termos culturais, efetivamente, uma região tão rigorosamente caracterizada, que pode se falar [...] em uma civilização baiana de cacau (Adonias, 1978.).

Naqueles anos Ilhéus começara a ser conhecida nos estados da Bahia e de Sergipe como a Rainha do Sul. A cultura do cacau dominava todo o sul do estado da Bahia, não havia lavoura mais lucrativa, as fortunas cresciam, crescia Ilhéus, capital do cacau. [...] Uma nova vida começara com o aparecimento do cacau, o que acontecera antes não contava. Engenhos e alambiques, plantações de cana e de café, lendas e histórias, tudo havia desaparecido para sempre, cresciam agora as roças de cacau e as novas lendas e histórias narrando como os homens lutaram entre si pela posse da terra. Os cegos cantadores levavam pelas feiras, até o mais distante sertão, os nomes e os feitos dos homens do cacau, a fama daquela região (Amado, 1986).

Essas narrativas não apenas documentam a riqueza e complexidade da atividade cacauicultora, mas também capturam as nuances da vida, tradições e desafios enfrentados pelos habitantes da região, ao tempo que retrata o inconsciente coletivo associado à cultura regional.

É nesse sentido que a literatura regional, ao atingir notável projeção, torna incontestável a reputação e fama do Sul da Bahia como uma região distinta na produção de cacau. Ao mergulharem nas histórias relacionadas ao cacau, as obras contribuem para a construção e preservação da identidade cultural, através das camadas simbólicas e emocionais que permeiam a conexão entre as pessoas e a terra (Reis *et al.*, 2018).

Nesse ponto, com base na descrição natural da forma de produção, bem como

na literatura regional, mais sentido se dá à designação da planta do cacauero (*Theobroma cacao*) refletir a sua influência religiosa quando sua tradução a apresenta como "manjar dos deuses" e, sob a perspectiva socioeconômica, o cacau destacar-se como um dos principais pilares dos produtos agrícolas do estado, integrando-se de maneira adequada ao modelo de agricultura familiar (Sodré, 2017).

Destarte, considerando que a Indicação Geográfica configura potencial ferramenta para o desenvolvimento sustentável, com base nos pré-requisitos para o seu registro, na medida em que induz ao fortalecimento da cultura e a consolidação de formas de produção responsáveis, tanto social quanto ambientalmente, passou-se a verificar a importância do reconhecimento – e registro – do cacau do sul da Bahia como ativo da propriedade industrial.

Assim, em abril de 2014 foi fundada a Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia (ACSB) com o objetivo de certificar a origem e procedência das amêndoas de cacau da região, sob critérios de qualidade, bem como viabilizar programas para a agregação de valor à região, especialmente por seus atrativos naturais, culturais e gastronômicos.

Em 2010, foi elaborado um projeto voltado para a obtenção da Indicação Geográfica de Procedência (IP) pela cadeia produtiva do cacau, com ações destinadas à valorização do campo, como cursos e treinamentos promovidos pelo Centro de Inovação do Cacau (CIC) e pelos membros do que hoje se constitui a ACSB sobre o manejo e plantio do cacau para os agricultores. Nesse contexto, foram proporcionadas consultorias jurídicas para orientar os trâmites legais e envolvimento de especialistas na construção de relatórios que abordassem a história do produto e os diagnósticos relacionados à qualidade e genética das plantações (Sulis; Gimenes-Minasse, 2021).

Sob a leitura conjunta do material de Ferreira *et al.*, (2017), o registro poderia beneficiar o sul da Bahia nos seguintes pontos:

- Social: A inserção de produtores e regiões mais afastadas do eixo principal do cacau, nas discussões territoriais;
- Cultural: A valorização das tradições e conhecimentos seculares desta região;
- Ambiental: Manutenção da paisagem, a preservação da biodiversidade, do meio ambiente e dos recursos genéticos locais
- Socioeconômica: Agregação de valor ao produto cacau. Potencializar a

A partir da premiação no *Salon du Chocolat*⁶, os atores locais reconheceram o potencial da região para a produção de cacau de alta qualidade, impulsionando o desenvolvimento de ações contínuas para ampliar sua visibilidade e fortalecer a cadeia produtiva por meio de uma rede de apoio (Pigatto et al., 2022). Sulis e Gimenes-Minasse (2021) destacam que a excelência do chocolate está diretamente relacionada à qualidade do cacau, desde o plantio até a colheita, fermentação e secagem, etapas que influenciam significativamente suas características sensoriais. Além de aprimorar os processos produtivos, essa rede colaborativa também promove estratégias para o fortalecimento dos empreendimentos rurais, com atenção especial aos pequenos produtores, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

A rede para o reconhecimento do cacau como IP foi constituída por diferentes atores sociais envolvidos na cadeia produtiva, como organizações, instituições de pesquisa e produtores de cacau e chocolate, a exemplo o Centro de Inovação do Cacau (CIC), a ACSB, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e fazendas de cacau (Sulis; Gimenes-Minasse, 2021).

Visa informar que, conforme disposto no CET (2018), o cacau cultivado no sul da Bahia é o da espécie *Theobroma cacao L.* (com exceção às variedades transgênicas), através dos sistemas de produção baseados em sistemas agroflorestais do tipo: Cacau-Cabruca, Cacau com *Erythrina* e Cacau com Seringueira (*hevea brasiliensis*), tendo o cacau como a cultura principal. No que se refere às características, deve apresentar índice e fermentação mínimo de 65%, aroma natural livre de odores estranhos e teor de umidade inferior a 8%. Cumprido os requisitos, tem-se o reconhecimento da amêndoa de cacau como objeto da IP.

Assim, o que efetivamente agrega valor ao preço do cacau com Indicação de Procedência do Sul da Bahia são diversos fatores que diferenciam o produto no mercado, principalmente em nichos de cacau fino e gourmet.

O estudo de Sant'ana et al. (2020) demonstra como a implementação de

⁶ O *Salon du Chocolat* é considerado um dos mais importantes eventos sobre chocolate como produto refinado, diferenciado e de qualidade, também responsável por promover conhecimento e expertise nas utilizações dentro da cadeia do cacau. Possui como missão a informação ao público sobre a origem do cacau, com ênfase na promoção de produtores locais e orgânicos, a fim de contribuir para a produção mais sustentável e a compra mais consciente.

práticas essenciais durante o processamento, sob os critérios estabelecidos pelo CET promove benefícios à região e aos seus associados, tanto por otimizar processos, como também por resultar na produção de produtos com qualidade superior.

Além da reconhecida qualidade do cacau, pesquisas demonstram (Santana, Gosling, 2018; Sulis; Gimenes-Minasse, 2021) que a IP também promoveu o fortalecimento do turismo, especialmente rural, nos últimos anos.

Em 2018, o Governo da Bahia lançou roteiro turístico pelas fazendas de cacau em um trajeto denominado “estrada do chocolate”, cuja rota abrange 40 fazendas no percurso entre Ilhéus e Uruçuca (Folha de São Paulo, 2018). Em 2023, foi noticiado que a Estrada do Chocolate foi o primeiro roteiro temático do estado baiano (Radio Agência, 2023⁷). No mesmo ano, foi realizado o festival gastronômico Chocolat Bahia Festival em Ilhéus, cujo roteiro turístico foi o destaque. A exposição da rota do chocolate no festival, o qual contava com mais de duzentas empresas, visou atrair turistas nacionais e internacionais para a região para outras épocas do ano além da alta temporada – cujo destino principal era o litoral (Governo do Estado da Bahia, 2023). Assim, foram desenvolvidas atividades pelas fazendas, como o roteiro de visita para interessados no conhecimento do cultivo do cacau até a fabricação do chocolate de qualidade típico do sul da Bahia.

No que se refere ao Governo Federal, também houve a propositura de política pública referente ao cacau, proporcionando maior atratividade à região, ao fixar a meta de atingir a autossuficiência na produção de cacau até 2025, e até o ano de 2030, retomar posição de destaque como produtor de cacau e chocolate de qualidade, também com a conservação do meio ambiente (MAPA, 2022).

Para além do turismo, outras melhorias podem ser percebidas quanto à produção do cacau na região sul da Bahia, como a implementação de investimentos em tecnologia a fim de alcançar práticas agrícolas sustentáveis e fabricar produtos de melhor qualidade. Para tanto, a ACSB tomou a iniciativa de estender suas ações ao longo de toda a cadeia produtiva do cacau, desde o cultivo até a produção do chocolate para proceder a verticalização da produção de chocolate fino (Sulis; Gimenes-Minasse, 2021).

De modo geral, a IP Sul da Bahia busca como resultado a valorização da qualidade superior do produto, a revalorização da produção a partir do sistema

⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-04/estrada-do-chocolate-e-o-primeiro-roteiro-turistico-tematico-da-bahia>

Cabruca, o incentivo ao cacau orgânico certificado, a venda para empresas renomadas de chocolate e a criação de marcas registradas de cacau-chocolate na região (Cannavale *et al.*, 2024). Isto é, a IP se propõe a desassociar o sul da Bahia dos mercados agrícolas padronizados e elevá-lo como novo nicho de mercado caracterizado como sustentável e com padrão de qualidade superior.

Santini Pigatto *et al.* (2022), mediante a análise documental e de entrevistas com a cadeia produtiva do cacau da região sul da Bahia, concluem que a IP também promove aspectos de inovação social, como cooperação, governança social e esforços coletivos, como também fomenta a importância cultural e histórica do cacau na região. Os estudos também concluíram que a participação de diferentes atores contribuiu para o desenvolvimento territorial e ressaltou a necessidade de fortalecer o capital social para impulsionar a inovação social de forma mais abrangente.

Dessarte, compreende-se que alcançar a inovação e o Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais desfavorecidas prescinde dos elementos fundamentais como a promoção do diálogo social, a governança comunitária e os esforços coletivos, cuja abordagem alinha-se aos ODS, com ênfase na necessidade de integrar práticas sustentáveis em diversas dimensões, como social, econômica e ambiental.

6 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa aplicada e exploratória (GIL, 2017), com vistas a possibilitar o aprimoramento de ideias acerca dos efeitos da Indicação de Procedência das amêndoas de cacau na região sul da Bahia nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, os quais serão identificados e mensurados sob a óptica de indicadores específicos alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Para tanto, foram utilizadas três metodologias: prospecção bibliométrica; metodologia de avaliação da Embrapa Uva e Vinho e metodologia de bola de neve.

A primeira etapa metodológica visou analisar a evolução do tema da Indicação Geográfica atrelado ao Desenvolvimento Sustentável na produção científica no âmbito internacional.

Posteriormente, através da segunda etapa metodológica, houve a delimitação do objeto da avaliação e análise de alguns indicadores de desempenho dos produtores rurais da região sul da Bahia coletados através do SEBRAE e ACSB, a fim de explorar a área estudada e ter base para a aplicação da pesquisa nas próximas etapas.

Em seguida, a terceira etapa metodológica foi embasada na metodologia de avaliação de impactos da Embrapa Uva e Vinho (Mello et al., 2014), uma das principais instituições de pesquisa agropecuária no Brasil, para avaliar a eficácia e o impacto da inovação tecnológica e para quantificar e qualificar os benefícios das tecnologias desenvolvidas para os produtores, para a indústria e para a sociedade em geral.

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas semiestruturadas, conduzidas de maneira remota, conforme a disponibilidade e preferência dos participantes, com amostra dos produtores de cacau da região sul da Bahia que adequam o produto aos requisitos do CET, conforme contato compartilhado pelo presidente da ACSB.

O referido estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número 6.429.978 pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que foi realizado por meio de fontes primárias – entrevistas – e secundárias – dados existentes em relatórios, documentos institucionais, bem como ao produto de outras IG já registradas, a fim de comparação de resultados.

Nesse contexto, foram obtidos vinte contatos, os quais foram considerados e contactados para a entrevista. Desses, dez aceitaram participar. A negativa de participação não foi acompanhada por justificativa, mas, através da aplicação do questionário, notou-se o receio dos produtores quanto ao compartilhamento de dados pessoais sensíveis.

Assim, a entrevista foi realizada com dez entrevistados, todos produtores rurais, membros de associações e cooperativas na região, sendo, alguns, presidentes, cujas propriedades seguem os requisitos do CET para a produção das amêndoas de cacau.

De forma geral, a avaliação utilizada nesta metodologia buscou analisar quais as consequências que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento decorrentes do registro da IP Cacau trouxeram para a região Sul da Bahia, seja para o setor produtivo, seja para a comunidade local.

6.1 Lista das etapas metodológicas

A metodologia ocorrerá em três etapas:

1. Prospecção bibliométrica;
2. Indicadores de desempenho dos produtores rurais do sul da Bahia;
3. Avaliação de Impactos pós-selo da Indicação de Procedência Sul da Bahia de acordo com a Metodologia da Embrapa (Mello, 2014).

6.2 Descrição detalhada de cada etapa metodológica

A metodologia proposta para a avaliação dos impactos da IP do cacau na região sul da Bahia baseou-se em três etapas, quais sejam:

Etapa metodológica 1. Prospecção bibliométrica

Para iniciar a pesquisa, foi realizada pesquisa bibliométrica para analisar a

evolução do tema da Indicação Geográfica atrelado ao Desenvolvimento Sustentável na produção científica, no que se refere ao número de publicações ao longo do tempo, identificação dos principais autores, instituições e países que têm contribuído para o estudo.

O estudo iniciou-se através da pesquisa bibliográfica, com a consulta de livros, artigos científicos, dissertações e teses, oriundos das bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, acessados no portal de Periódicos da CAPES (CAPES, 2023) com abordagem quali-quantitativa (GIL, 2017).

Dada a quantidade significativa de material científico encontrado, o que dificultaria uma análise manual completa, optou-se pelo uso do pacote R (R DEVELOPMENT CORE TEAM, 2009), em conjunto com o Bibliometrix, como ferramenta bibliométrica.

Adicionalmente, realizou-se uma pesquisa exploratória, a partir da análise dos artigos recuperados, para obter informações sobre a avaliação das IG em relação ao desenvolvimento sustentável.

Na busca dos dados, utilizou-se a combinação dos termos "*geographical indication*" (indicação geográfica) e "*sustainable development*" (desenvolvimento sustentável) nos campos título, resumo e palavras-chave das publicações nas bases escolhidas⁸. Também foi feita a delimitação temporal de 1997 a 2022. Não foi feita nenhuma delimitação do tipo de fonte/documento. No total, foram encontrados 129 documentos na base de dados da *Web of Science* e 135 documentos na base de dados da *Scopus*.

Considerando a maior quantidade de documentos encontrados na plataforma *Scopus*, e, tendo em vista uma delimitação mais específica e mais aderente à temática da pesquisa, foi feita uma nova busca nessa plataforma. Para isso, utilizou-se os termos "*geographical indication*" (indicação geográfica), "*indicator*" (indicador) e "*sustainable development*" (desenvolvimento sustentável), do mesmo modo que a pesquisa anterior, com a mesma delimitação temporal (1997 a 2022), sem nenhuma delimitação do tipo de fonte/documento. Foram então encontrados 15 documentos publicados entre 1997 a 2022. Desses, foram extraídas informações relevantes, como título, autores, ano de publicação, fonte, resumo e principais resultados.

⁸ Pesquisa:(*TITLE-ABS-KEY (geographical AND indication) AND TITLE-ABS-KEY (sustainable AND development)*)

Etapa metodológica 2: Indicadores de desempenho de produtores rurais do sul da Bahia

No caso em tela, o objeto de avaliação insere-se no contexto da região sul do estado da Bahia, Brasil, especificamente na área em que foi registrada Indicação de Procedência do cacau, abrangida por 83 municípios.

Com o objetivo de conhecer a Indicação de Procedência Sul da Bahia sob a ótica dos seus atores, buscou-se estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho relevantes para avaliar os resultados da IP Sul da Bahia.

Para tanto, foram utilizados os dados coletados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em colaboração com a ACSB, referente ao período de 2021 a 2023, os quais incluem informações sobre a quantidade de lotes entregues para atestar o padrão de qualidade das amêndoas de cacau de acordo com os requisitos previstos no CET relacionados à propriedade.

Nesse esteio, a pesquisa metodológica visou a análise de número de sacarias entregues pelos proprietários ao Centro de Inovação do Cacau; distribuição temporal das entregas; distribuição geográfica das entregas; regularidade das entregas por propriedade; participação percentual dos municípios; número de propriedades com entregas regulares.

A análise de conteúdo foi conduzida com base na abordagem de Bardin (1997) para examinar os dados qualitativos coletados pelo SEBRAE e pela ACSB, visando identificar tendências, padrões e correlações no desenvolvimento da Indicação de Procedência Sul da Bahia durante o período analisado.

A pesquisa inclui a participação ativa dos seguintes atores: produtores de cacau, membros da Associação Cacau Sul da Bahia, representantes do SEBRAE, além de outros envolvidos na cadeia produtiva e comercial do cacau na região.

Etapa metodológica 3: Avaliação de Impactos pós-selo da Indicação de Procedência Sul da Bahia de acordo com a Metodologia da Embrapa (Mello, 2014).

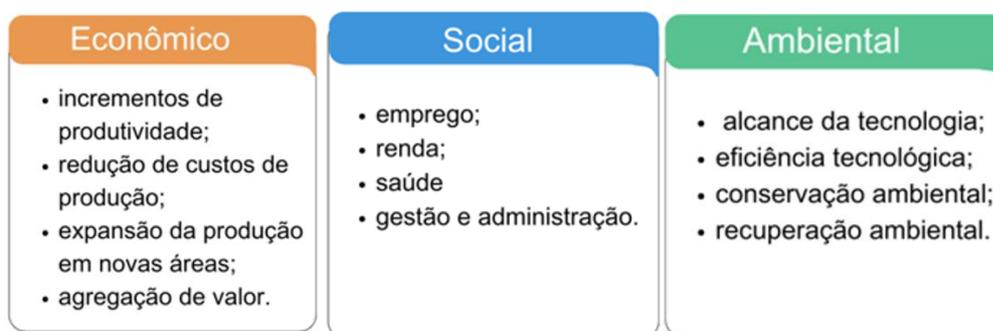
A avaliação dos impactos, de acordo com a Metodologia utilizada pela Embrapa Uva e Vinho (Mello, 2014), ocorre através de alguns passos, a saber: Identificação das dimensões de impacto; Identificação dos atores relevantes; Definição e preparação dos instrumentos de medida de campo; Obtenção das medidas de campo; e, por fim, a avaliação dos impactos do pós-IG, os quais serão a seguir descritos.

a) Identificação das dimensões de impacto.

A escolha das dimensões para avaliação da IP Sul da Bahia está alinhada aos objetivos motivadores da pesquisa, os quais direcionam aos setores econômico, social e ambiental, sob a ótica dos ODS. No mesmo sentido, a escolha das dimensões relaciona-se aos aspectos delimitados na Avaliação de Impactos da Metodologia da Embrapa (Mello, 2014), a qual permite a replicabilidade para diversos produtos com registro da IG.

No que se refere à mensuração, foram analisados os seguintes aspectos:

FIGURA 9 – Dimensões da etapa da Avaliação de Impactos da Indicação de Procedência Sul da Bahia.



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Nesse contexto, visa registrar que a análise dos impactos tem como base o documento emitido pela Embrapa Uva e Vinho (Mello, 2014), de modo que, para a avaliação dos impactos econômicos, utilizou-se o método do excedente econômico em um comparativo entre os anos de 2018 e 2023. Quanto aos impactos sociais, foi aplicada a abordagem qualitativa através de conjunto de análises de indicadores ligados ao bem-estar social, denominado ambitec-social e, no que se refere ao plano ambiental, aplicou-se o ambitec-agro.

Registra-se que, para complementar a abordagem metodológica, a verificação dessas dimensões foi conduzida em colaboração com atores da cadeia produtiva.

b) Identificação dos atores relevantes.

Para a escolha dos possíveis entrevistados, buscou-se o contato com o presidente da Associação Cacau Sul da Bahia, responsável pelo registro e acompanhamento da IG, a fim de que fossem fornecidas informações sobre a produção do cacau de acordo com os requisitos da CET, bem como sobre os

produtores rurais à IP vinculados.

Após o contato e entrevista com o presidente da ACSB, foi fornecido o contato dos demais produtores-chave, chamados sementes, os quais possuem conhecimento da região e da indústria do cacau, dividindo-se entre proprietários de fazendas de cacau e presidentes de cooperativas.

Desde já, salienta-se que, quando da realização das entrevistas, foi solicitado aos produtores-chave a indicação de outros produtores que sejam considerados adequados para participar da pesquisa, e assim por diante, formando uma cadeia de referências para ampliar a amostra de produtores entrevistados, o que caracteriza a metodologia bola de neve (Vinuto, 2014)

Assim, tem-se que a metodologia em bola de neve foi utilizada para alcançar uma amostra representativa de produtores de cacau e outros atores relevantes para a pesquisa – que reflete adequadamente as características e diversidade da população total que está sendo estudada –, facilitando a coleta de dados e a obtenção dos resultados sobre os efeitos da Indicação de Procedência do cacau na região sul da Bahia nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Dessa forma, a amostragem dos entrevistados foi definida através da seleção de agentes especialistas que têm notória relevância na área proveniente de indicação das sementes.

Registra-se que, de acordo com Vinuto (2014), a referida metodologia não permite determinar a probabilidade da seleção de cada participante, tendo em vista que ela depende das conexões sociais dos participantes anteriores. Por essa razão, embora os resultados sejam úteis para analisar grupos específicos ou para explorar questões de pesquisa complexa, não podem ser generalizados para toda a população.

Por essa razão, para conceder maior confiabilidade aos resultados e preencher as lacunas, o estudo utilizou a Metodologia da Embrapa (Mello, 2014) a fim de atribuir relação entre as dimensões, temas principais e indicadores.

c) Definição e preparação dos instrumentos de medida de campo.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi necessário definir e preparar os instrumentos de medida de campo, seguindo as diretrizes da metodologia da Embrapa adaptada ao contexto da IP Sul da Bahia.

Para tanto, com fundamento no Tópico 5.2 da presente pesquisa, as três dimensões ora estudadas foram relacionadas aos seguintes Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável: ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 15 (vida terrestre) e ODS 17 (parcerias e meios de implementação).

A relação entre as dimensões e os ODS supramencionados baseia-se na agregação de valor dos produtos locais, nas melhores condições de vida e trabalho da região e na sustentabilidade com base na preservação ambiental. Essas conexões estão demonstradas na Tabela 1.

TABELA 1 – Relação entre as Dimensões econômica, social e ambiental dos ODS e os pontos principais escolhidos para o estudo.



Fonte: Elaborado pela autora adaptada de Mello *et al.* (2014).

A partir desses métodos, foram estabelecidos onze indicadores para a dimensão econômica, quatro para a social e três para a ambiental, todos decorrentes dos temas anteriormente delimitados, conforme Tabela 2.

TABELA 2 – Indicadores escolhidos para a avaliação das dimensões econômica, social e ambiental para a IP Sul da Bahia



Fonte: Elaborado pela autora adaptada de Mello *et al.* (2014).

Para cada indicador, foram definidas métricas específicas para a mensuração de impacto, considerando variáveis como valores em R\$/ano, hectares cultivados, quantidade de empregos, entre outros, conforme apresentado na Tabela 7 em anexo.

Por conseguinte, foram elaborados formulários estruturados e semiestruturados adaptados para cada categoria de ator envolvido na cadeia produtiva, com vistas a obtenção de dados quantitativos e qualitativos relevantes para a avaliação dos impactos da IP, os quais estão disponíveis no Apêndice D.

Preparado o instrumento, passou-se para a etapa da obtenção das medidas de campo.

d) Obtenção das medidas de campo

A coleta de dados foi conduzida por meio de entrevistas individuais, conduzidas via videoconferência, junto aos atores da cadeia produtiva do cacau no sul da Bahia. Utilizou-se amostragem não probabilística, priorizando aqueles que mais detinham conhecimento sobre a produção de amêndoas de cacau, especialmente o orgânico,

conforme requisitos dispostos no CET.

As entrevistas foram conduzidas com base nos questionários anexados ao presente trabalho (ver Apêndice D).

Registra-se que os entrevistados são produtores de cacau que, entre o registro da IP até o presente momento, realizaram a produção das amêndoas de cacau consoante previsto no CET, bem como submeteram o produto ao teste do CIC para, então, obter o selo da IG.

Salienta-se que todos os entrevistados são membros de associações ou cooperativas. Dentre eles, cinco são presidentes de associações voltadas ao Cacau da sua região, três comercializam chocolate *bean to bar*, um é do modelo da agricultura familiar; dois são grandes produtores; um é produtor de médio porte e seis são produtores de pequeno porte⁹.

Descritos os produtores, informa-se que foi seguido o roteiro de entrevistas de acordo com os seguintes parâmetros: (a) variação anual (2018 e 2023); (b) intensidade de ocorrência (ausente, muito baixa, baixa, média, alta, muito alta) e (c) escolha elencada por meio de prioridades (1º, 2º, 3º, 4º).

A validação das medidas instrumentais de campo foi realizada através de comparações entre os dados obtidos durante as entrevistas, realizadas no ano de 2024 e indicadores pré-estabelecidos referentes ao ano de 2018, haja vista ser o ano de registro da IP Sul da Bahia.

A metodologia utilizada para a análise foi a triangulação de dados, em razão da combinação de métodos quantitativos e qualitativos, com o intuito de garantir a compreensão abrangente dos impactos da IP do cacau na região, possibilitando uma análise profunda e contextualizada.

e) Avaliação dos impactos

Nessa fase, foram atribuídos pesos a cada indicador e métrica com o objetivo de proceder à análise da consistência das respostas. O conjunto de respostas foi

⁹ A diferenciação entre agricultura familiar e pequeno porte foi estabelecida com base em critérios produtivos, organizacionais e legais. O produtor classificado como pertencente à agricultura familiar atende aos critérios da Lei nº 11.326/2006, que estabelece a agricultura familiar como aquela conduzida por núcleo familiar, com mão de obra predominantemente familiar e exploração econômica limitada a módulos fiscais específicos da região. Já os produtores de pequeno porte foram identificados a partir da escala de produção e comercialização, sendo aqueles que, embora tenham uma estrutura produtiva reduzida, podem contar com mão de obra contratada e um volume de produção superior ao de agricultores familiares, mas sem alcançar o patamar de médios produtores.

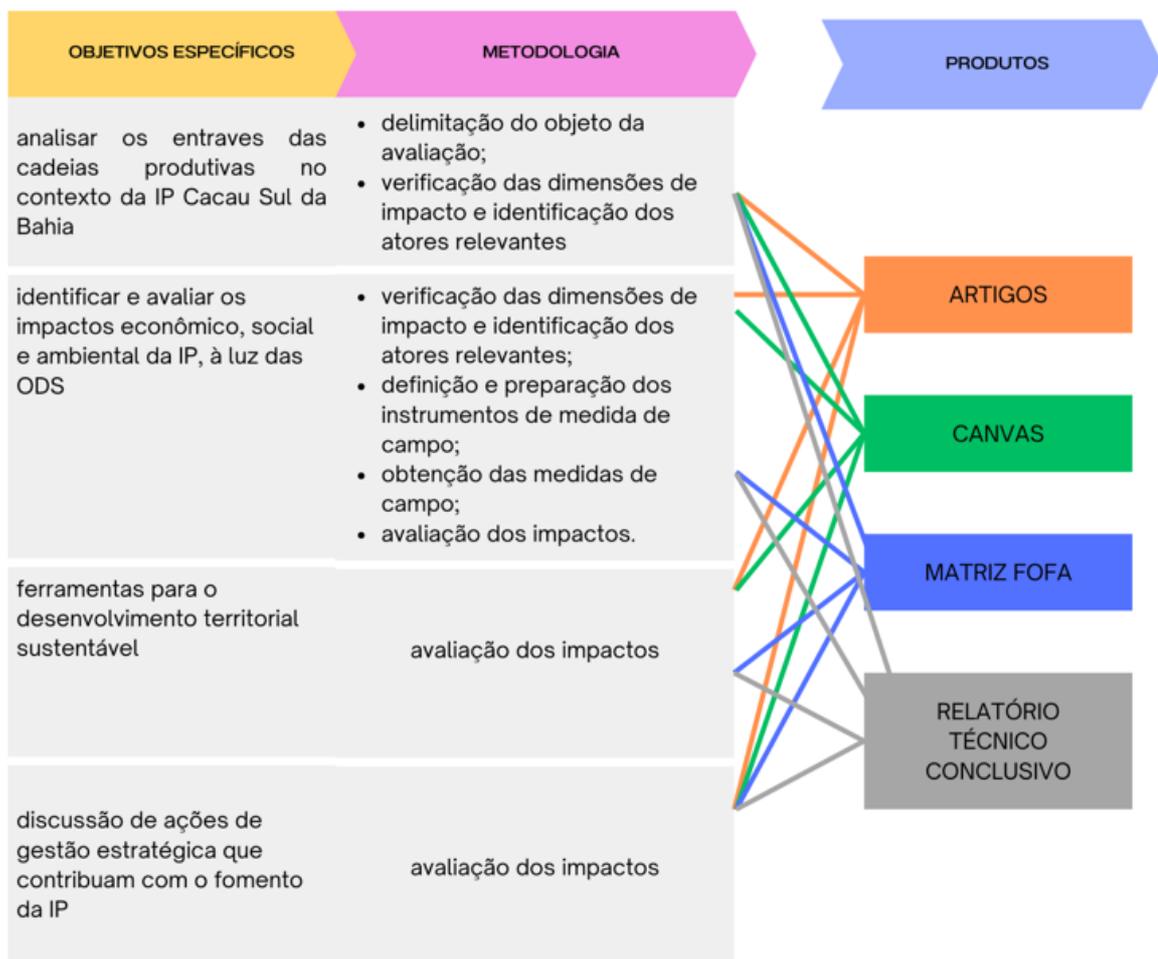
alocado de acordo com categorias relevantes, como tamanho dos produtores (pequenos, médios, grandes), setores da cadeia produtiva, e localidades específicas na região sul da Bahia.

Os resultados dos cálculos foram avaliados em conjunto com outras informações disponíveis para o contexto de avaliação, como dados históricos, estudos anteriores, e estudos qualitativos obtidos durante as entrevistas de campo.

Por conseguinte, os resultados foram apresentados aos atores envolvidos no processo por meio de relatórios detalhados, gráficos e apresentações.

Feitas as explanações, registra-se que a presente metodologia busca responder os objetivos específicos através da elaboração dos seguintes produtos técnico obrigatórios do programa de pós-graduação, conforme Tabela 3 a seguir:

TABELA 3 – Relação entre produtos obtidos pela presente pesquisa através dos objetivos específicos do estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se que o presente estudo visou fornecer embasamento científico às associações e atores da produção e extração de cacau no sul da Bahia, visto que foram estudados os impactos do reconhecimento da IP na região nas dimensões econômica, social e ambiental, com o objetivo de embasar políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

No entanto, a pesquisa enfrentou alguns desafios, como a insuficiência de estudos sobre regiões que obtiveram o selo da IG, bem como o contato com os produtores, especialmente no que concerne ao compartilhamento de informações sobre dados econômicos e, em alguns casos, relacionados às questões trabalhistas.

Por fim, foram firmadas parcerias com o Instituto Federal da Bahia (IFBA), a Associação Cacau do Sul da Bahia (ACSB) e o Centro de Inovação do Cacau para a coleta de dados e realização das análises. O vínculo criado possibilita que os resultados alcançados não apenas apresentem subsídios para o fortalecimento da cadeia produtiva do cacau no sul da Bahia, como também sirvam como embasamento para novas pesquisas sobre os impactos das IG em outros contextos regionais e produtivos.

Do mesmo modo, o presente estudo, associado às parcerias, visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, alinhado aos ODS, e fomentar políticas públicas e estratégias que valorizem os produtores e a cultura.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 Pesquisa bibliométrica¹⁰

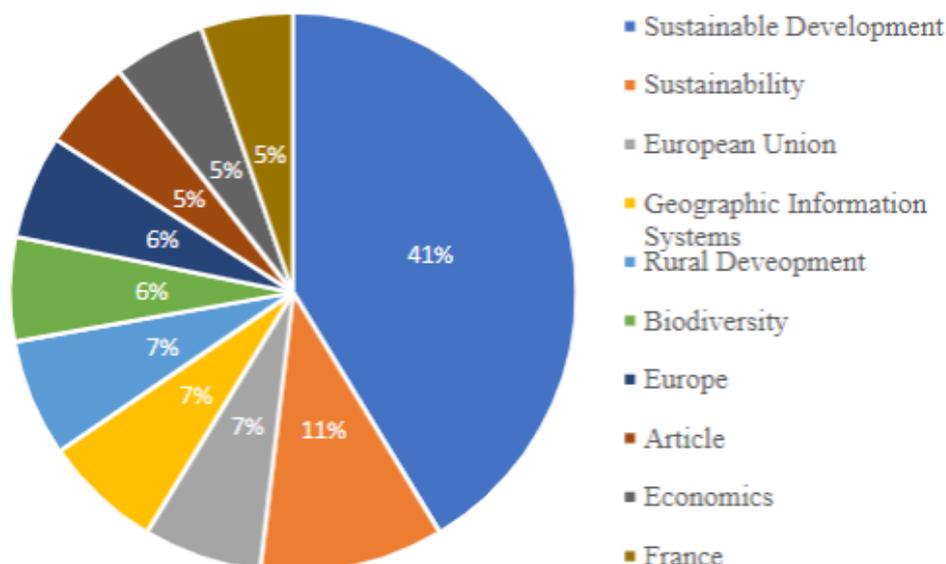
No que se refere à pesquisa bibliométrica realizada na etapa metodológica 1 sob a delimitação temporal de 1997 a 2022, foram encontrados 135 documentos, de 104 fontes e 421 autores na base de dados *Scopus*, cujas fontes mais relevantes trataram sobre: 1) sustentabilidade, 2) agronomia para o Desenvolvimento Sustentável e 3) alimentos, evidenciando a interdisciplinaridade do tema.

Entre as fontes pesquisadas, a *Sustainability*, revista interdisciplinar nas áreas de agronomia, economia, ciências sociais e Desenvolvimento Sustentável, publicou o maior quantitativo de artigos acadêmicos sobre Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável.

Quanto às palavras-chave, a ordem de relevância se manteve nas duas bases, conforme verifica-se na Figura 10.

¹⁰ Artigo Publicado. PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F. .; RIBEIRO, N. M. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Sustentável: uma análise bibliométrica. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 317, 2024. DOI: 10.9771/cp.v17i1.56568.

FIGURA 10 – Palavras-chave em ordem de relevância



Fonte: Adaptada do *Biblioshyne* a partir dos dados da pesquisa da base *Scopus* (2023).

As principais palavras-chave *Sustainable Development* e *Sustainability* apresentam uma notável interseção conceitual, com orientação contemporânea dos estudos acadêmicos sobre a sustentabilidade e a promoção de medidas concretas, visando a consecução de um futuro mais sustentável. Na visão geral, os termos são abordados de maneira ampla e examinam aspectos diversos e interligados entre si.

Em que pese haja uma prevalência dos países anglo-saxões e europeus na produção científica, houve crescimento significativo da participação de países em desenvolvimento, o que contribui para uma visão mais inclusiva e abrangente do tema, essencial para promover soluções que atendam às necessidades e desafios globais.

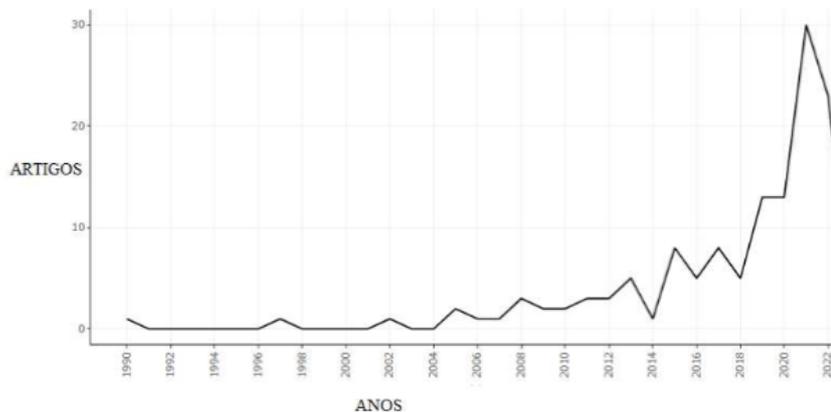
A seguir, serão analisados e discutidos os resultados da pesquisa na seguinte ordem: produção científica anual; fontes mais relevantes; países na produção científica; autores na produção científica e o Brasil na produção científica.

7.1.1 Produção científica anual

A pesquisa bibliométrica dos documentos recuperados da base de dados *Scopus* demonstra que a taxa de crescimento do número de publicações com a busca por ano foi de 4,29. Entre 1997 e 2007, foram encontradas apenas quatro publicações.

De 2008 a 2022 houve aumento significativo, e em 2021 um pico de 30 artigos foi registrado na base de dados *Scopus*, conforme Figura 11.

FIGURA 11 – Produção científica anual com as palavras-chave *Sustainable Development* e *Sustainability* na base *Scopus* entre 1997 a 2022.



Fonte: Elaborado pelo Biblioshyne a partir dos dados da pesquisa da base *Scopus*, 2023.

Dentre os artigos analisados, a pesquisa de SgROI (2021) intitulada "*Territorial development models: A new strategic vision to analyze the relationship between the environment, public goods and geographical indications*" recebeu um total de 14 citações. O autor explora a relação entre IG, desenvolvimento territorial e bens públicos, com foco na produção de tomates de Pachino, localizada no centro do Mediterrâneo. Explora que o sucesso das IG depende do papel da comunicação na transmissão de informações no que tange à coesão social e o próprio crescimento da região agroalimentar produtora.

O segundo artigo mais citado, de Krajnc *et al.* (2021), trata sobre os métodos seletivos para investigar a autenticidade e a origem geográfica de produtos alimentícios mediterrâneos, com objetivo de proteger o valor agregado dos produtos, garantir a qualidade e a autenticidade do sistema de produção em resposta às demandas éticas, ambientais e sociais, sob avaliação crítica das técnicas analíticas atualmente utilizadas para determinar a procedência e autenticidade dos alimentos.

A análise geral dos demais artigos revela que as IG têm um papel importante na preservação de conhecimentos ancestrais e na conservação da diversidade cultural, ao valorizar práticas tradicionais de produção e enfatizar a importância da cultura local (Mariani *et al.*, 2021). Além disso, ao estabelecer normas e padrões de qualidade para produtos específicos de determinadas regiões, as IG promovem o uso

responsável dos recursos naturais, incentivam a conservação da biodiversidade e garantem a autenticidade e a procedência dos produtos, o que aumenta a confiança entre produtores e consumidores (Sgroi, 2021; Lambarraa-Lehnhardt, 2021).

Por todo o exposto, nota-se que o aumento da produção científica acerca do Desenvolvimento Sustentável, com foco na preservação do meio ambiente e na valorização da cultura local, colabora com o crescimento das pesquisas sobre a IG, que também pode ter sido influenciado pelos ODS propostos pela ONU em 2015.

7.1.2 Fontes mais relevantes

Sob a análise do tema, observou-se a natureza multidisciplinar, não limitada a uma região geográfica. As principais publicações sobre o tema ocorrem em Revistas e Congressos com enfoque no que tange ao Meio Ambiente, Economia e Ciências Sociais, conforme indicado pelos dados recuperados.

A interdisciplinaridade se demonstra nos focos das fontes. A revista *Sustainability* (ISSN 2071-1050) é focada no campo da sustentabilidade técnica, ambiental, cultural, econômica e social, com vistas à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável e com objetivo de informar e destacar soluções inovadoras, estudos de caso e tendências emergentes na área da sustentabilidade, sob a ótica da Agenda 2030 da ONU (MDPI, 2023). Por sua vez, a *Acta Horticulturae* é uma publicação científica especializada que abrange pesquisas, desenvolvimentos e avanços na área da horticultura (Actahort, 2023). No que tange à IOS, trata-se de uma série de conferências científicas com apresentações relacionadas à Ciência da Terra e ao Meio Ambiente, nas áreas de Geologia, Ciências do Solo e afins (IOP Publishing, 2023).

Em resumo, essas publicações representam esforços significativos nos campos da sustentabilidade, ciências da Terra e do meio ambiente, bem como na horticultura. Desempenham papéis importantes na disseminação de conhecimentos, na promoção da colaboração e na identificação de soluções inovadoras para os desafios enfrentados em relação à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável.

Em análise específica de publicações da revista *Sustainability*, notou-se a

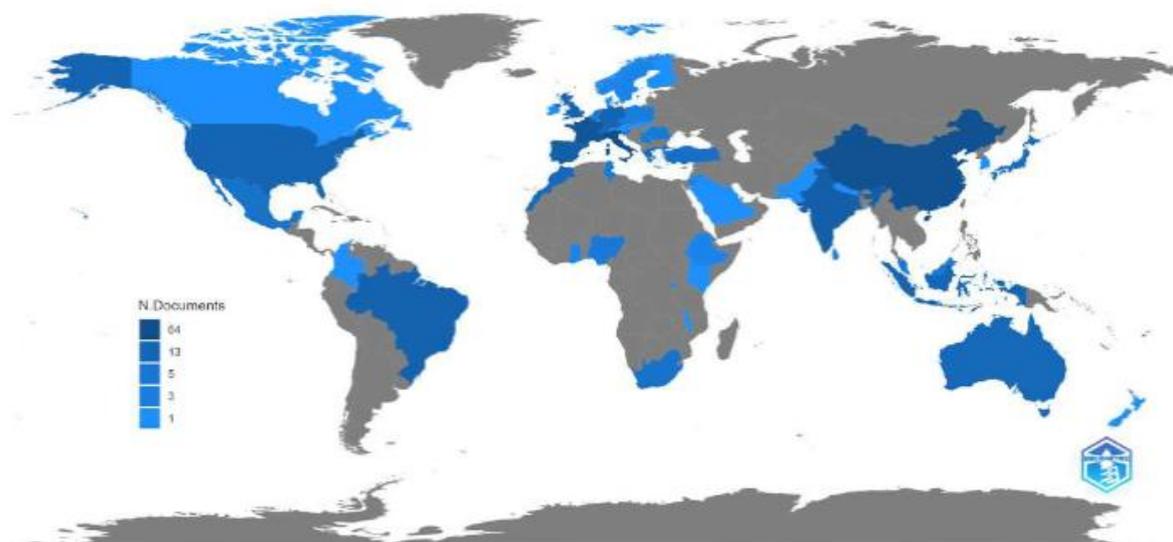
ampla produção científica no que concerne às avaliações dos impactos que o registro da IG proporciona (Clodoveo *et al.*, 2021; Mariani *et al.*, 2021, Kimura *et al.*, 2021) no Norte global¹¹, ao passo que os países em desenvolvimento seguem no estudo acerca das perspectivas que o ativo poderia causar no desenvolvimento territorial (Reyes-Chávez *et al.*, 2021; Bowen, 2010; Defrancesco *et al.*, 2012).

A abordagem multidisciplinar é essencial para uma compreensão abrangente do tema, pois cada área pode trazer contribuições únicas para a análise das IG e seu impacto na sustentabilidade. Por exemplo, a perspectiva da Agronomia pode enfatizar a proteção e a qualidade dos produtos, enquanto a Economia pode focar nas implicações econômicas e no valor agregado das Indicações Geográficas. Já as Ciências Sociais podem analisar as interações sociais e culturais relacionadas às IG, e o Desenvolvimento Sustentável pode se concentrar na dimensão ambiental e social. A integração dessas diferentes perspectivas disciplinares pode fornecer uma visão mais completa e holística do tema, levando a uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades associados.

7.1.3 Países na produção científica

A distribuição geográfica dos 135 trabalhos científicos da base *Scopus* revela uma variedade de contextos regionais em que a relação entre Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável é abordada, na seguinte ordem: 1) Itália; 2) China; 3) França; 4) Espanha e 5) Índia, conforme ilustrado na Figura 12.

FIGURA 12 – Produção Científica nos países sobre a relação de Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Elaborada pelo Biblioshyne a partir dos dados da pesquisa da base Scopus (2023).

Notou-se a presença significativa de contribuições da Europa e dos Estados Unidos, o que sugere um interesse e envolvimento ativos dessas regiões na pesquisa e discussão sobre o assunto. Isso se deve, principalmente, à construção de uma base sólida regulatória e uma abordagem bem estabelecida para a exploração de mercados. Por conseguinte, os estudos europeus e norte-americanos demonstram que há comprovação da eficácia do instituto, principalmente no que tange à Denominação de Origem, para a agregação de valor e comercialização dos produtos (De Francesco; Orrego; Gennari, 2012; Mancini, 2013). Por outro lado, no que tange aos países emergentes, é evidente uma falta de desenvolvimento de legislação específica, ausência de coordenação entre os diversos atores sociais envolvidos e uma falta de conhecimento generalizado sobre o assunto por parte da população (De Oliveira; Giraldi; Galina, 2021).

A liderança da Europa no que diz respeito à certificação e ao desenvolvimento pode ser atribuída à longa tradição de IG, haja vista a ampla variedade de produtos já registrados, como vinhos, queijos, azeites e produtos agrícolas específicos de determinadas regiões. Essa experiência e a *expertise* acumuladas ao longo do tempo podem ter impulsionado o interesse e a produção científica nessa área. Os Estados Unidos também se destacam, com forte conexão e citação com outros países, o que pode ser atribuído à importância do seu mercado e da colaboração em redes.

Por outro lado, a análise bibliométrica mostrou que, entre os dados recuperados na base *Scopus*, o Brasil conta com seis artigos publicados na referida plataforma, sendo que três foram publicados no ano de 2022 e os outros três foram publicados em 2008, 2011 e 2021. A falta de participação significativa na produção do conhecimento científico nessa base de dados relacionado às IGs e seu impacto na sustentabilidade pode ser justificada: pelo pouco incentivo de publicação e investimento na pesquisa nessa área; pela priorização de outros temas de pesquisa no contexto acadêmico brasileiro ou, ainda, por uma concentração das publicações em periódicos que não estão indexados nas bases internacionais como a *Scopus*.

Além disso, a constatação de que os estudos sobre os produtos brasileiros não são tão divulgados em língua inglesa quanto os de outros países sugere uma lacuna na compreensão dos impactos do registro do instituto para o Desenvolvimento Sustentável no país. Essa falta de divulgação pode limitar a capacidade de avaliar e melhorar a sustentabilidade dos produtos com Indicação Geográfica no Brasil, bem como de promover seu reconhecimento e valorização no mercado internacional.

Essas discrepâncias na produção científica entre países e regiões destacam a importância de promover a pesquisa e a colaboração acadêmica em nível global. É essencial que haja uma troca de conhecimentos e experiências entre diferentes países e regiões, a fim de compartilhar boas práticas, desafios e oportunidades relacionados à proteção, promoção e desenvolvimento sustentável das Indicações Geográficas em diferentes contextos.

7.1.4 O Brasil na produção científica

No que tange à produção científica brasileira, nota-se a representação limitada sobre IG e Desenvolvimento Sustentável, considerando as notáveis diversidades geográficas e socioeconômicas, o que demanda uma abordagem mais contextualizada e adaptada às especificidades de cada região do Brasil.

O artigo brasileiro indexado mais antigo (Tonietto, 2006) aborda a importância de indicadores geográficos na viticultura, com destaque para o zoneamento vitícola como ferramenta que fornece informações sobre solo, clima e adaptação das variedades da uva, com aplicações práticas no que tange ao

processo de produção. Ao final, compartilha contribuições para o mercado de uvas de mesa e vinhos, o desenvolvimento territorial sustentável e a possibilidade de certificação dos produtos regionais.

O artigo seguinte (Neiva; Sereno; Fioravanti, 2011) faz estudo acerca da possibilidade de registro do produto Carne de Curraleiro Kalunga, pela comunidade quilombola Kalunga em Cavalcante, Goiás, Brasil. Por intermédio de seis etapas, propõe estratégias para a região e produção, a fim de possibilitar o estabelecimento de um modelo sustentável de exploração do bioma Cerrado, a preservação da raça bovina na região e de proporcionar maior disponibilidade de alimentos e aumento de renda para as famílias e produtores quilombolas.

Milano e Cazella (2021) realizam uma revisão integrativa de 28 estudos com evidências empíricas sobre os impactos das Indicações Geográficas na sustentabilidade ambiental. O estudo conclui pela ocorrência de 16 efeitos ambientais positivos – comuns nos países do Norte Global – e cinco negativos – prevalentes no Sul global¹² (América Latina, África). Por conseguinte, ressalta a importância de expandir as pesquisas sobre como as IG se relacionam com os resultados de sustentabilidade, ao tempo que reconhece a complexidade do uso dessa estratégia, especialmente na referida região, por atuarem como ferramentas para o desenvolvimento territorial sustentável.

Quanto aos estudos encontrados do ano de 2022, dois tratam especificamente da IG, enquanto a pesquisa de Bettencourt (2022) fornece informações sobre a disponibilidade e o equilíbrio geográfico da água, com três cenários prospectivos de demanda hídrica para 2025 e 2035.

Outrossim, Prado et al. (2022) analisam iniciativas de Desenvolvimento Sustentável em territórios rurais com ênfase na agricultura familiar, sob a análise da construção do registro do produto da Erva-Mate no Planalto Norte Catarinense. O estudo identifica dificuldades sobre o funcionamento da IG entre os atores da cadeia produtiva e apresenta uma estrutura de governança estabelecida na região que permite a adesão de outras iniciativas. Ao final, concluem que as estratégias de desenvolvimento precisam ser adaptadas às especificidades socioculturais,

¹² O termo "Sul global" é usado para se referir a países em desenvolvimento, principalmente localizados no Hemisfério Sul, os quais compartilham características como economias emergentes, desafios socioeconômicos significativos, disparidades de renda, infraestrutura limitada, acesso limitado a tecnologias avançadas e sistemas políticos em transição (De Oliveira; Giraldo; Galina, 2021)

ecológicas e ambientais do Brasil. Inclusive, Santini Pigatto et al. (2022) dispõem que o Brasil é um país em desenvolvimento com condições climáticas favoráveis, extensas áreas rurais e diversidade de culturas que podem favorecer o desenvolvimento.

Nesse esteio, cumpre trazer à baila a pesquisa realizada por Santini Pigatto *et al.* (2022) acerca do produto Cacau do Sul Bahia, Indicação de Procedência registrada em 2018 junto ao INPI. De início, informa que o comprometimento, o capital social e a valorização da cultura, da tradição e da origem do produto são fundamentais para majorar a competitividade dos agricultores, ao passo que considera a proteção da IG como estratégia para aprimorar a inovação social e o desenvolvimento territorial e, por conseguinte, garantir a qualidade do produto e o desenvolvimento territorial da região que abrange 83 municípios.

Santini Pigatto et al. (2022) relataram também que a Bahia é um dos maiores produtores de cacau do Brasil, desde 1970, embora tenha havido o declínio da sua produtividade na atualidade. Em seguida, o estudo apresenta que a IP Sul da Bahia busca retomar o reconhecimento da região, como, por exemplo, a participação de produtores em eventos internacionais relacionados ao Chocolate e ao Cacau, com vistas a aumentar o potencial turístico.

Estudos demonstram (Lopes et al., 2023; D'Alexandria, 2015) inclusive que o turismo pode ser um subproduto das IG em razão da forte atratividade de visitantes para vivenciar a singularidade local, cuja experiência é apresentada como uma forma de agregar valor e potencializar o turismo regional. Para tanto, os mesmos estudos destacam a necessidade de políticas públicas estruturadas como estratégia de desenvolvimento territorial com a finalidade de possibilitar o acesso a mercados e entregar diferencial competitivo.

De forma geral, a produção científica brasileira sobre Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável, mesmo em crescimento, destaca a necessidade de abordagens contextualizadas e específicas para cada região, reconhecendo as diversidades geográficas e socioeconômicas do país.

O desafio reside não apenas na implementação das IG, mas também na integração eficaz de políticas públicas e ações governamentais para estimular mercados em desenvolvimento.

A questão foi exposta no estudo de Saldanha, Borges Rocha e Piler Carvalho dos Santos (2022), que, também em pesquisa bibliométrica na plataforma Scopus, constatou a necessidade de expansão das discussões e reflexões sobre a IG no Brasil,

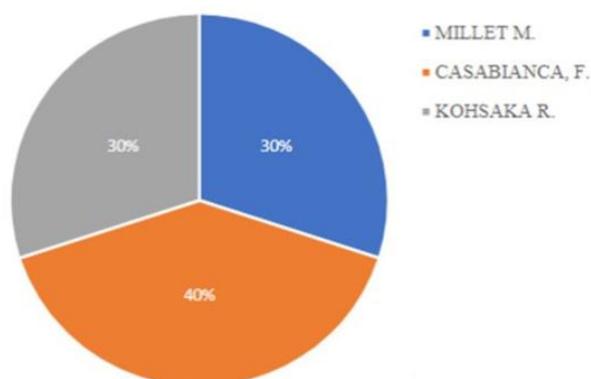
com enfoque no estado da Bahia. Isso porque há potencial a ser explorado em relação a atividade produtiva em diversas regiões do referido estado, bem como há carência de estudos que analisem os impactos e as consequências do registro da Indicação Geográfica.

7.1.5 Autores na produção científica

Relativamente à contribuição dos autores, a análise dos documentos recuperados na base *Scopus* mostra a participação de 421 autores. Entre os 135 documentos, 29 são de autoria única; encontrou-se uma média de 3,35 coautores por documento e 24,44% de coautorias internacionais.

Os autores mais produtivos serão apresentados na Figura 13.

Figura 13 – Autores mais produtivos com base na relação de Indicação Geográfica e Desenvolvimento Sustentável de 1997 a 2023.



Fonte: Adaptada do Biblioshyne a partir dos dados da pesquisa da base Scopus (2023).

Sob a análise das publicações, nota-se que Morgane Millet e François Casabianca (2019) e Millete et al. (2020) participaram juntos em dois estudos, os quais relacionam sustentabilidade e sistemas agroalimentares localizados, quais sejam: 1. *Sharing values for changing practices, a lever for sustainable transformation? The case of farmers and processors in interaction within localized cheese sectors* (2019); 2. *Product Qualification as a means of identifying Sustainability pathways for place-based agri-food systems: the case of the Gi Corsican Grapefruit* (2020).

O primeiro artigo explorou a interação entre agricultores e processadores dentro dos setores locais de queijo, com a análise da partilha de valores como um elemento-chave para impulsionar a transformação sustentável. Ao final, ressalta a necessidade de compartilhar conhecimentos, valores e práticas sustentáveis, a fim de promover uma transformação positiva nos sistemas agroalimentares locais (Millet; Casabianca, 2019).

Por sua vez, o segundo artigo centra-se na qualificação de produtos como forma de identificar caminhos sustentáveis para os sistemas agroalimentares localizados, sob a observação da Indicação Geográfica da toranja corso e como a qualificação do produto se apresenta como um instrumento para impulsionar a sustentabilidade nesses sistemas. Os autores enfatizam a importância de estabelecer critérios de qualificação que valorizem a sustentabilidade ambiental, social e econômica, ao passo que argumentam que a qualificação dos produtos pode ser uma ferramenta eficaz para promover práticas sustentáveis e preservar a identidade cultural das regiões produtoras (Millet et al., 2020).

Merece o destaque a Morgane Millete, uma das autoras mais produtivas pela quantidade de publicações existentes, bem como pela versatilidade dos temas abordados. A autora ainda consegue fazer diálogos colaborativos, como François Casabianca. A análise da produção científica desses autores revela a sustentabilidade em diferentes aspectos, respeitados os valores e conhecimentos que impulsionam transformações positivas. Em análise conjunta, os trabalhos revelam padrões de interação, cuja colaboração não apenas fortalece a credibilidade dos resultados, como também sugere a formação de redes de conhecimento que transcendem fronteiras.

No que se analisa o estudo intitulado *Discourse of quality and place in geographical indications: Applying convention theory to Japanese tea* (Miyake; Kohsaka, 2022), destaca-se a influência dos elementos de qualidade e lugar nas Indicações Geográficas sob o exame da aplicação da teoria das convenções no contexto do chá japonês. O autor fortalece a valorização de elementos positivos relacionados à região e ao meio ambiente para agregar valor às práticas de IG, ao passo que demonstra a diversidade de locais em que se estabelecem os produtos passíveis de reconhecimento da IG.

Em um contexto geral, os artigos revelam a importância de abordagens colaborativas e de compartilhamento de valores e conhecimentos para promover a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares localizados, bem como destacam a

relevância de práticas sustentáveis e de preservação da identidade cultural e ambiental das regiões produtoras, com o objetivo de promover uma transformação sustentável.

7.2 Indicadores de desempenho de produtores rurais do sul da Bahia¹³

A produção de cacau na região Sul da Bahia é marcada pela sua qualidade e valorizada por suas características de sabor e aroma, com destaque tanto para a economia local, quanto para o cenário nacional e internacional (Pigatto *et al.*, 2022).

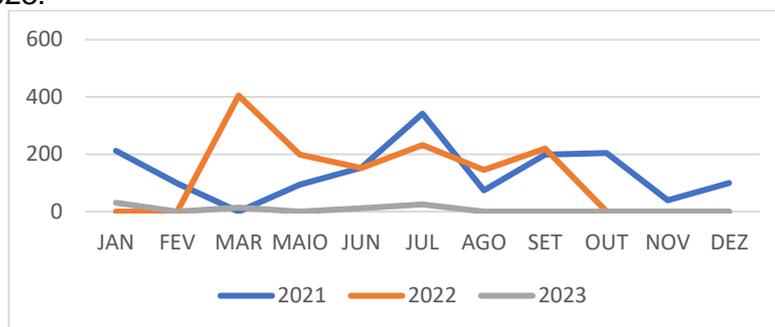
Na referida região, a produção das amêndoas é influenciada por elementos como o clima e o manejo, que têm um impacto significativo no custo e na viabilidade desse cultivo. Por essa razão, a sazonalidade, correspondente à variação na produção ao longo dos meses do ano, apresenta comportamento instável, haja vista que a produção e a oferta se concentram em determinados períodos (Zugaib *et al.*, 2015).

De acordo com a literatura (Zugaib *et al.*, 2015; dos Santos Filho *et al.*, 2016), o cacau é tradicionalmente colhido duas vezes ao ano: os meses de outubro a março corresponde ao momento em que as condições climáticas são ideais para o cultivo do cacau na Bahia, chamado de período da safra principal. O período posterior, de abril a setembro, é denominado de safra temporã.

Assim, de acordo com os dados coletados, no ano de 2021 o pico de entrega das sacarias ocorreu no mês de novembro de 2021, de acordo com o período de safra principal informado pela literatura. No entanto, o fato não se repetiu nos anos seguintes. Isso porque, nos anos de 2022 e 2023, a maior quantidade de entrega de sacarias ocorreu no mês de julho, na safra temporã, conforme se observa na Figura 14.

¹³ PEREIRA, Maria Gabriella Alves; LIMA, Angela Maria Ferreira; SANT'ANA, Cristiano de Souza; MARTINS, Luís Oscar Silva; SILVA, Marcelo Santana. Analysis of Rural Producers' Performance Indicators: a Case Study of Cooperative Members of the Southern Bahia Cocoa Indication of Origin. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 10, p. e08447, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n10-070. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/8447>. Acesso em: 17 dec. 2024.

FIGURA 14 – Entrega ao SEBRAE de sacarias (30kgs) de cacau por mês nos anos de 2021, 2022 e 2023.



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados pelo SEBRAE e ACSB (2023).

A Figura 14 demonstra que, sob a análise conjunta dos três anos, a maior entrega de sacarias de cacau ocorreu no período de julho do ano de 2021. Ademais, verificou-se que o período de colheita do cacau na região sul da Bahia ocorre entre maio e setembro, com pico de produção entre junho e agosto, no período da safra temporã.

A análise dos dados, associada à pesquisa de campo realizada na Etapa Metodológica 3, permitiu concluir que essa variação é explicada, sobretudo, por fatores climáticos e fitossanitários que afetam o desenvolvimento e a maturação dos frutos ao longo do ciclo produtivo.

Os entrevistados informaram que um dos principais desafios enfrentados pelos produtores de cacau é a incidência de doenças fúngicas, as quais podem se intensificar de acordo com as condições climáticas específicas de cada período do ano.

Como exemplo, citaram que durante os meses de maio a julho, há uma alta incidência de podridão parda (*Phytophthora* spp.), uma doença que prospera em ambientes úmidos e chuvosos e, como consequência, os frutos jovens (birros), que deveriam amadurecer na safra principal, sofrem perdas significativas, reduzindo o potencial produtivo nos meses seguintes. Além disso, a partir de setembro, em decorrência das temperaturas elevadas causadas pela mudança climática, há um aumento expressivo da vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*), que compromete o desenvolvimento dos frutos e das estruturas vegetativas da planta.

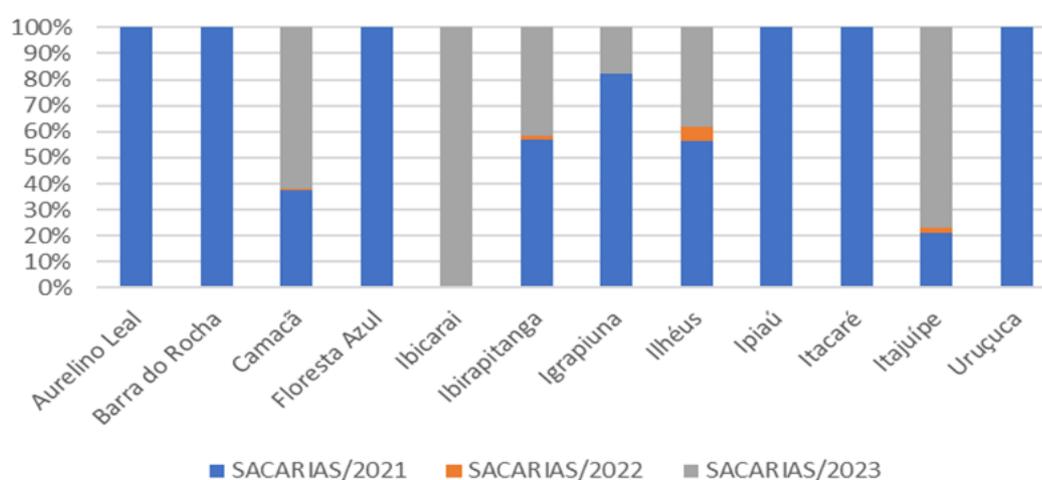
Dessa forma, considerando a perda dos birros – que amadureceriam na safra principal – e a vassoura-de-bruxa – que compromete o desenvolvimento dos frutos e das estruturas vegetativas da planta –, o resultado é a redução do volume da safra

principal.

Por outro lado, a safra temporã tende a ser menos afetada visto que a formação dos frutos ocorre em um período com menor pressão de doenças fúngicas, o que contribui para uma produção mais estável e, por vezes, superior a safra principal. Dessarte, concluiu-se que a oscilação na produtividade das safras, bem como a maior produção na safra temporã, relacionam-se às condições ambientais e fitossanitárias que impactam o desenvolvimento dos frutos.

Noutro ponto, quanto à distribuição geográfica da produção de cacau nos 83 municípios abrangidos pela região da IP, nota-se que apenas 12 municípios registraram a entrega de sacarias pelos cooperados junto ao Sebrae, em, pelo menos, um dos três anos analisados, consoante delimitado na Figura 15.

FIGURA 15. Entrega de Sacarias de Cacau por Município da região Sul da Bahia ao Centro de Inovação do Cacau para análise no período de 2021 a 2023.

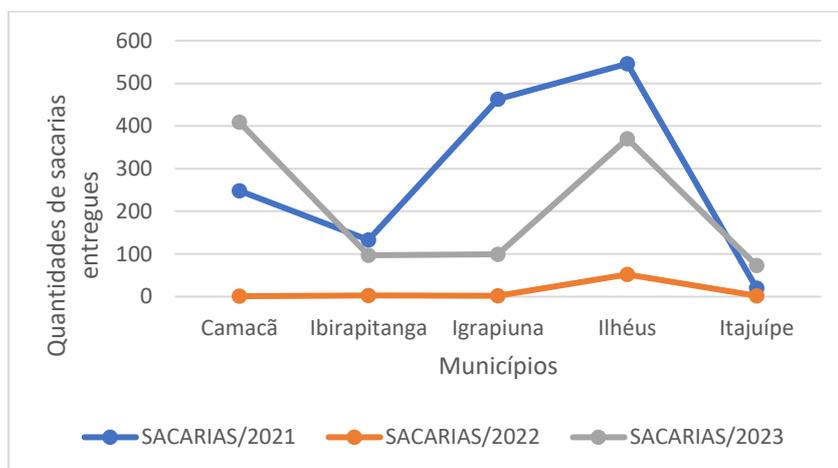


Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados pelo SEBRAE e ACSB (2023).

Sugere-se certa estabilidade na produção de cacau na região, em dois períodos definidos de colheita. Ademais, observa-se que a produção de cacau na região não está uniformemente distribuída, e alguns municípios têm uma participação mais significativa na produção.

No mesmo contexto, dos municípios que registraram entregas de sacarias no Sebrae, apenas cinco mantiveram essa regularidade nos três anos analisados, consoante observa-se na Figura 16, o que destaca a sua importância na produção de cacau da região e aliados aos princípios do cooperativismo.

FIGURA 16 – Evolução da quantidade de sacarias de cacau entregues por municípios que mantiveram entregas de 2021 a 2023.

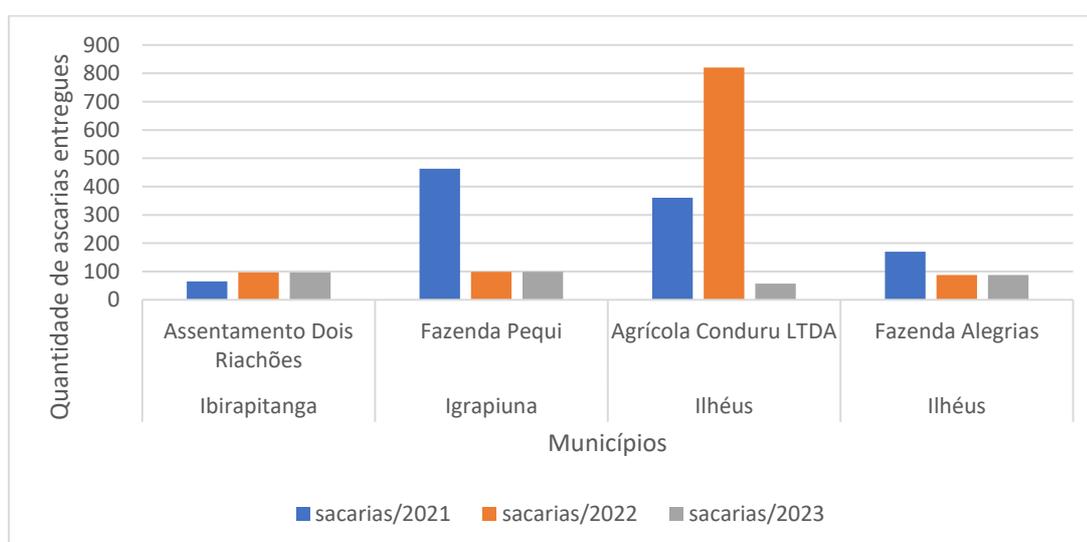


Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados pelo SEBRAE e ACSB (2023).

Além disso, a análise das propriedades que realizaram entregas regulares ao longo do período demonstra que o município de Ilhéus se destaca como o que mais registra dados junto ao Sebrae, seguido por Ibirapitanga e Igrapiúna.

Desses municípios, quatro propriedades registraram a entrega das sacarias em todos os anos do período, sendo duas delas localizadas em Ilhéus, conforme Figura 17.

FIGURA 17 – Evolução da quantidade de sacarias de cacau entregues pelas propriedades que mantiveram entregas de 2021 a 2023.



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados pelo SEBRAE e ACSB.

A Fazenda Alegrias, localizada em Ilhéus, com 160 hectares de terra, sendo 90

hectares de cacau, foi destacada por seu pioneirismo na cultura cacauzeira por mais de 200 anos em reportagem da Agência Sebrae (2024). A propriedade, ao longo desse tempo, tornou-se uma das principais produtoras da região, o que evidencia sua contribuição significativa para a produção de cacau na área. No contexto, o produtor da fazenda, Antonio Lavigne, informou que o cacau de IG tem crescido gradualmente, sendo muito procurado por pequenos negócios, especialmente do movimento *bean to bar* (das amêndoas de cacau à barra de chocolate).

O modelo *bean to bar* se materializa na fabricação de chocolate por pequenas fábricas que recebem as amêndoas de produtores sustentáveis e procedem à fabricação. Constitui-se na criação de produto com aromas específicos, atribuídos à cadeia de valor com base em comércio justo e sustentável (Oliveira, 2013), razão pela qual guarda íntima relação à proteção fornecida à Indicação Geográfica, bem como aproxima o consumidor final do produtor.

Assim, o movimento corresponde a modelo de produção e de negócios pautado em alternativas para soluções ambientais sustentáveis e impacto social positivo como resposta à mudança de comportamento dos consumidores, especialmente em relação à proteção ambiental e ao consumo de alimentos de origem (Gomes; Dias, 2022). Isto é, o movimento não apenas valoriza os produtos locais, mas também promove a sustentabilidade e a transparência na cadeia produtiva.

Por todo o exposto, considerando que a IP Sul da Bahia não apenas protege o nome geográfico, mas também valoriza a cultura e as tradições locais associadas à produção de cacau, a implementação de políticas públicas com base na região e considerando os direitos concedidos pela IG podem promover impactos significativos no setor.

Isso porque, ao agregar valor ao produto local e incentivar práticas de produção sustentável, a IP pode gerar empregos, aumentar a renda dos produtores e atrair investimentos para a região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

É o que se conclui pelos estudos de Santana *et al.* (2020), ao evidenciar a promoção de otimização de processos e de resultados na produção de produtos com qualidade superior, e de Santana, Gosling (2018) e Sulis; Gimenes-Minasse (2021), referente ao crescimento do turismo rural no sul da Bahia nas últimas décadas.

Por todo o exposto, a produção de cacau na região Sul da Bahia é relevante tanto pela qualidade do produto, quanto pelos impactos econômicos, sociais e

ambientais que gera. Assim sendo, a sazonalidade da produção, influenciada pelo clima e manejo, evidencia a necessidade de estratégias de gestão e planejamento para garantir a sustentabilidade do setor.

7.3 Avaliação de Impactos pós-selo da Indicação de Procedência Sul da Bahia de acordo com a Metodologia da Embrapa

Nessa etapa do estudo, foram analisados os dados obtidos através das entrevistas, complementados por informações secundárias provenientes de instituições como SEBRAE e ACSB, a fim de avaliar se houvera impactos na região a partir do registro da IP Sul da Bahia.

Para tanto, a literatura denota a necessidade de abordagem integrada, incluindo elementos essenciais de valorização do patrimônio econômico, cultural, promoção do bem-estar social e o fortalecimento do turismo regional (CERDAN et al., 2010).

Dessarte, a análise abrange a evolução de variáveis econômicas como renda e produtividade, aspectos sociais como a geração de empregos e o fortalecimento das comunidades locais, e práticas ambientais relacionadas à conservação de áreas nativas e à adoção de métodos sustentáveis de produção, mensurados a partir de comparações entre os anos de 2018 e 2023.

Cada uma das dimensões foi abordada através de critérios metodológicos delineados na seção 5.3, que orientaram a coleta de dados e a análise dos impactos, buscando, assim, oferecer uma compreensão abrangente e contextualizada sobre os efeitos da IP.

Ao longo deste capítulo, serão apresentados os resultados de cada dimensão, com ênfase nas análises objetivas, bem como nos relatos qualitativos que ilustram as mudanças percebidas pelos diferentes atores envolvidos.

Cumpram-se ratificar que os entrevistados foram atores envolvidos na cadeia produtiva, entre pequenos, médios e grandes produtores de cacau, todos membros de associações ou cooperativas, já tendo, em algum momento, vendido amêndoas com o selo da IG. Dentre eles, cinco são presidentes de associação e três comercializam chocolate *bean to bar*, razão pela qual têm autoridade para tratar sobre

a mudança do panorama da região com a produção do chocolate orgânico, e, especificamente, do registro da IP Sul da Bahia.

Nesse esteio, visa informar que as dimensões ora estudadas guardam relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030 da forma como dispõe a Tabela 4.

Tabela 4 – Relação das dimensões estudadas (econômica, social e ambiental) com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Dimensão	ODS Relacionados	Exemplos de Impactos
Econômica	ODS 8 e ODS 12	Geração de emprego, valorização da produção local, aumento da renda.
Social	ODS 8 e ODS 17	Inclusão social, melhoria das condições de trabalho, fortalecimento de parcerias.
Ambiental	ODS 12, ODS 15 e ODS 17	Proteção da biodiversidade, uso sustentável do solo, recuperação de áreas degradadas.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Esclarecido o contexto da pesquisa de campo, passa-se à análise dos resultados do questionário para as dimensões estudadas.

7.3.1 Dimensão Econômica

As entrevistas revelaram um cenário de transformações significativas na cadeia produtiva do cacau no sul da Bahia, já percebidas no âmbito nacional.

Desde 2023 a produção global de cacau enfrenta desafios significativos, refletindo-se em um aumento exponencial no valor da arroba do cacau bulk¹⁴, cujo cenário foi impulsionado por uma combinação de fatores climáticos e fitossanitários que afetaram drasticamente a oferta mundial (Estadão, 2023; Mercado do Cacau, 2024; Jornal da USP, 2023).

¹⁴ O cacau bulk é denominado cacau comum ou padrão, caracterizado por amêndoas sem aroma. De acordo com a Instrução Normativa 38/2008, a classificação segue parâmetros de defeito como porcentagem de amêndoas mofadas, fumaça, danificadas por insetos, ardósias, geminadas e achatadas.

Na África, maior produtora de cacau do mundo, países como Costa do Marfim e Gana lidam com temperaturas elevadas decorrentes do aquecimento global, bem como sofrem com a devastação das plantações pela vassoura-de-bruxa, o que impacta negativamente o cultivo de cacauzeiros, que necessitam de condições climáticas estáveis para prosperar (Estadão, 2023; Deutsche Welle, 2024).

Na América Latina, a disseminação da monilíase do cacauzeiro entre 2022 e 2023 também reduziu a produção, aumentando a dependência global da produção africana, que não consegue atender à alta demanda (Brasil, 2022).

Por outro lado, a Europa, que, em 2023, consumiu 50% do chocolate mundial, intensificou essa pressão por mais cacau, contribuindo para a elevação dos preços em razão da crise de produtividade da África (Estadão, 2023; Jornal da USP, 2023; Deutsche Welle, 2024), conforme é possível verificar na Figura 18, através dos dados coletados pelo Mercado do Cacau, com recorte temporal de novembro/2024.

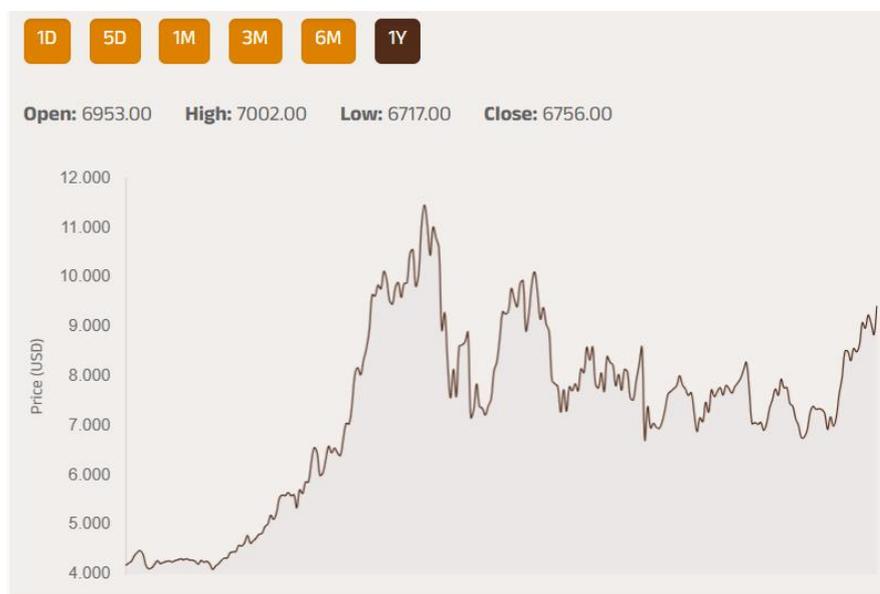
FIGURA 18 – Cotação do Cacau novembro/2024

Cotação Atual do Cacau BR		
UF	VALOR:	UN:
BA	R\$ 900,00	arroba
ES	R\$3.600,00	Sc
PA	R\$ 60,00	Kg

Fonte: Mercado do Cacau (2024).

Cumprir demonstrar, também, a evolução do valor da arroba de cacau no lapso temporal de um ano fornecido pelo Mercado do Cacau (2024), como se observa na Figura 19.

FIGURA 19 – Resumo Financeiro do valor da arroba de cacau de 29/11/2023 a 29/11/2024.



Fonte: Mercado do Cacau (2024).

Diante desse panorama, muitos produtores do sul da Bahia, anteriormente alinhados aos padrões rigorosos da produção de cacau fino vinculado à Indicação de Procedência, optaram pela venda do cacau na forma bulk, por tal forma de produção ser menos onerosa e com menor exigência técnica e, conseqüentemente, permitir acesso rápido ao mercado e maior retorno financeiro no curto prazo.

Ocorre que, embora a produção de bulk atenda à demanda de mercados mais amplos, compromete o diferencial de qualidade, a sustentabilidade ambiental e os benefícios socioeconômicos proporcionados pelo cacau orgânico e sustentável vinculado ao selo de origem.

A compreensão das informações apresentadas sobre o cenário global e nacional da produção de cacau faz com que se obtenha melhores resultados quanto às entrevistas realizadas junto aos produtores do sul da Bahia em relação às transformações na cadeia produtiva. Veja-se:

- a) Dados da produção

O primeiro aspecto analisado corresponde ao faturamento devido à produção de cacau, cujos dados foram coletados referente ao ano de 2018 – data do registro da IP – e 2023, considerando a conclusão do ano para a análise dos dados.

De início, faz-se necessário destacar que, 88,8% dos produtores, ao informar sobre o faturamento entre 2018 e 2023, apresentaram este dado através da quantidade de arrobas/toneladas produzidas e apenas 11,2% dos produtores informaram seu faturamento em reais¹⁵. Desses, 33,3% dos produtores tiveram um aumento no faturamento após o reconhecimento da IP. A partir de uma análise mais detalhada dos dados desses produtores que tiveram um aumento no faturamento, foi possível identificar um aumento médio de 39,24% do faturamento.

Por outro lado, 44,5% dos produtores informaram uma queda na produção das amêndoas de cacau entre 2018 e 2023, em que pese tenha havido o aumento do valor da arroba do produto. Levando em conta uma apuração mais detalhada dos dados, foi possível notar uma redução média, no faturamento, no percentual de 48,9%.

Importa destacar que, dentro dessa análise referente ao faturamento devido a produção de cacau, outras variáveis influenciam nesse resultado, como a queda na produção de cacau na África – maior produtora – e a pressão da Europa pelo produto, não havendo indícios de uma correlação direta entre o crescimento do faturamento e possíveis impactos após o reconhecimento da Indicação Geográfica.

Sobre o tema, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, o estado da Bahia teve um rendimento médio de 326 kg por hectare, um crescimento de 0,6% em relação ao ano anterior. O estudo destaca, ainda, o município de Ilhéus como sendo o maior produtor do período.

Tabela 5 – Produção de cacau no Brasil no ano de 2023, conforme dados coletados pelo IBGE.

Valor da produção	2.356.369 mil reais (2023)
Quantidade produzida	139.011 toneladas (2023)

¹⁵ Por conta disso, foi necessário, a fim de conseguir uma análise mais apurada do faturamento desses produtores, converter a quantidade de arrobas/toneladas de cacau produzidos em real, a partir o uso do valor médio da arroba de cacau na Bahia em junho de 2018 e junho de 2023.

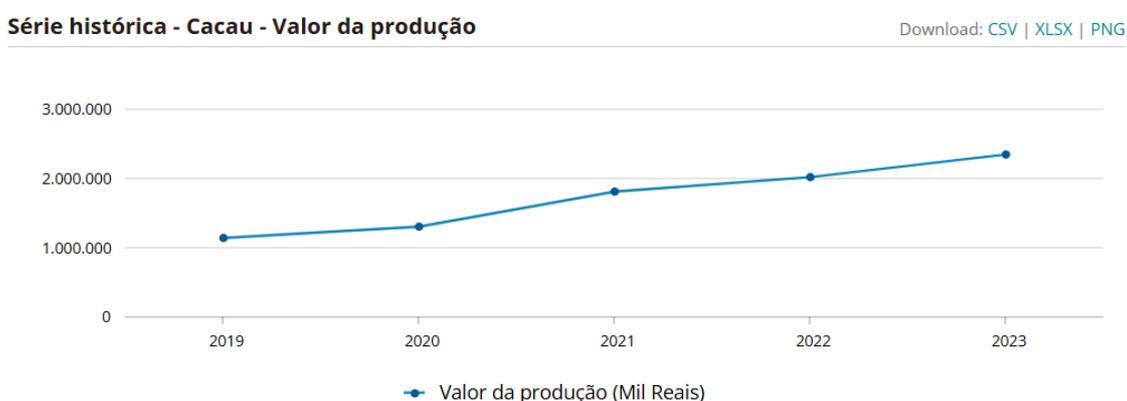
Com esses dados convertidos em faturamento em real, foi feita a correção monetária dos valores do ano de 2018, pelo índice IPCA, em comparação com o ano de 2023. Tal dinâmica se faz necessária para que a comparação entre o faturamento de 2018 e 2023 seja feita de forma real, na medida em que, com o passar dos anos, a perda monetária gerada pela inflação no Brasil, por si só, já traria uma divergência nesses valores. Portanto, ao realizar a correção monetária do faturamento de 2018, com o IPCA, em relação a 2023, é possível proceder a uma análise específica sobre o faturamento.

Área colhida	425.815 hectares (2023)
Rendimento médio	326 kg por hectare (2023)
Maior produtor	Ilhéus-BA (2023)

Fonte: Elaborado pela autora através dos dados coletados pelo IBGE, 2023.

É possível observar, ainda, o crescimento do valor da produção na Figura 20.

Figura 20 –Série Histórica do cacau por valor da produção (Mil Reais) no Brasil referente ao ano de 2023, conforme dados coletados pelo IBGE



Fonte: IBGE (2023).

Nesse esteio, alguns municípios do Sul da Bahia, área reconhecida pelo IP, se destacam entre os maiores produtores do estado da Bahia, quais sejam: Ilhéus, Wenceslau Guimarães e Ibirapitanga (IBGE, 2023).

Logo, de acordo com a análise dos dados coletados pelo IBGE, a Bahia retoma o seu potencial para se manter em destaque nos próximos anos, impulsionados por diversos fatores, desde a expansão da produção, até os esforços empreendidos de reestruturação para aumentar a conservação produtiva e a produtividade nas áreas tradicionais.

Destaca-se, inclusive, que há favorecimento do cenário pela crescente demanda global por chocolate, somado aos projetos estratégicos em curso, os quais representam investimentos superiores a R\$ 1 bilhão, como: Parceiros da Mata, Compensação, GEF Cabruca, Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas em Sistemas Agroflorestais na Produção de Cacau, Plano ABC+ Bahia e Plano Inova Cacau (Jornal da USP, 2024).

Aqui, rememora-se que o contexto global é marcado pela instabilidade climática, especialmente porque, em 2023, a Costa do Marfim, maior produtora

mundial, enfrentou adversidades causadas pelas características do *El Niño*, comprometendo sua produção, atrelado ao fato de que há déficit na disponibilidade do cacau, estimando a necessidade adicional de um milhão de toneladas de amêndoas nos próximos dez anos (Mercado do cacau, 2023).

Diante desse cenário, a Bahia consolida sua posição como uma alternativa confiável para o mercado global de cacau e chocolate, que ratifica a sustentabilidade da produção, o respeito ao meio ambiente, infraestrutura logística eficiente e a alta qualidade dos produtos, com origem garantida.

b) Dados da propriedade

Apesar dos dados sobre o faturamento, no que diz respeito à valorização da terra, de todos os produtores entrevistados que informaram o valor da terra relativo ao ano de 2023, 75% deles declararam ter havido uma valorização do preço, considerando o ano-base 2018.

Já no tocante à composição da renda das propriedades, os resultados revelam tendências distintas:

- 44,5% dos produtores declararam que a totalidade da renda da propriedade é proveniente da venda do cacau, reforçando a centralidade dessa cultura na economia local.
- 22,2% dos produtores relataram um aumento no percentual de renda advinda do cacau, em detrimento de atividades não agrícolas, proporcionando uma maior especialização e dependência da cadeia produtiva vinculada à cultura do cacau.
- 33,3% dos produtores mantiveram estável a proporção de renda derivada da venda de cacau, apontando para a continuidade de práticas agrícolas diversificadas em algumas propriedades.

Esses resultados demonstram que a valorização das terras reportadas pelos produtores reflete o aumento na demanda por áreas de cultivo com características específicas para produção de cacau de qualidade. Além disso, a reconfiguração da composição da renda aponta para o papel central do cacau na economia local, reforçando sua relevância como fonte de sustento e de atratividade para novos

investimentos.

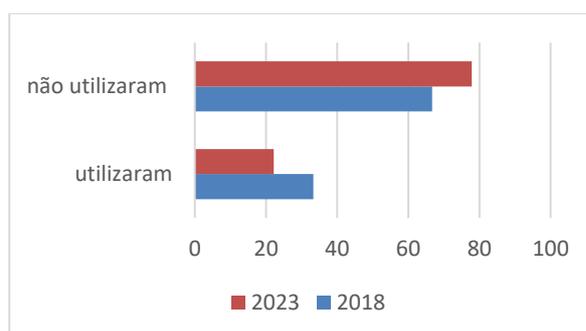
Esta análise contribui para entender como instrumentos de certificação e valorização de origem podem impactar a dinâmica territorial e econômica de uma região, especialmente em contextos de culturas tradicionais como a do cacau no Sul da Bahia.

c) Crédito

No âmbito econômico, o acesso e o uso de crédito agrícola são frequentemente apontados como fatores determinantes para a modernização e a expansão da produção nas propriedades rurais. No entanto, os dados encontrados revelam que o uso de instrumentos de crédito entre os produtores do Sul da Bahia permanece baixo, mesmo após o reconhecimento da Indicação de Procedência.

Em 2018, apenas 33,3% dos produtores entrevistados declararam ter utilizado algum tipo de crédito, predominantemente em intensidade considerada “média” ou “baixa”. Esse número foi reduzido em 11,1% até 2023, quando apenas 22,2% dos produtores ainda faziam uso desse recurso, conforme Figura 21.

FIGURA 21 – Acesso ao crédito agrícola entre os produtores do Sul da Bahia



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

Em pesquisa realizada por Torquato dos Reis (2022), verificou-se que apenas 25% das propriedades utilizaram linhas de crédito voltadas para a cacauicultura, cujos números indicam que, apesar da disponibilidade de recursos, o uso de crédito continua sendo limitado, com muitos produtores afastados das oportunidades de financiamento.

O referido estudo (Torquato dos Reis, 2022), registrou que cerca de 80% dos

entrevistados reconhecem a existência de linhas de crédito adequadas para a cacauicultura no Brasil, mas enfrentam barreiras significativas, dentre elas: o processo burocrático, com exigências como fiador e avalista. Ademais, também registrou como barreira a dificuldade em comprovar documentalmente a propriedade da terra, o que não apenas dificulta o acesso a crédito, mas também prejudica o mapeamento estatal para a implementação de políticas públicas.

O estudo supramencionado e as entrevistas aplicadas à presente pesquisa evidenciam a dificuldade dos produtores na concessão do crédito, sob a justificativa de que a promoção de linhas de crédito geralmente é fornecida pelo Governo para propriedades de agricultura familiar e que, ao se possuir apenas um funcionário para auxiliar a produção da amêndoa, a propriedade perde o título e, conseqüentemente, perde o acesso ao benefício.

Ainda sobre o tema, é possível perceber que o Governo Federal tem empreendido esforços no que se refere às políticas públicas no Brasil, realmente com foco na agricultura familiar. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar aponta investimento recorde de R\$ 85,7 bilhões no Plano Safra 2024/2025, incluindo R\$ 76 bilhões no Pronaf, com a finalidade de reforçar o papel estratégico da agricultura familiar no combate à fome e na construção de um modelo agrícola mais sustentável e integrado. Com foco na sustentabilidade, o plano incentiva a produção orgânica com juros reduzidos, promove a inclusão produtiva com assistência técnica e infraestrutura, e fortalece a capacidade dos agricultores familiares, especialmente na Bahia, que recebem um crédito recorde de R\$ 4,8 bilhões e equipamentos essenciais (Brasil, 2024).

A dificuldade do acesso ao crédito rural foi, inclusive, matéria de reunião do Fórum Agricultura Familiar, ocorrido na cidade de Salvador/BA, em dezembro/2024 (Globo Rural, 2024). Mesmo reconhecendo a diversidade de oportunidades de crédito concedida a produtores da agricultura familiar, informou que a escassez de assistência técnica impede o aproveitamento dos possíveis beneficiários.

Por outro lado, ainda que o Plano Safra 2024/2025 tenha destinado investimentos substanciais ao setor, com foco na agricultura familiar e em práticas sustentáveis, a ausência de assistência técnica e a limitação na capacidade dos produtores de atender aos requisitos dos programas de crédito continuam a ser pontos críticos. Conforme a reunião do Fórum Agricultura Familiar, que discutiu essas questões em Salvador, percebeu-se que a assistência técnica é essencial para que

os produtores possam acessar e utilizar o crédito de forma eficiente, aproveitando ao máximo as oportunidades de financiamento. Portanto, a ausência de apoio técnico adequado compromete a eficácia das políticas públicas, prejudicando o potencial de crescimento e modernização das propriedades, especialmente aquelas vinculadas à produção de cacau.

De forma geral, embora os produtores reconheçam a disponibilidade de linhas de crédito e assistência técnica, a falta de acesso efetivo a esses recursos permanece um desafio, visto que a burocracia, as dificuldades relacionadas à comprovação de propriedade e a irregularidade no fornecimento de assistência técnica dificultam o pleno aproveitamento das oportunidades de crédito e suporte, o que, por sua vez, dificulta a inclusão dos pequenos e médios produtores em programas de financiamento.

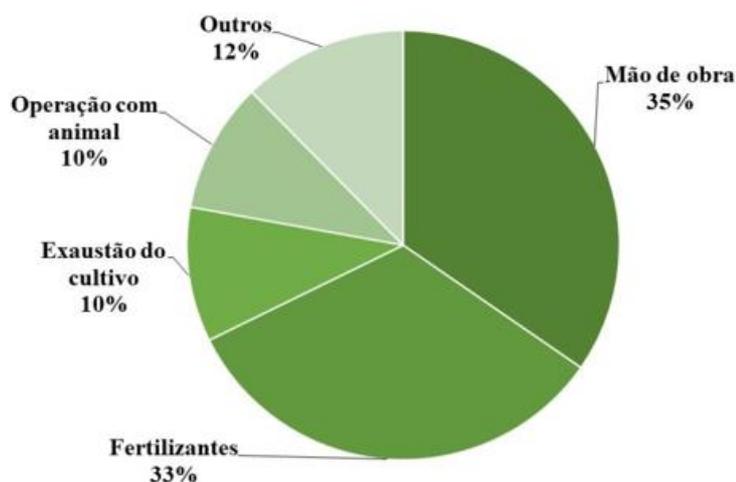
d) Custos da produção

Analisando os dados referentes aos custos da produção, foi possível notar que, dos produtores que informaram os custos da produção em 2018 e em 2023, 75% deles tiveram uma redução nesses custos, enquanto 25% tiveram um pequeno aumento.

De todos os produtores entrevistados, 44,5% deles informaram que a maior intensidade nos custos da produção está relacionada com a mão de obra, tanto aquela para o manejo do produto, como aquela para a colheita. Tal informação demonstra que a mão de obra necessária para a produção do cacau segue sendo o fator de maior impacto dentre os custos dos produtores.

A referida análise vai ao encontro da pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no ano de 2022 referente aos custos da produção em Ilhéus-BA, relacionadas à agricultura familiar, plantio convencional e comercialização de amêndoas de cacau, período em que se registrou a produtividade média de 1.200 quilos/hectare. Como resultado, foi apresentado que 35% do custo da produção corresponde à mão-de-obra, conforme Figura 22.

FIGURA 22 – Custo da produção das amêndoas de cacau em percentual.



Fonte: CONAB (2023).

Observa-se, então, que a pesquisa confirmou a importância e o impacto da mão de obra em relação aos custos totais

Ainda dentro dessa análise dos custos, os produtores entrevistados informaram que a utilização de insumos - dentre eles fertilizantes, defensivos agrícolas, água, energia - é o segundo aspecto que mais demanda investimento para a produção.

Sob o que se observa da pesquisa da CONAB, os insumos como fertilizantes, defensivos agrícolas, energia e água representaram 33% dos custos na análise de 2022, alinhando-se ao relato dos produtores de 2023 sobre sua relevância como o segundo maior componente de custo.

E, por fim, a manutenção da infraestrutura - máquinas, equipamentos, prédios etc. - foi informada pelos entrevistados como o terceiro aspecto a influenciar e impactar nos custos da produção, representada em cerca de 10% do custo total pela CONAB, referente aos custos com infraestrutura (manutenção de máquinas, equipamentos, prédios, entre outros) conectados às despesas fixas e depreciações indicadas na análise de 2022, que, somadas, representaram cerca de 10% do custo total.

De forma geral, dentro da análise dos custos da produção de cacau no Sul da Bahia, a partir dos dados informados pelos produtores, é possível identificar que após o reconhecimento da IP não houve nenhum tipo de mudança significativa entre 2018 e 2023.

e) Investimentos

No quesito investimento, 100% dos produtores informaram investimentos intensos ou muito intensos¹⁶ no controle de qualidade, o que demonstra uma real preocupação desses agricultores em manter um padrão de qualidade - o que acabou sendo reforçado pelo reconhecimento da indicação de procedência, na medida em que há uma necessidade de adequação da produção e da qualidade do produto aos critérios estabelecidos na IG.

Os produtores relataram o investimento na qualidade do produto, utilizando técnicas como fermentação controlada, separação de frutos doentes e colheita no ponto ideal de maturação, práticas que estão em consonância com os requisitos do CET e dos padrões de cacau fino exigidos por compradores especializados. Inclusive, o cumprimento das especificações para a produção da amêndoa de cacau orgânico de qualidade permitiu que alguns produtores alcançassem reconhecimento internacional.

Registra-se que o cacau do Sul da Bahia já foi premiado em algumas competições internacionais, como *Cacao of Excellence*, na Holanda¹⁷ e *International Chocolate Awards*¹⁸, nos Estados Unidos. Em dezembro de 20024, inclusive, o Brasil, através dos produtores de cacau situados no Sul da Bahia, conquistou 15 medalhas em uma competição internacional em Londres, intitulada *Academy of Chocolate Awards 2024*¹⁹.

Nesse sentido, através das entrevistas, foi possível observar que os produtores propuseram mudanças na produção nos últimos anos sob um panorama de adaptação às exigências de qualidade e ao mercado, equilibrando tradição, inovação e sustentabilidade, dentre as quais se destaca: adoção de práticas voltadas à

¹⁶Na pesquisa, os termos 'intenso' e 'muito intenso' referem-se ao nível de esforço e recursos direcionados ao controle de qualidade por parte dos produtores. 'Intenso' indica investimentos consistentes e frequentes em melhorias e monitoramento da qualidade, enquanto 'muito intenso' representa um grau ainda mais elevado de comprometimento, com investimentos significativos em infraestrutura, certificações e capacitação.

¹⁷ Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/nacional/bahia/ produtor-de-cacau-baiano-conquista-premio-internacional/>

¹⁸ Disponível em: <https://www.cacauechocolate.com.br/v1/2023/09/13/marcas-do-sul-da-bahia-recebem-cinco-medalhas-no-premio-internacional-de-chocolate/>

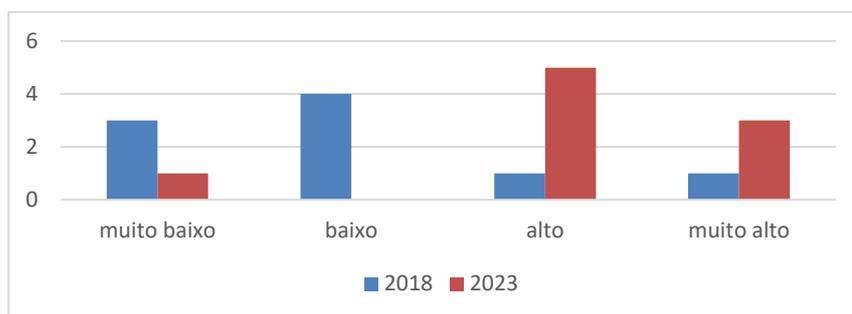
¹⁹ Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/bnhall/noticia/7281-chocolates-do-sul-da-bahia-conquistam-15-medalhas-na-academy-of-chocolate-awards-2024-em-londres>

fermentação e colheita adequadas para atingir os padrões do cacau fino; práticas como fermentação anaeróbica, uso de técnicas biodinâmicas, clonagem e criação de ferramentas específicas (como cochos flexíveis) são exemplos de inovação aplicadas na produção; avanços na instalação de cochos, barcaças, estufas solares e outras estruturas para beneficiamento e investimentos em treinamento (via Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e aplicação de técnicas modernas indicam um esforço em elevar a produtividade e a qualidade.

Dentre os investimentos no setor econômico, destacou-se a preocupação com a infraestrutura, visto que os produtores dispuseram de instalações como estufas solares, unidades de beneficiamento e cochos de fermentação, muitas vezes adaptados para otimizar o processo produtivo.

Assim sendo, 88,8% dos produtores entrevistados informaram ter realizado investimento intenso e/ou muito intenso em infraestrutura, conforme Figura 23.

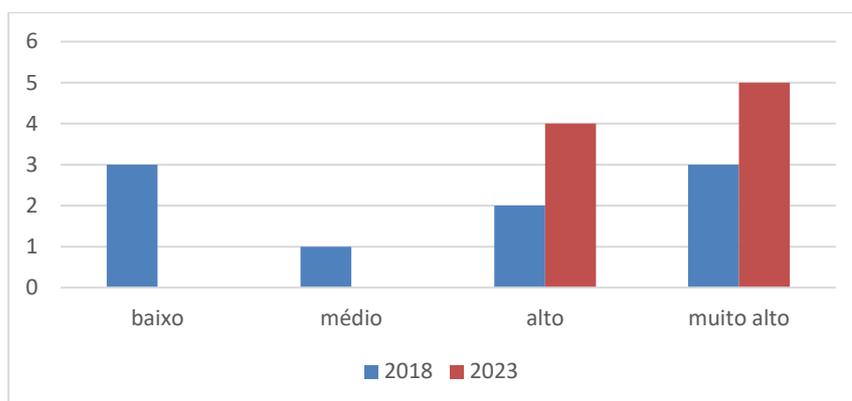
FIGURA 23 – Investimento em infraestrutura nas propriedades produtoras de cacau no Sul da Bahia



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

De forma semelhante, a intensidade também se mostrou alta referente ao controle de qualidade, conforme registro na Figura 24.

FIGURA 24 – Investimento em controle de qualidade na produção de amêndoas de cacau no Sul da Bahia.

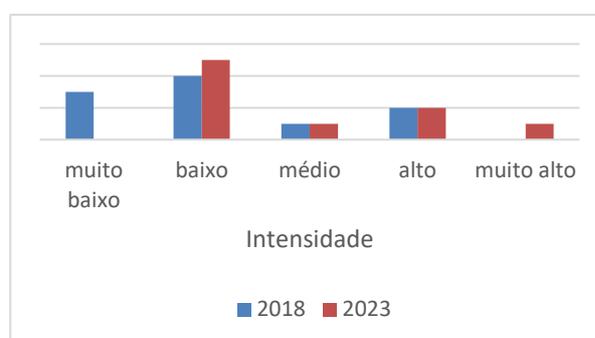


Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

Isso é, infraestrutura e controle de qualidade são as áreas nas quais os produtores mais têm investido de forma intensa.

No que se refere às áreas de tecnologia e de boas práticas e treinamento, houve o investimento de 33,3% dos produtores, conforme disposto na Figura 25.

FIGURA 25 – Investimento em boas práticas e treinamento nas propriedades produtoras de amêndoas de cacau no Sul da Bahia entrevistadas no presente estudo.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

Nota-se que o investimento nas áreas de boas práticas e treinamento nas propriedades apresenta um índice mais baixo em comparação ao investimento em infraestrutura e controle de qualidade.

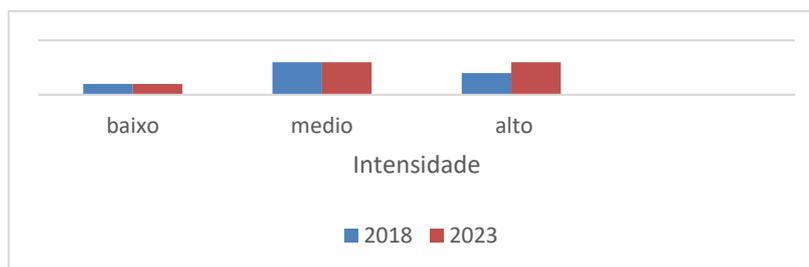
A pesquisa concluiu que a baixa no investimento nessas áreas decorre da escassez de programas de capacitação específica voltados para a melhoria das práticas de cultivo e manejo sustentável do cacau. Ademais, notou-se que existem barreiras logísticas e institucionais para produtores em localidades mais afastadas das sedes de pesquisa.

Por essa razão, concluiu-se que os produtores priorizam os investimentos para a infraestrutura e controle de qualidade, haja vista apresentarem impactos imediatos na produção e na valorização do produto final, principalmente no que tange ao seu valor econômico.

Assim, a baixa de investimento não reflete, necessariamente, a falta de interesse dos produtores, mas, sim, de barreiras estruturais, logísticas e institucionais que dificultam o acesso dos produtores e os seus funcionários da capacitação.

Salienta-se, ainda assim, que os entrevistados demonstraram interesse em capacitação, seja por treinamentos especializados, seja pela aplicação de técnicas como clonagem e manejo biodinâmico, o que evidencia a busca por um conhecimento técnico que acompanhe as demandas do mercado, o que fez com que crescesse, também, o investimento em tecnologia, consoante Figura 26.

FIGURA 26 – Investimento em tecnologia pelos produtores nas propriedades produtoras de cacau no Sul da Bahia entrevistadas no presente estudo.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

Nota-se, portanto, a preocupação dos produtores em alinhar a tradição com inovações tecnológicas, com destaque para a rastreabilidade.

O sistema de rastreabilidade para cacau com tecnologia blockchain (cadeia em blocos) possibilita atestar características do produto em todas as etapas da cadeia produtiva através do rótulo - customizado com o QR Code do produtor do cacau ou cooperativa associada à IG. Isso é, as informações são registradas desde a origem no campo até o ponto de venda, devidamente registrada pelo CR Code, que permite o compartilhamento com os participantes, e, portanto, confere a inviolabilidade das informações contidas na cadeia, garantindo a transparência sobre os processos produtivos e as condições em que o produto foi cultivado (Alves, Pereira, 2015).

O referido acompanhamento permite que o destinatário tenha acesso a informações sobre a qualidade, segurança e origem do produto, o que fortalece a

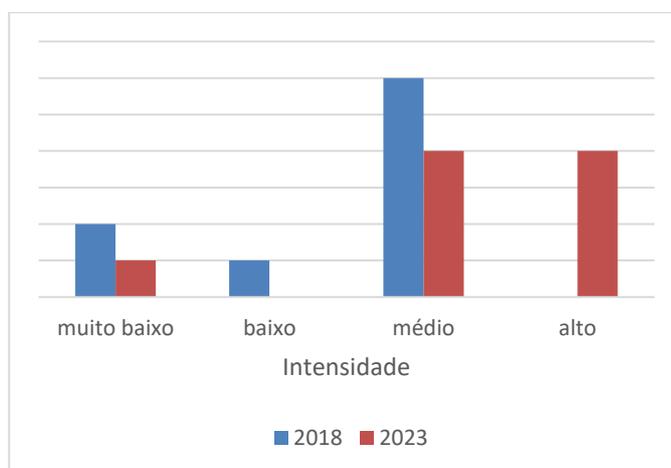
confiança do comprador quanto à produção e, por conseguinte, a própria reputação do produto, promovendo parcerias a nível nacional e internacional.

Assim, a rastreabilidade beneficia tanto os compradores quanto os produtores, ao promover um diferencial competitivo e tornar as amêndoas do cacau mais atraentes para parcerias comerciais.

Noutro ponto, no que concerne à expansão da produção, verificou-se que os produtores buscaram adaptar suas estratégias de investimento a um cenário marcado por incertezas econômicas e desafios ambientais, associados à escassez de crédito.

Assim, a intensidade do investimento em expansão, conforme Figura 27, em sua maioria, foi médio, sentindo-se a ausência de investimentos em alta intensidade, o que ressalta os entraves estruturais que ainda precisam ser superados para alavancar o potencial produtivo da região, entre eles o acesso limitado ao crédito rural, à insuficiência de capacitação técnica acessível e contínua e as mudanças climáticas.

FIGURA 27 – Investimento em expansão da produção de cacau no Sul da Bahia entrevistadas no presente estudo.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

No entanto, também emergiu a prática de manejo simplificado, priorizando eficiência e baixos custos, o que remonta à adaptação às pressões do mercado, especialmente entre aqueles que optaram pela produção de cacau *bulk*.

Por todo o exposto, quanto à dimensão econômica, houve tanto uma valorização das propriedades rurais após o reconhecimento da IP, como um aumento no percentual de toda a renda da propriedade provenientes da venda do cacau, que acabam sendo os dois pontos que mais chamam a atenção na análise dos dados.

A partir disso, o aumento do valor de mercado do produto e da terra, além de criar oportunidades econômicas, com a expansão das atividades, também infere na criação de empregos em condições dignas, ao ser ofertado maior contraprestação aos funcionários, relacionando-se ao ODS 8. Noutra ponta, alinha-se, também, ao ODS 12 ao promover práticas sustentáveis e métodos orgânicos, com foco na qualidade do produto, redução de perda na cadeia produtiva e, conseqüentemente, majorando a eficiência econômica.

Contudo, a valorização e o aumento notados não possuem dados e indicadores suficientes para atrelá-los ao reconhecimento da indicação de procedência.

Por fim, as respostas dos produtores refletem diferentes percepções sobre os impactos econômicos do uso do selo de Indicação Geográfica e a relação com o mercado. Alguns dos entrevistados acreditam no potencial de valorização da IG, mas utilizam o selo apenas ocasionalmente, priorizando a produção de chocolate (*bean to bar*). Outros, apontam que o impacto econômico do selo ainda é limitado, mencionando desafios estruturais, baixos incentivos e custos elevados.

Adicionalmente, há consenso de que o reconhecimento da IG pelos consumidores e produtores locais é insuficiente, o que restringe seu potencial econômico, circunstância que se apresenta como uma barreira a ser superada. Esse resultado reflete, em parte, a dificuldade dos pequenos agricultores em se adaptar as mudanças cujos benefícios, especialmente financeiros, não são imediatos, ainda que haja informação quanto à agregação de valor que a rastreabilidade da IG fornece ao produto.

No que tange às percepções sobre a IG, são divergentes, visto que, enquanto alguns produtores enxergam potencial positivo, especialmente para pequenos produtores e na melhoria da qualidade do cacau, outros criticam a falta de adesão dos produtores e a gestão restrita a pequenos grupos.

Entretanto, há consenso no que se refere à necessidade de integração da IG com outros mecanismos e instituições para auxiliar os pequenos produtores e os de agricultura familiar a acessar novos mercados, elevar a produção e possibilitar a utilização de todo potencial existente dentro desse ramo produtivo.

No que se refere aos desafios, os produtores os relacionaram à gestão, aos incentivos e à conscientização sobre os benefícios da IG.

De modo geral, foi possível perceber, junto à Associação Cacau Sul da Bahia, que poucos produtores de fato utilizam o selo da IG, muito em razão do tempo

despedido para a análise das amêndoas do cacau. Isso é, observou-se que, apesar de ser realizada a produção das amêndoas de cacau orgânica, devidamente preenchidos os requisitos previstos no CET, o produtor precisa esperar a análise do CIC para atestar a qualidade do produto, o que demora cerca de 30 dias.

Isso é, a amêndoa de cacau orgânica, com as qualidades previstas pela IP, que pode ser vendida assim que concluído o processo de colheita, acaba levando mais 30 dias para a testagem para que se obtenha o selo, sem, no entanto, auferir valor maior por isso. Assim, os produtores têm preferido vender diretamente às empresas, como a Dengo, que fazem a verificação e atestam a qualidade das amêndoas diretamente na propriedade.

Em resumo, as entrevistas destacam a percepção de que a IG pode atuar como promotora do desenvolvimento sustentável, aliado ao ODS 8 e 12, de modo a promover o crescimento econômico sustentado através de padrões de produção e consumo sustentáveis. No entanto, a IP Cacau enfrenta limitações relacionadas à adesão, à gestão e ao apoio institucional, o que dificulta o pleno percebimento dos benefícios.

Dessarte, a integração da IP Sul da Bahia associada a outras iniciativas pode ampliar o acesso a mercados mais qualificados, valorizando a qualidade e a rastreabilidade do produto. Contudo, é necessário superar barreiras de gestão e conscientização, além de promover capacitação e financiamento para os pequenos produtores, de forma a democratizar os benefícios econômicos e sociais da IG.

7.3.3 Dimensão social

A aplicação do questionário também visa analisar possíveis repercussões sociais da certificação, especialmente no que se refere às possíveis mudanças sociais e ao fortalecimento da identidade e da produção regional.

Neste contexto, os dados coletados demonstram a ocupação de mão de obra nas propriedades, a capacitação dos trabalhadores, e os aspectos relacionados à qualidade de vida dos produtores, bem como questionam as motivações dos produtores para permanecerem na região e suas percepções sobre os benefícios do reconhecimento da IP.

a) Ocupação da mão de obra

A análise da ocupação de mão de obra nas propriedades da região do Sul da Bahia entre 2018 e 2023 mostra que, apesar de alguns produtores ainda contarem com o trabalho de familiares na produção de cacau, esse tipo de ocupação fixa tem diminuído ao longo do tempo. Isso significa que há uma redução na presença de familiares trabalhando de forma permanente nas propriedades..

Conforme os dados coletados, 66,6% das propriedades dos entrevistados contam com parentes do proprietário trabalhando de forma fixa na produção. No entanto, a pesquisa revelou que, entre 2018 e 2023, 50% dos produtores que possuíam familiares nessa condição registraram uma redução nesse número.

Por outro lado, no que se refere ao número de funcionários com ocupação fixa, seja meeiro²⁰, seja pelo regime celetista, restou registrado em 2018 que 55,5% das propriedades mantinham o referido vínculo. Comparando o termo inicial com 2023, houve aumento de 11,1% no número de produtores que possuem empregados com ocupações fixas na produção.

Em que pese tenha havido o referido aumento em relação aos empregados com ocupação fixa, salienta-se que 80% dos produtores mantiveram o quantitativo de trabalhadores entre 2018 e 2023, enquanto 20% dos produtores reduziram o seu quadro de funcionários nesse período.

Noutro ponto, 55,5% dos agricultores informaram possuir algum tipo de mão de obra temporária para auxílio na produção, dentre os quais, 80% dos produtores aumentaram o número de funcionários temporários entre 2018 e 2023.

Em outras palavras: a maioria dos produtores relatou a força de trabalho diversificada, com predominância de funcionários contratados em regime temporário ou parcerias informais, como meeiros²¹. Apenas uma parcela reduzida dos

²⁰ Trata-se de relação regulamentada pelo Código Civil (Brasil, 2002) e pelo Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964), não caracterizada como vínculo empregatício, na qual o meeiro é um trabalhador rural que atua em parceria com o proprietário da terra, com quem divide a remuneração decorrente da produção agrícola, bem como os riscos da atividade.

²¹ O meeiro é um trabalhador rural que atua em regime de parceria com o proprietário da terra, exercendo atividade na produção agrícola e, como pagamento, recebe 50% da produção, sendo a outra metade destinada ao dono da terra. Esse contrato é regulamentado pelo Código Civil (Brasil, 2022) e pelo Estatuto da Terra (Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.) Por outro lado, o funcionário

entrevistados utiliza contratos formais com base na legislação trabalhista (Brasil,1943), enquanto muitos optam por trabalhadores avulsos para atender à sazonalidade da colheita e outras atividades relacionadas ao manejo.

Quanto à remuneração desses funcionários, dos produtores que informaram o valor que pagam, 100% deles remuneraram seus empregados com um salário-mínimo no vínculo celetista, sendo que, desses, 20%, após o reconhecimento da IP, passaram a pagar um salário-mínimo mais um prêmio de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para os empregados que não possuam faltas sem justificativas.

Sobre o tema, Dantas (2014) realizou estudo sobre como os contratos de parceria agrícola, entre meeiros e proprietários, emergiram como alternativa após a crise da vassoura-de-bruxa no Sul da Bahia, O autor concluiu que o modelo de prestação de serviço, registro pela norma civil, tanto alterou as relações de trabalho quanto gerou impactos na organização social e na identidade dos trabalhadores rurais.

Nesse esteio, sob a análise da pesquisa de campo, registrou-se o relato dos produtores de que os custos da contratação de um empregado com base na CLT são elevados, em razão do pagamento de encargos sociais, como INSS, FGTS, 13º salário e férias remuneradas. Esse fato representa um aumento significativo no custo da mão de obra para o empregador, especialmente porque os referidos proprietários ainda enfrentam margens de lucro reduzidas em razão de oscilações de mercado, aumento nos custos de insumos e desafios climáticos.

Ademais, os produtores também relataram crescente dificuldade nos últimos anos de contratar funcionário sob o regime celetista. Para tanto, justificaram que os trabalhadores não têm aceitado a assinatura da Carteira de Trabalho para que não percam benefícios assistenciais concedidos a pessoas com baixa renda, bem como para que não tenham tolhido a possibilidade de atuar como meeiro em outras propriedades, na qual haveria possibilidade de majoração da renda.

Nesse contexto, a presente pesquisa observou a tendência de aumento do trabalho temporário e de parcerias informais, considerando que, entre 2018 e 2023, o número de parceiros manteve-se significativo e a contratação formal pelo regime CLT apresentou dificuldades. Assim, consoante concluído por Dantas (2014), a referida

Celetista é contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil,1943) e possui vínculo formal com o empregador, recebendo salário fixo e benefícios trabalhistas, além de seguir uma jornada de trabalho regulamentada.

relação tem se apresentado como alternativa à cadeia produtiva, em que pese a maior autonomia ao trabalhador parceiro associada à maior vulnerabilidade quanto aos benefícios previdenciários.

Por outro lado, a instabilidade na ocupação da mão de obra formal e celetista tem consequências diretas para a sustentabilidade social da cadeia produtiva, visto que, nos contratos de parceria, por não serem aplicadas as normas trabalhistas, sujeitam o trabalhador a condições prejudiciais como a dificuldade no acesso a benefícios assistenciais previdenciários e ausência de pagamento de direitos trabalhistas, como férias e 13º salário.

Nesse íterim, os entrevistados alegaram que a dificuldade em contratar mão de obra celetista impacta diretamente a eficiência, produtividade e inovação nas propriedades rurais. Além disso, a ausência de vínculos formais trabalhistas contribui para a perpetuação da informalidade e da precarização das relações de trabalho no campo, afetando tanto os direitos dos trabalhadores quanto o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais.

Cumprе ressaltar, ainda, que o estudo concluiu que o investimento em tecnologia como a rastreabilidade tem influenciado positivamente o contexto de garantia social, por apresentar-se como ferramenta na prevenção de práticas ilegais. Isso porque a rastreabilidade atua como uma ferramenta de monitoramento quanto à identificação e prevenção acerca do uso de mão de obra forçada, infantil ou em condições degradantes, exigindo, portanto, o cumprimento das normas trabalhistas e dos direitos humanos.

b) Capacitação da mão de obra

No que se refere à capacitação da mão de obra, os dados coletados apontam para lacunas significativas na formação dos membros da propriedade rural, que afetam diretamente a produtividade, a qualidade do produto e a adesão a práticas sustentáveis.

Os produtores rurais relataram que a maior parte da mão de obra empregada na produção de cacau tem baixa qualificação formal, sendo que apenas 25% possuem nível superior ou capacitação técnica avançada.

Em contrapartida, 66,6% dos produtores oferecem algum tipo de treinamento de pessoas como participação em palestras e cursos promovidos por cooperativas, associações e instituições de apoio, como a CEPLAC.

A intensidade e a frequência dessas capacitações variam entre as propriedades, posto que 33,3% aumentaram o número de treinamentos entre 2018 e 2023; 16,77% reduziram a quantidade de treinamento e 50% mantiveram o número de treinamentos.

Os entrevistados afirmam que as capacitações não chegam de forma contínua e acessível, sendo geralmente ocorridas em eventos pontuais e que nem sempre são compatíveis com as demandas sazonais de trabalho no campo. Relatam, também, que a falta de capacitação afeta a capacidade dos trabalhadores de aderirem às exigências técnicas impostas pela IG e pelo mercado de cacau fino, como a seleção de frutos, controle de fermentação e práticas de sustentabilidade.

As limitações na regularidade e qualidade da assistência técnica recebida pelos produtores da região foi evidenciada, também, pela pesquisa de Torquato dos Reis *et al.* (2022). O artigo concluiu que há lacuna significativa no suporte fornecido, posto que 65% dos produtores não receberam assistência técnica em nenhum momento em suas propriedades, enquanto os 35% que tiveram acesso, relataram a baixa frequência no atendimento, muitas vezes limitada a uma visita anual ou menos.

Fato é que a capacitação da mão de obra é um pilar fundamental para a qualidade das amêndoas de cacau produzidas no Sul da Bahia, especialmente diante das exigências técnicas impostas pela Indicação de Procedência e pela produção de cacau orgânico. Contudo, apesar de algumas iniciativas pontuais, o setor ainda enfrenta desafios significativos no acesso à formação e na aplicação de boas práticas.

c) Qualidade de vida

A qualidade de vida dos produtores e trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva está relacionada às condições de trabalho, ao acesso a serviços básicos e à estabilidade econômica proporcionada pela produção agrícola.

No entanto, as entrevistas realizadas em 2024 revelam um cenário estável, com algumas variações pontuais.

Com relação à manutenção e mudanças na quantidade de habitantes nas propriedades, verificou-se que, em 55,5% dos entrevistados o número de pessoas que residem nas propriedades permaneceu inalterado.

À outra metade, verificou-se o aumento no número de moradores em 11,2% das propriedades, ao passo que houve a redução dos habitantes em 33,3%. Essa modificação ocorreu, em sua maioria, em razão da desistência de trabalhadores rurais em relação ao vínculo celetista, o que fez com que se mudassem do local de trabalho e atuassem nessas e em outras propriedades como parceiros.

No que se refere à infraestrutura, verificou-se que a quantidade de banheiros e o número de veículos permaneceram constantes em todas as propriedades. No que tange ao uso da internet, também manteve-se estável no período analisado.

Por fim, concernente ao acesso à educação, foi possível verificar o aumento de 77,8% na oferta de cursos de curta duração ou especializações, reforçando o compromisso dos produtores em promover o aprimoramento das habilidades de seus funcionários, mesmo diante de desafios econômicos e estruturais.

Os questionários revelaram que a percepção dos produtores sobre a qualidade de vida está diretamente relacionada à valorização do cacau no mercado. Isso porque quando o preço do cacau está elevado, a renda aumenta e, com ela, surgem investimentos em melhorias nas condições de moradia, aquisição de bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e aumento da capacidade de consumo das famílias.

Dessarte, os dados refletem uma relativa estabilidade na qualidade de vida dos produtores e moradores das propriedades no que se refere à estrutura da propriedade rural, em que pese tenha sido empreendido esforços em educação complementar com vistas ao desenvolvimento de capital humano como estratégia de melhoria gradual da qualidade de vida e da sustentabilidade social no meio rural.

d) Motivação para produzir na região

A motivação para produzir as amêndoas de cacau orgânicas e com a qualidade da IP no Sul da Bahia está ancorada em diversos fatores que influenciam as decisões dos produtores em permanecer ou expandir suas atividades na região.

Os dados coletados denotaram como fatores: a tradição familiar, a preservação

do patrimônio, o potencial de renda e a perspectiva de valorização do produto. Esses elementos, no entanto, não sofreram alterações significativas após o reconhecimento da Indicação de Procedência em 2018, conforme relato dos entrevistados.

Como um dos principais fatores que motiva os produtores a permanecerem na atividade cacaujeira tem-se a tradição familiar, posto que muitas propriedades são heranças familiares que passam de geração em geração, mantendo-se laço afetivo e simbólico com a terra, buscando manter o legado construído por pais e avós. Essa herança também carrega o conhecimento acumulado ao longo do tempo sobre o cultivo do cacau, especialmente em práticas tradicionais de manejo, como o sistema cabruca.

Outrossim, em que pese as oscilações do mercado internacional e o aumento dos custos de produção, o potencial de geração de renda também é elemento motivador para a permanência dos produtores no setor de cacau.

A produção do cacau orgânico, por si só, oferece ao produtor bom retorno financeiro. Ademais, nos últimos dois anos (2022 e 2023), o valor da arroba do cacau *bulk* também tem sido gratificante aos produtores, especialmente em razão da liquidez e da menor exigência de controle técnico.

Noutro ponto, a produção de cacau possibilita a diversificação de negócios que geram renda complementar e incentivam a permanência na atividade agrícola, como a produção de chocolate agrícola no modelo *tree-to-bar* (do cacau à barra), e o turismo rural, com a permissão da visita de turistas interessados no ecoturismo, no chocolate artesanal e na experiência cultural do sistema cabruca.

Assim, a ordem referente às motivações para produzir, de acordo com as entrevistas, é a seguinte:

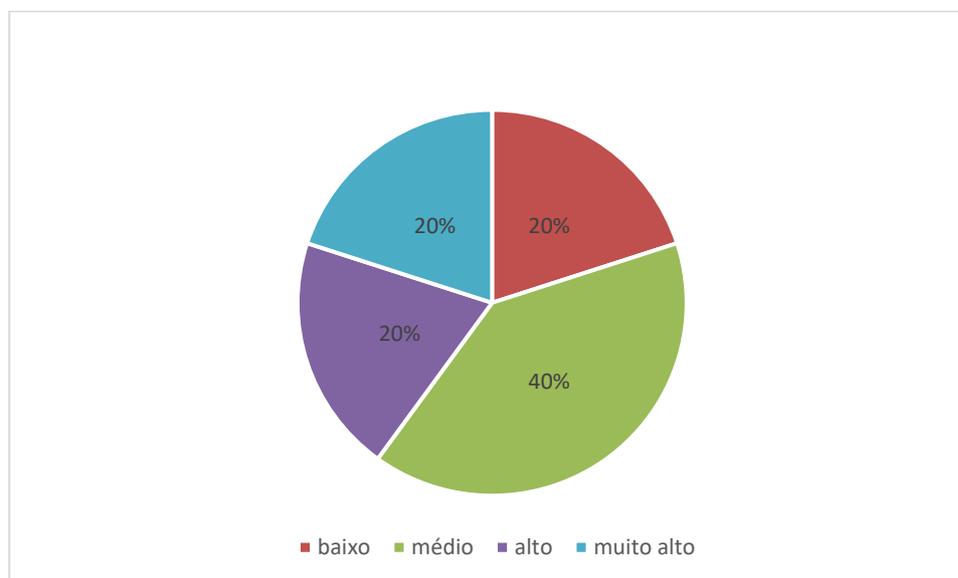
1. Tradição familiar e manutenção do patrimônio
2. Renda e benefícios da qualidade de vida
3. Viabilização de outras oportunidades de negócios

Contudo, embora um dos objetivos da IP seja justamente promover a valorização da cultura local e fortalecer a ligação entre tradição familiar e a produção agrícola, os dados demonstram que a implementação da Indicação Geográfica ainda não gerou impacto direto perceptível sobre essas motivações.

Apesar de não se observar mudanças nos motivos para produção na região, os produtores relatam a importância e o significado da IP Cacau para a certificação da qualidade das amêndoas, ratificada pela possibilidade de rastreabilidade, com o

seguinte grau de satisfação. Acerca do grau de satisfação quanto ao procedimento da IP Sul da Bahia, os entrevistados se manifestaram de acordo com a Figura 28.

FIGURA 28 – Grau de satisfação dos entrevistados relacionado ao processo da Indicação de Procedência Sul da Bahia no ano de 2024.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados coletados na entrevista, 2024.

Destaca-se que 33,3% dos produtores relataram melhora no grau de satisfação em relação ao processo de reconhecimento da IP entre 2018 e 2023.

Além disso, quanto ao desenvolvimento dos negócios ligados à produção de cacau, 22,2% dos produtores indicaram aumento no grau de satisfação no período analisado. Destaca-se, ainda, que 40% dos entrevistados demonstraram satisfação alta e muito alta.

No que se refere ao alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é perceptível que o selo da IG visa o trabalho decente e o crescimento econômico, especialmente no que tange ao fortalecimento das condições de trabalho decentes e da geração de emprego, com incentivo a igualdade salarial e a estabilidade da renda para as famílias, consoante dispõe o ODS 8.

Noutro ponto, a IP também possibilita a criação de ambiente de cooperação, em razão da necessidade de colaboração entre a rede produtiva (produtores de cacau, empresas de chocolate e organizações não governamentais) e entes governamentais e acadêmicos, como o CIC, Embrapa, Universidades e a CEPLAC. Por conseguinte, o selo promove o fortalecimento da identidade local, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17, segundo o qual as parcerias são

importantes para a transformação social e para o desenvolvimento rural sustentável.

Apesar das melhorias associadas aos ODS da Agenda 2030, os resultados indicam que as mudanças são ainda limitadas, sugerindo que o impacto social da Indicação de Procedência pode precisar de mais tempo e de ações complementares para se consolidar de maneira mais profunda na comunidade produtora.

7.3.4 Dimensão ambiental

A dimensão ambiental desempenha papel fundamental na produção de cacau no Sul da Bahia, especialmente devido à relação histórica entre o cultivo do cacau e a preservação da Mata Atlântica através do sistema de produção cabruca, cujo modelo agroflorestal contribui para a preservação da biodiversidade, o sequestro de carbono e a conservação dos recursos hídricos.

Contudo, as entrevistas influíram que, mesmo com a utilização do sistema cabruca, o manejo adequado ainda apresenta desafios. Noutro ponto, a análise da dimensão ambiental sob a abordagem de aspectos relacionados ao uso de pesticidas e fertilizantes, bem como à qualidade da paisagem e à gestão ambiental das propriedades, revelou mudanças sutis no período entre 2018 e 2023.

a) Uso de fertilizantes de defensivos

Apesar da implementação da IP Sul da Bahia, os dados indicam que essa certificação teve impacto mínimo no incentivo a práticas mais sustentáveis ou na redução do uso de insumos químicos, posto que a maior parte dos produtores manteve padrões de manejo semelhantes aos que já praticavam antes de 2018.

A pesquisa demonstrou que 22,2% dos produtores declararam não utilizar nenhum tipo de pesticida ou fertilizante — seja químico ou orgânico — no período analisado.

Entre os 77,8% dos agricultores que utilizaram pesticidas e/ou fertilizantes,

apenas 28,6% aumentaram a intensidade de uso desde o reconhecimento da IP até 2023, ao passo que os demais mantiveram o nível de utilização durante esse intervalo.

Quanto à intensidade do uso, verificou-se que 71,4% dos agricultores classificaram a utilização como "média" ou "alta", enquanto nos 28,6% restantes, a intensidade foi classificada como "muito baixa" ou "baixa". As propriedades que relataram a redução no uso de pesticidas e fertilizantes químicos são as que priorizam a produção de cacau orgânico, nos termos especificados pelo CET. Inclusive, os produtores relataram a adoção de práticas mais sustentáveis, como o uso de compostagem e fertilizantes orgânicos para reduzir o impacto ambiental e melhorar a qualidade do solo.

Assim, tem-se que o uso de pesticidas é baixo para a maioria dos entrevistados, bem como que, quando utilizados, há preferência para os fertilizantes orgânicos em vez dos químicos, o que aponta para a escolha por práticas mais sustentáveis, alinhando-se ao consumo e produção responsável, descrito no ODS 12, com vistas a promover a redução de impactos ambientais através do uso consciente de recursos.

b) Qualidade da paisagem e gestão ambiental

Com relação à qualidade da paisagem (preocupação com o destino do lixo, entulho ou resíduos e com manutenção e aspectos ambientais da propriedade), todos os produtores entrevistados apresentaram preocupação sobre o tema.

De modo geral, 94,4% dos produtores indicaram um nível médio a alto de intensidade relacionadas a qualidade da paisagem, o que demonstra que, desde o registro da IP, o cuidado e a atenção dos produtores de cacau referentes a algum tipo de preocupação no aspecto ambiental se mostram presentes.

Comparando o período entre 2018 e 2023, 44,4% dos produtores indicaram um aumento na intensidade da preocupação com o destino do lixo, entulho e resíduos, ao passo que 33,3% indicaram um aumento na intensidade da preocupação com a manutenção e aspectos ambientais na propriedade. Nos demais casos, durante o referido período, houve uma manutenção na intensidade das preocupações mencionadas.

Mesmo com a preocupação, verificou-se que parte dos produtores utiliza o

sistema de recolhimento de embalagens promovido por cooperativas e entidades parceiras, enquanto outros utilizam a incineração da embalagem.

Informa-se que o referido descarte pode ser feito com autorização do IBAMA e recomendação do fabricante do produto, desde que não haja uma opção mais correta, como a reciclagem. Salieta-se que o descarte incorreto de embalagens de agrotóxicos pode contaminar o solo, as águas superficiais e os lençóis freáticos.

Assim, tem-se que a falta de capacitação técnica para o manejo adequado dos agroquímicos foi apontada como um desafio, pois alguns produtores destacaram que, embora desejem adotar práticas mais sustentáveis, enfrentam barreiras no acesso a informações e treinamentos especializados.

Cumprir destacar que, de acordo com o CET, a IP Sul da Bahia visa contribuir, na dimensão ambiental, com a manutenção da paisagem, a preservação da biodiversidade, do meio ambiente e dos recursos genéticos locais.

Nesse ínterim, com base nos dados coletados, pode-se atribuir às seguintes intensidades aos indicadores, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Evolução da Intensidade dos Indicadores Ambientais na Produção de Cacau (2018-2023).

Indicador	2018	2023	Evolução
Uso de pesticidas	baixo	baixo	Estável
Uso de fertilizantes orgânicos	médio	Médio	Estável
Descarte de embalagens	inadequado	Adequado	Melhora
Preocupação com o destino do lixo	fraca	Forte	Melhora
Controle de qualidade ambiental	baixo	Médio	Melhora

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Novamente, no que se refere à tecnologia de rastreabilidade, ora na dimensão ambiental, tem-se a importância quanto à verificação do cumprimento das boas práticas ambientais, através do acompanhamento do uso responsável da água, da redução de agrotóxicos e do manejo sustentável do solo, o que ajuda a mitigar os impactos ambientais negativos e a promover cadeias produtivas mais equilibradas.

Logo, os dados mostram que o reconhecimento da IG teve impacto limitado nas

práticas e preocupações dos produtores.

Apesar disso, observa-se que a maioria já tem níveis significativos de cuidado com o meio ambiente, evidenciando uma consciência ambiental consolidada na região. Inclusive, o aumento da preocupação com o destino dos resíduos demonstra uma melhoria nas práticas ambientais, o que pode ser associado à adoção de práticas exigidas pelo processo de certificação da IG.

Noutro ponto, a produção de cacau sob o sistema de cabruca também está alinhada com os ODS, posto ser uma prática de conservação ambiental relevante ao manter a biodiversidade e proteger as matas ciliares, conforme dispõe o ODS 15. Ademais, a parceria dos produtores para com as associações e outros órgãos fortalece o ODS 17 no que tange à criação de parcerias e implementação, que enfatiza a importância da colaboração para o desenvolvimento sustentável.

De todo modo, alguns desafios foram percebidos na referida dimensão. Quanto ao descarte de resíduos, alguns produtores mencionaram a manutenção de práticas inadequadas, como a incineração de embalagens, em 2023.

Por todo o exposto, a pesquisa denota que os produtores de cacau da região se preocupam com as questões ambientais, o que tem sido impulsionado pelo processo de produção do cacau orgânico, requisito do CET para a IP.

Nesse contexto, os produtores relataram o aumento de conscientização sobre práticas sustentáveis, como avanço na destinação adequada de resíduos e no controle da qualidade ambiental. Todavia, relataram alguns desafios como capacitação técnica e à adoção de métodos ambientalmente corretos para o manejo de agroquímicos e descarte de embalagens.

Portanto, embora perceba-se impactos positivos na dimensão econômica, a pesquisa conclui pela necessidade de desenvolvimento de estratégias complementares para garantir a efetiva sustentabilidade ambiental da cadeia produtiva do cacau na região.

8 IMPACTOS

A presente pesquisa evidencia os benefícios e desafios associados ao reconhecimento da IP Sul da Bahia, com destaque para a percepção dos produtores quanto ao reconhecimento internacional da qualidade das amêndoas de cacau da região, o que tem promovido o turismo rural e a valorização cultural.

Por outro lado, a pesquisa também evidencia a ausência de impactos econômico, social e ambiental efetivos do selo da IG na sociedade, seja pelo baixo uso, seja pelas condições econômicas favoráveis da venda de cacau nos últimos anos.

Ato contínuo, a pesquisa fornece dados concretos para embasar investimento do setor público e privado para fortalecer a produção local. Isso porque restou evidente a necessidade de políticas públicas não somente ao modelo de agricultura familiar, mas, também, aos pequenos e médios produtores, visto que são os que mais produzem o cacau orgânico e utilizam o selo da IG. Dentre as políticas públicas, ressalta-se a necessidade de linhas inclusivas de crédito e assistência técnica, além de investimentos em capacitação e infraestrutura.

A pesquisa também relata à sociedade as mudanças nas condições de trabalho, havendo maior quantidade de contrato por parceria, não protegido pelas normas trabalhistas, e as alterações sociais que os funcionários enfrentam.

Os dados mostram avanços nas condições de trabalho, como aumento no número de empregados fixos e temporários, melhoria na remuneração e maior acesso à capacitação.

Assim, os impactos dessa pesquisa transcendem a análise acadêmica, posto que expõem à sociedade o contexto da IP Sul da Bahia e, especialmente, os entraves que dificultam melhores resultados do referido ativo da Propriedade Industrial. Isso é, a exposição das potencialidades e dos desafios da produção demonstra as lacunas existentes para o desenvolvimento territorial sustentável no Sul da Bahia.

9 ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

1. Matriz de SWOT (FOFA) sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC.
2. Figura Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS como um Anexo do texto dissertativo do TCC.

3. Artigo publicado por revista da área do PROFNIT, a saber:

PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F.; RIBEIRO, N. M. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Sustentável: uma análise bibliométrica. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 317–353, 2024. DOI: 10.9771/cp.v17i1.56568. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/56568>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PEREIRA, M. G. A.; LIMA, A. M. F.; SANT'ANA, C. S.; MARTINS, L. O. S.; SILVA, M. S. Analysis of Rural Producers' Performance Indicators: a Case Study of Cooperative Members of the Southern Bahia Cocoa Indication of Origin. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 10, p. e08447, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n10-070. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/8447>. Acesso em: 1 dec. 2024.

Silva Martins, L. O., de Oliveira, V. R. V., Lora, F. A., Fraga, I. D., Braga Saldanha, C., Silva, D. T., Alves Pereira, M. G., & Silva, M. S. (2024). Geographic Indications, Sustainability and Sustainable Development: A Bibliometric Analysis. **Journal of Scientometric Research**, 13(3), 919–934. <https://doi.org/10.5530/jscires.20041231>

4. Texto Dissertativo no formato mínimo do PROFNIT Nacional.
5. Relatório Técnico Conclusivo, sendo um Anexo do texto dissertativo do

TCC

10 CONCLUSÃO

O presente estudo revelou a importância das IGs como ferramenta essencial para promover a preservação da cultura, a sustentabilidade ambiental e a proteção da biodiversidade. Ao valorizar práticas tradicionais, conservar o ambiente e impulsionar o desenvolvimento local, as IGs desempenham papel vital na busca pelos ODS, estabelecidos pela ONU, posto que, através da manutenção das tradições e identidades regionais, se posicionam como agentes de mudança positiva, garantindo que os objetivos desses ativos sejam alcançados de maneira eficaz e sustentável.

Os dados da pesquisa bibliométrica mostram que as publicações científicas sobre a temática são pensadas em diferentes contextos regionais, com contribuições da Europa, Estados Unidos, Ásia e países do hemisfério Sul, refletindo a relevância dessas questões em âmbito internacional. Além disso, a temática da IG e seu impacto na sustentabilidade envolvem diversas disciplinas acadêmicas, como ciências, ambientais e humanidades para uma compreensão abrangente do tema, o que denota a literatura extensa e em eixos temáticos variados.

No entanto, constatou-se que, dentre os documentos recuperados na base de dados Scopus, a produção científica relacionada às Indicações Geográficas e seu impacto na sustentabilidade no Brasil não é significativa. Ainda no corpo dos documentos pesquisados, não foram encontrados estudos sobre os impactos das IGs e do Desenvolvimento Sustentável nos produtos brasileiros, o que gera lacunas a serem preenchidas no âmbito da avaliação posterior ao registro da IG, posto que pode limitar a capacidade de avaliar e melhorar a sustentabilidade dos produtos com selo no Brasil, bem como de promover seu reconhecimento e valorização no mercado internacional.

De modo geral, a pesquisa bibliométrica sublinhou a necessidade de promover o diálogo social, a governança comunitária e esforços coletivos como elementos fundamentais para estimular a inovação e alcançar um Desenvolvimento Sustentável, especialmente em áreas rurais desfavorecidas.

Assim, concluiu-se que a IG desempenha um papel essencial nas dimensões do desenvolvimento sustentável, visto que, por meio da proteção e valorização dos produtos vinculados a suas regiões de origem, pode promover o crescimento econômico local, ao gerar valor aos recursos e estimular a participação da

comunidade. Outrossim, também pode contribuir para a inclusão social, ao envolver atores locais no direcionamento do desenvolvimento, e para a proteção ambiental, ao preservar os aspectos naturais e culturais do território.

Conhecido o contexto acadêmico sobre a relação entre a IG e o desenvolvimento rural sustentável, passou-se à análise dos indicadores de desempenho do cacau no Sul da Bahia, objeto da pesquisa, com recorte temporal entre 2021 e 2023, no qual foi possível identificar padrões de produção e distribuição do cacau na região, bem como destacar a importância de práticas sustentáveis e da valorização dos produtos locais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

A análise dos dados de entrega de sacarias de cacau na região sul da Bahia entre 2021 e 2023 demonstrou questões como a sazonalidade, com picos de produção durante o mês de julho, indicando que este período coincide com a época de maior colheita do cacau, em que pese não tenha identificado uma tendência clara de aumento ou diminuição na entrega de sacarias ao longo dos anos, sugerindo uma certa estabilidade na produção de cacau na região durante o período analisado. Isto é, não foi possível perceber se a Indicação de Procedência impacta, positiva ou negativamente, na região. Nesse ínterim, considerando a limitação dos dados e a influência de outros fatores, como condições climáticas e mudanças nas práticas agrícolas, concluiu-se pela necessidade de estabelecer um sistema de mensuração para avaliar os efeitos da IP Cacau na região, a fim de monitorar e analisar continuamente os dados e, assim, observar se há impactos no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

Por essa razão, passou-se à terceira etapa da pesquisa, conforme a metodologia da Embrapa (Mello, 2014), a fim de identificar e mensurar a contribuição da IP Sul da Bahia para melhoria da qualidade de vida dos produtores e seus efeitos econômicos e sustentáveis na região cacauzeira à luz dos ODS, através dos dados coletados associados às informações secundárias.

De pronto, a análise dos impactos denotou que, para o desenvolvimento rural sustentável, as dimensões devem estar interligadas e alinhadas com os ODS. Exemplificando, tem-se que a capacitação de trabalhadores (social) e a preservação do sistema cabruca (ambiental) são fundamentais para criar um modelo de produção sustentável (econômico). Outro exemplo é que o fortalecimento de políticas públicas, como linhas de crédito inclusivas e assistência técnica (ODS 17), pode ser o elo entre

as três dimensões, a fim de promover o alcance das metas globais e a sustentabilidade integrada na região do Sul da Bahia.

Sob o panorama geral do trabalho, concluiu-se que, embora haja uma boa percepção dos produtores sobre a confiabilidade e o potencial de mercado do selo, a sua utilização pelos produtores ainda é restrita. A justificativa reside em questões como o alto custo de certificação, a falta de incentivos públicos e a ausência de assistência técnica, bem como, consoante relatado, a baixa interação entre os atores da cadeia produtiva.

No campo econômico, constatou-se um cenário de valorização do território decorrente da melhoria no acesso a mercados, aumento do valor venal das terras e do faturamento do produto, bem como agregação de valor e fortalecimento da imagem do cacau da região, especialmente ante à possibilidade de rastreabilidade quanto à origem das amêndoas. Contudo, registra-se que o estudo não permitiu atribuir os referidos ganhos exclusivamente à IP, posto que fatores externos – oscilações do mercado de *commodities* e demanda internacional crescente – são grandes aliados da influência na valorização financeira.

Outrossim, também foi possível verificar que a assimetria de acesso a recursos financeiros e linhas de crédito inclusivas –majoritariamente para a agricultura familiar – ainda limita a expansão dos benefícios a todos os atores da cadeia produtiva.

No que tange à dimensão social, verificou-se a melhoria das condições de trabalho, como o aumento dos salários e da quantidade de veículos da propriedade, como também a atratividade do turismo rural, o que fortalece o vínculo entre os produtores e suas comunidades. Todavia, verificaram-se iniciativas pontuais de capacitação e acesso à assistência técnica e oferta de cursos para qualificação, ainda insuficientes para atender a toda a base produtiva.

Do ponto de vista ambiental, verificou-se a maior preocupação dos produtores quanto à preservação das áreas de cultivo e a adoção de práticas sustentáveis, em que pese o uso de defensivos e fertilizantes ainda não tenham sido substancialmente alterados pelo registro da IP. A pesquisa identificou que a maioria dos produtores mantém práticas anteriores à certificação, o que demonstra a necessidade de maior disseminação de conhecimentos sobre práticas agroecológicas e de acesso a alternativas mais sustentáveis.

De forma geral, tem-se que a interação entre as três dimensões é essencial para o desenvolvimento rural sustentável, conforme preconizado pelos ODS,

especialmente os ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), ODS 12 (produção e consumo sustentáveis), ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), e ODS 15 (vida terrestre).

Contudo, em que pese as melhorias na região sul da Bahia, os resultados não podem ser atribuídos exclusivamente ao registro da IP, especialmente sob a alegação dos produtores de subaproveitamento do ativo. Por todo o exposto, conclui-se que a IP Sul da Bahia possui um papel estratégico para o desenvolvimento regional, mas carece do fortalecimento e articulação entre produtores, associações, poder público e setor privado.

Assim, para que fortaleça a sua atuação como promotora do desenvolvimento rural sustentável, é imprescindível que haja a implementação de políticas públicas mais robustas, incluindo linhas de financiamento acessíveis e programas de capacitação para a formulação de estratégias eficazes de gestão e fortalecimento da Indicação Geográfica.

11 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Embora o estudo tenha sido importante para a compreensão do pós registro da Indicação de Procedência Sul da Bahia, algumas limitações foram identificadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, especialmente no que concerne às entrevistas.

Primeiramente, verificou-se que poucos produtores de fato utilizam o selo da IG, seja pelo custo de produção do cacau orgânico, seja pelo atual valor da arroba do cacau bulk que, considerando o tempo que levaria à certificação do produto, não compensaria financeiramente ao produtor. Isso é, observou-se que, apesar de ser realizada a produção das amêndoas de cacau orgânica, devidamente preenchidos os requisitos previstos no CET, o produtor tem optado pela comercialização do cacau bulk em razão do contexto internacional.

Associado a isso, houve limitação na quantidade de entrevistados. Considerando serem poucos os produtores vinculados à IG, houve o adendo de negativa de participação de alguns que não queriam fornecer os dados pessoais. Desse modo, entende-se que a limitação das entrevistas pode impactar a generalização dos resultados para todo o setor cacauero da região.

Salienta-se, ainda, que alguns produtores apresentaram resistência em compartilhar dados financeiros e sociais detalhados, o que pode ter limitado a profundidade da análise de certas variáveis, especialmente no que se refere aos custos de produção e ao uso de crédito.

Por fim, fatores externos também podem atuar como limitantes da pesquisa, a exemplo de oscilações de mercado, políticas públicas não diretamente relacionadas à IG e variações climáticas, o que dificulta a dissociação do atual contexto do cacau no sul da Bahia com o registro da IP.

Nesse ínterim, como perspectivas futuras, entende-se a necessidade de reconhecer as limitações supramencionadas para contextualizar os resultados alcançados e orientar futuras pesquisas, as quais poderão preencher essas lacunas a fim de possibilitar o fomento de políticas públicas sobre a IG para o setor cacauero e para a sustentabilidade da região.

Para tanto, sugere-se o prosseguimento da pesquisa com enfoque na gestão estratégica da Indicação de Procedência Sul da Bahia no que concerne ao acesso a

crédito agrícola, assistência técnica e incentivos fiscais ofertados aos pequenos e médios produtores, bem como a oferta regular de cursos sobre o manejo das amêndoas de cacau e as vantagens de utilizar o selo da IG.

Recomenda-se, também, análises periódicas junto aos entrevistados a fim de propor políticas que contribuam para o fortalecimento da economia local e para a conservação ambiental, além de ampliar as oportunidades sociais.

Dessarte, tem-se que o preenchimento dessas lacunas permite acompanhar as transformações promovidas pela IG, contribuindo para a formulação de políticas mais eficazes e para o fortalecimento da sustentabilidade no setor cacauero.

REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: Chão de Cacau. Uma civilização regional.** Civilização Brasileira, 1978

AGUIAR, M. E. A.; MELLO, A. H. de; SANTOS, S. C. dos; SILVA, F. J. dos S. INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO CACAU DE TOMÉ-AÇU COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO E DA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES LOCAIS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2021. DOI: 10.54399/rbgdr.v17i3.6451. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6451>. Acesso em: 10 mar. 2024

ALMEIDA, Alessandra Bagno F. R. de; ARAÚJO, Marinella Machado. O direito ao desenvolvimento sustentável e a dimensão simbólica de sua aplicação. In: REZENDE, Élcio Nacur; CARVALHO, Valdênia Geralda de (Orgs.). **Direito ambiental e desenvolvimento sustentável: edição comemorativa dos dez anos da Escola Superior Dom Helder Câmara.** Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2013. p. 11-51.

ALVARES, K. P.; SOUZA, IM. M de. Sustentabilidade na gestão de pessoas: práticas e contribuições às organizações. **Revista Gestão Organizacional**, 9(2) 24-38.

ALVES, Marcos Alexandre; PEREIRA, Liziane Terezinha Machado. A rastreabilidade dos alimentos como política pública: exercício do direito à informação e o compromisso ético com o cumprimento das normas ambientais. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 170-182, mai.-ago. 2015. DOI: 10.5902/2236130818955.

AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela.** Ed. Record, 1986

ARRUDA, P. R. L **Indicação Geográfica como Promotora do Desenvolvimento Territorial Sustentável: Os Casos da Região do Vales da Uva Goethe e Banana da Região de Corupá.** Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação. Florianópolis, 2021.

BAHIA. Secretaria de Turismo. Estrada do Chocolate é destaque no festival gastronômico que movimentou Ilhéus. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/2023/07/2486/Estrada-do-Chocolate-e-destaque-em-festival-gastronomico-que-movimentou-Ilheus.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BAIARDI, A.; TEXEIRA, F. **O desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes.** Salvador-Bahia, 2010.

BARBOSA, Denis Borges. **Propriedade Intelectual**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BELLETTI, G.; BURGASSI, T.; MANCO, E.; MARESCOTTI, A.; PACCIANI, A.; SCARAMUZZI, S. The impact of geographical indication on the international isation process of agro-food products. **International Marketing and International Trade of Quality Food Products**: proceedings. Bologna, 2007.

BOTO XAVIER, L.; DAS CHAGAS DO NASCIMENTO JR, F.; CHIAPETTI, J. Verticalidades e horizontalidades na certificação da produção de cacau orgânico no Sul da Bahia. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 38 Dez., p. 361–390, 2021. DOI: 10.14393/RCT153814. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/57122>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BOWEN, S. Embedding local places in global spaces: Geographical indications as a territorial development strategy. **Rural Sociology**, [s.l.], v. 75, n. 2, p. 209-243, 2010. BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 7.903, de 27 de agosto de 1945. **Institui o Código de Propriedade Industrial**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7903-27-agosto-1945-417251-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 fev 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Plano Inova Cacau 2030.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Cacau do Brasil. Brasília: MAPA. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/outras-publicacoes/cacau-do-brasil-versao-portugues> Acesso em 14. dez. 2023

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**. Bahia comemora aumento histórico de crédito com Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 . Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/bahia-celebra-aumento-historico-de-credito-com-plano-safra-da-agricultura-familiar-2024-2025> . Acesso em: 3 dez. 2024.

BRASIL. Novo foco de praga que atinge cultivo de cacau e cupuaçu é detectado no Amazonas. **Ministério da Agricultura e Pecuária**, Brasília, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/novo-foco-de-praga-que-atinge-cultivo-de-cacau-e-cupuacu-e-detectado-no-amazonas>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRITO, Samyr Leal da Costa. **Estratégias Jurídicas para possíveis conflitos entre indicações geográficas e marcas**. Dissertação apresentada em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, pelo Instituto Federal da Bahia. Salvador, 2020.

BRUCH, K. L. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL OLMO, Florisbal de Souza. (Org.). Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. 1 ed. Florianópolis: **Fundação Boiteux**, 2008.

BRUCH, K. L., SILVA, M. A. C., BARROS, I. L. O. Indicações Geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas – o que mudou em 20 anos? In: PÔRTO JR, Gilson (org.). Indicação geográfica e tecnologias sociais no Brasil. Palmas, TO: **Observatório Edições**, 2023, p. 13-42. ISBN 978-65-999742-4-3.

CACAU SUL DA BAHIA. Indicação Geográfica. Cacau de Qualidade Sul da Bahia. Disponível em: www.cacausulbahia.org/indicacao-geografica/. Acesso em 11 dez.2023

CALDAS, Alcides dos Santos; ARAÚJO, Cristiano Cassiano de. COURY, Rafael de Lira Mansur. As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de desenvolvimento territorial: desafios e potencialidades no distrito de Maragogipinho, Aratupe, BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**–RDE, v. 3, n. 38, p. 81-108, 2017.

CANNAVALE, V.; MACHADO, T. M.; SANTANA, J. A. M. de; AVENI, . A. Análise Mercadológica: comparativo no uso do selo Indicação Geográfica para o cacau entre os produtores da Bahia (Sul da Bahia) e do Pará (Tomé-Açu). **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 33–47, 2024. DOI: 10.9771/cp.v17i1.55551. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/55551>. Acesso em: 3 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/cp.v17i1.55551>

CERDAN, Claire Marie Thuillier et al. Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica/**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 2010.

CLODOVEO, M. L. et al. Protected Geographical Indications for EVOO inTunisia: Towards Environmental, Social, and Economic Sustainable Development. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 20, p. 11.201, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su132011201>

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Custo de produção agrícola** . Disponível em : <https://www.conab.gov.br/info-agro/custos-de-producao> . Acesso em: 22 dez. 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina. São Paulo: **LiberArs**, 2015.

DANTAS, Emiliano Ferreira. Os meeiros do cacau do sul da Bahia: trabalho, corpo e documentação. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

DATASEBRAE. Diagnóstico de Potenciais Indicações Geográficas Brasileiras. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/diagnosticos-realizados-pelo-sebrae/>. Acesso em 20 abr. 2024.

DE ALMEIDA, P. H. G.; CRUZ, B.; SILVA, L. H. Indicação Geográfica e Transferência de Tecnologia: o Caso da Indicação Geográfica de Procedência Tomé-Açu/PA. In: **VI ENPI-ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**. 2020. Anais [...]. [S.l.], 2020.

DE FRANCESCO, E.; ORREGO, J. E.; GENNARI, A. Would “New World” wines benefit from protected geographical indications in international markets? The case of Argentinean Malbec. **Wine Economics and Policy**, [s.l.], v. 1, p. 63-72, 2012 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wep.2012.08.001>

De MELLO, L.M.R; ZACKIEWICZ, M.; BEZERRA, L.M.C.; TONIETTO, J.; BEAULIEU, C.M.G.; CAETANO, S.F. Metodologia de Avaliação de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais para Indicações Geográficas: O Caso do Vale dos Vinhedos. **EMBRAPA Uva e Vinho**, Bento Gonçalves, 2014.

DE OLIVEIRA, I. G. S.; GIRALDI, J. M. E.; GALINA, S. V. R. Indicação geográfica como estratégia para orientação ao mercado internacional. Uma revisão bibliométrica e sistemática de literatura. **IX ENCONTRO DE MARKETING DA ANPAD – EMA 2021**, 2021.

DEUTSCHE WELLE. Crise climática derruba safra de cacau e deixa ovo de Páscoa mais caro. **UOL Ecoa**, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/noticias/deutsche-welle/2024/03/27/crise-climatica-derruba-safra-de-cacau-e-deixa-ovo-de-pascoa-mais-carro.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.

DULLIUS, P. Identidade e desenvolvimento territorial – Estudo das experiências de indicações geográficas no estado do RS. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2008.

EFRAIM, P. **Estudo para minimizar as perdas de flavonóides durante a fermentação de sementes de cacau para produção de chocolate**. 2004. 126p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia de Alimentos. Campinas – SP, 2004.

ESTADÃO. **Aquecimento global e praga**: entenda o que há por trás do aumento do preço do cacau. Paladar, São Paulo, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/paladar/comida/aquecimento-global-e-praga-entenda-o-que-ha-por-tras-do-aumento-do-preco-do-cacau/?srsltid=AfmBOoqYhlaaSbVVR9THgB3FYHP13cYFy2pnLHe46oBcqVnJSxqcr>

Pac. Acesso em: 26 nov. 2024.

Estatuto da Terra, 30 anos, In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), volume 25, janeiro/abril de 1995

Estratégias para fomentar o desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira. Brasília-DF: **MAPA/SDI/CEPLAC**, 2023.

FERREIRA, Adriana C. R. SANT'ANA. C. S. Guia da indicação Geográfica Sul da Bahia. Editora: **PTCSB**, Ilhéus-BA; 2017. ISBN: 978-85-93727-01-6

FLORES, Shana Sabbado; TONIETTO, Jorge; TAFFAREL, João Carlos. **Painel de indicadores para avaliação das indicações geográficas de vinhos brasileiros**. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO - Bahia lança roteiro por fazendas de cacau na Estrada do Chocolate, em Ilhéus. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/turismo/2018/07/bahia-lanca-roteiro-por-fazendas-de-cacau-na-estrada-do-chocolate-em-ilheus.shtml>. Acesso em: 12 set

FRONZAGLIA, Thomaz. Desafios da Avaliação das Indicações Geográficas: uma revisão da literatura. In: VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; BRUCH, Kelly Lissandra; LOCATELLI, Liliana (org.). Propriedade Intelectual, Desenvolvimento e Inovação: desafios para o futuro. Ponta Grossa: **Aya**, 2020, p. 129-147

GALLIANO, D.; MAGRINI, M.-B.; TARDY, C.; TRIBOULET, P. Ecoinnovation in plantbreeding: insights fromthesunflowerindustry. **JournalofCleanerProduction**, n. 172, p. 2225-2233, 2018

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6ª ed. São Paulo: **Atlas**, 2017.

GIOVANNUCCI, D.; BARHAM, E.; PIROG, R. Definingand marketing “local” foods: GeographicalIndications for US products. **The Journalof World IntellectualProperty**, London, 2010.

GLOBORURAL. Acesso ao crédito é o principal desafio para o avanço da agricultura familiar . Disponível em: <https://globorural.globo.com/globo-rural-em-campo/noticia/2024/12/acesso-ao-credito-e-principal-desafio-para-avanco-da-agricultura-familiar.ghtml> . Acesso em: 3 dez. 2024.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 155–178, 2018. DOI: 10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.667. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667>. Acesso em: 6 jan. 2024.

GOULART, L. A. et al. Cacau da região sul da Bahia e a perspectiva histórica de uma indicação geográfica. **Cadernos de Prospecção**, Salvador, v. 7, n. 4, p. 632-632, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2023. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#download. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Panorama das IGs brasileiras Registradas**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDA2MDk0M2YtYjBmYS00ZTFjLTThiOWQtOG11ZDQ0MTA3YWVExliwidCI6Ijlk3Mjk4MjcXLTFiZDctNGFjNS05MzViLTg4YWRkZWY2MzZjYyImlMiOjR9>. Acesso em 15 fev. 2025

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Pedidos de Indicação Geográfica no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 10 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Portaria/INPI/PR n. 04, de 12 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; SOCKER, Fabricio. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, nº 4, Rio de Janeiro, Jul./Ago. 2022.

JORNAL DA USP. Produção de cacau mundial enfrenta crise e um dos fatores é o climático. Rádio USP, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/producao-de-cacau-mundial-enfrenta-crise-e-um-dos-fatores-e-o-climatico/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

JUNGMANN, Diana de Mello; BONETTI, Esther Aquemi. Proteção da criatividade e inovação: entendendo a propriedade intelectual: guia para jornalistas. Brasília: IEL, 2010.

JUNQUEIRA, Beatriz de Assis. Avanços nos registros de indicação geográfica para produtos de origem animal no Brasil x mundo. Alagoas: Colégio Brasileiro de Médicos Veterinários Higienistas de Alimentos (cbmvha), 2019. 42 slides, color. Apresentação realizada no **IX Congresso Latino Americano e XV Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/140187179-Avancos-nos-registros-de-indicacao-geografica-para-os-produtos-de-origem-animal-no-brasil-x-mundo.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

KIMURA, J.; RIGOLOT, C. The potential of geographical indications (GI) to enhance sustainable development goals (SDGs) in Japan: overview and insights from Japan GI Mishima potato. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 961, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13020961>

LAGASSI, Veronica. Indicações Geográficas sob a óptica do desenvolvimento sustentável. AREL FAAR, Ariquemes, **RO**, v. 1, n. 1, p. 7-28, mai. 2013.

LANDI, Chiara; STEFANI, Gianluca. Rent seeking and political economy of geographical indication foods. **Agribusiness**, v. 31, n. 4, p. 543-563, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/agr.21412>

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre Sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial in: MANCINI, M. C. (2013). Geographical Indications in Latin America Value Chains: A “branding frombelow” strategy for a mechanism excluding the poorest? **Journal of Rural Studies**, 32, 295–306. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.07.008>.

MARIANI, M. et al. Protecting food cultural biodiversity: From theory to practice. challenging the geographical indications and the slow food models. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 9, p. 5.265, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13095265>

MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O Caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
MENDES COSTA, F. Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana. Vila Velha, ES: **Opção Editora**, 2012

MERCADO DO CACAU. Cotações. Disponível em: <https://mercadodocacau.com.br/cotacoes/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MERCADO DO CACAU. *Alta no preço do cacau expõe fragilidades do mercado global e desafios em Gana*. Disponível em: <https://mercadodocacau.com.br/alta-no-preco-do-cacau-expoe-fragilidades-do-mercado-global-e-desafios-em-gana/>. Acesso em 19 dez. 2024

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Mapa Interativo - Signos Distintivos Registrados e Produtos Potenciais. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/dados-sobre-igs-registradas-eprodutos-tipicos-potenciais/mapa-interativo-1>>. Acesso em: 22 nov. 2023

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Cacau Conecta Agtechs 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/cacau-conecta-agtechs-2022/informacoes-sobre-os-desafios-propostos>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NETO, E. T.; PIGATTO, G. A. S.; PIGATTO, G. A. S.; LOURENZANI, A. E. B. S.; LOURENZANI, A. E. B. S. PRODUÇÃO DE CACAU COM INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) NA REGIÃO DE LINHARES/ES: ASPECTOS DE GOVERNANÇA E QUALIDADE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2018. DOI: 10.54399/rbgdr.v14i3.3811. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3811>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OLIVEIRA, Bruno; ASSIS, Pablo Roberto de. DO CACAU AO CHOCOLATE: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENCONTRADOS POR EMPREENDEDORES DO RAMO

DA AGROINDÚSTRIA DO CACAU NO SUL DA BAHIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 4799–4816, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11613. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11613>. Acesso em: 22 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ramón de Souza; BANDEIRA, Raphael Greco; VALENTE, Ana Lúcia E. Farah; SILVA, José Antônio Tietzmann. Indicações Geográficas – (IG's): Por uma Emancipação Democrática da Agricultura Comunitária. **IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Out/2011. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ix_en/GT6-125-70-20110606154134.pdf.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). **Curso Geral de Propriedade Intelectual**. Notas da aula. Intelectual, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips_01_e.htm Acesso em 29 fev. 2024

PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F. .; RIBEIRO, N. M. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Sustentável: uma análise bibliométrica. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 317–353, 2024. DOI: 10.9771/cp.v17i1.56568. Disponível em: Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/56568>. Acesso em: 3 jan. 2024.

PIGATTO, G. A S. et al. SOCIAL INNOVATION AND HIGH-QUALITY COCOA PRODUCTION: A CASE STUDY OF THE "CACAU SUL BAHIA" NETWORK. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i2.5970>

PIGATTO, G. A. S.; TEIXEIRA NETO, E.; BAPTISTA, R. D.. A influência do ambiente institucional informal na produção de cacau na região de Linhares/ES: análise de fatores culturais e a indicação geográfica. **Desenvolvimento Regional em Debate**, vol. 9, núm. Esp.2, 2019. Universidade do Contestado, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864650010>. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9iEd.%20esp.%202.2360>. Acesso em 10 mar. 2024

REIS, Adriana et al. Indicação Geográfica Cacau Cabruca Sul da Bahia: Agregação de valor e conservação da Mata Atlântica. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Instituto Cabruca**. Disponível em <http://nbcgib.uesc.br/nit/ig/app/papers/1152590609125722.pdf>. Acesso em, v. 8, 2018.

REYES-CHÁVEZ, P. P. et al. The hindrances to obtaining protected geographical indications for products in Mexico. Case study of dairy farming in the cienega de Chapala, Michoacan. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 12, p. 6.701, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13126701>

RIBEIRO, A. L. R. Família, poder e mito: o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: **Editus**, 2001.

SALDANHA, C. B.; SILVA, D. T.; MARTINS, L. O. S.; SILVA, M. S.. Diagnosis and Obstacles Related to the Production Chain of Cachaça in the Context of Geographical Indications. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 1, p. e04244, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n1-038>

SALDANHA, C. B.; SILVA, D. T.; MARTINS, L. O. S. ; FRAGA, I. D.; SILVA, M. S.. Sustainability of the Origin Indication of Sugar Cane Spirit from Abaíra Microregion, Bahia, Brazil Under the Aegis of the Sustainable Development Goals (SDGs). **Sustainability**, [s.l.], v. 16, n. 24, p. 10880, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su162410880>.

SANT'ANA, C. de S. et al. Influência do Período de Colheita na Qualidade do Cacau da Indicação Geográfica Sul da Bahia. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 8295-8306, feb. 2020. ISSN 2525-8761. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-221>

SANTANA, L. D.; GOSLING, M. S. Imagem de destino turístico: Ilhéus/BA na perspectiva de visitantes e moradores. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 2, p. 58-79, 2018. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufri.br/caderno/article/view/1301>

SANTINI PIGATTO, G. A. et al. Social Innovation and High-Quality Cocoa Production: A Case Study of the “cacau Sul Bahia” Network. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [s.l.], v. 18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i2.5970>.

SCHNEIDER, M. D.; ZILLI, J. C.; VIERA, A. C. P. Os impactos da indicação de procedência no desenvolvimento econômico na produção de uva, nos municípios dos vales da uva goethe-SC. **Cadernos de Prospecção**, v. 10, n. 2, p. 327-327, 2017.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2004.
SILVA, C. M.; GREGORI, I. C. S. D.; ROCHA, N. F. As indicações geográficas e os possíveis impactos nas relações de consumo: uma análise a partir dos vieses da sustentabilidade. Curitiba: **CRV**, 2021.

Sgroi F. (2021). Territorial development models: A new strategic vision to analyze the relationship between the environment, public goods and geographical indications. **The Science of the total environment**, 787, 147585. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.147585>

SILVA, K. F. da.; LIMA, A. M. F; SILVA, M. S. **Potencialidade de indicação geográfica do licuri do semiárido baiano**: identidade regional e contexto socioeconômico. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação. Salvador, 2021. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6291>

SINGH, S. e BARTHI, N., Geographical Indication and Rural Sustainable Development: A Bibliometric Analysis, *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 17, 2023, 32-50.

SODRÉ, G. A. **Cultivo do cacau no estado da Bahia**. Ilhéus: MAPA/CEPLAC/CEPEC, 2017.

SULIS, M.; GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Certificação e Hospitalidade: a Cabruca e a Indicação de Procedência do Cacau do Sul da Bahia como promotores da produção de chocolates especiais. **Vivência**: Revista de Antropologia, [s.l.], v. 1, n. 57, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2021v1n57ID27403>

TEODORO, V. B. PORTO JUNIOR, F. G. R. MORAES, N. R. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: uma revisão bibliográfica SOIn: PÔRTO JR, Gilson (org.). Indicação geográfica e tecnologias sociais no Brasil. Palmas, TO: **Observatório Edições**, 2023, p. 43-56. ISBN 978-65-999742-4-3

TORQUATO DOS REIS, Synthya et al. Percepção dos produtores de cacau do Sul da Bahia sobre as políticas públicas para a cacauicultura. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, 2022.

VELLOSO, C. Q. Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial Sustentável: A Atuação dos Atores Sociais nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial a Partir da Ligação do Produto ao Território (Um estudo de caso em Urussanga, SC). **Dissertação** apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de PósGraduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; PELLIN, Valdinho. Indicações geográficas como políticas públicas de desenvolvimento territorial rural: o caso dos Vales da Uva Goethe. **Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: Reflexões sobre o Tema e Potencialidades no Estado de Santa Catarina**, p. 273-288, 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 abr. 2024.

APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT) da pesquisa

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	<p>FORÇAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Registro e proteção legal da Indicação de Procedência para o produto cacau no Sul da Bahia; 2. Reconhecimento internacional da qualidade das amêndoas de cacau do Sul da Bahia; 3. Potencial para promover o desenvolvimento territorial sustentável; 4. Crescimento do mercado de chocolates finos e demanda por cacau de origem certificada; 5. Rastreabilidade da produção. 	<p>FRAQUEZAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Carência de avaliação da sustentabilidade Pós-IG no Brasil; 2. Desafios relacionados à infraestrutura e logística na região; 3. Processo burocrático e moroso para certificação desestimula novos produtores; 4. Dificuldade na pesquisa de campo e entrevista no que se refere à participação dos produtores envolvidos; 5. Deficiência no monitoramento dos impactos reais da IP na região.
EXTERNA (Ambiente)	<p>OPORTUNIDADES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a relação entre a Indicação de Procedência do cacau e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030; 2. Possibilidade de atrair investimentos e parcerias para o desenvolvimento sustentável da região; 3. Mercado em crescimento para produtos consumidores e com certificação de origem; 4. Potencial de diversificação da cadeia produtiva do cacau, explorando novos produtos derivados; 5. Crescente interesse dos consumidores por produtos autênticos e com histórias de origem. 	<p>AMEAÇAS:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Impactos das mudanças climáticas e eventos extremos na produção de cacau; 2. Riscos relacionados a oscilações de preços e demanda do cacau; 3. Pressão competitiva de outros produtores de cacau no mercado nacional e internacional; 4. Concorrência com produtores que não utilizam o selo da IP; 5. Possíveis conflitos de interesses e falta de cooperação entre os atores da cadeia produtiva;

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

<p>Parcerias Chave:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Associação Cacau Sul da Bahia; 2. SEBRAE; 3. Órgãos governamentais e instituições locais relacionados ao desenvolvimento territorial sustentável; 4. Universidades e centros de pesquisa com expertise em sustentabilidade e agricultura. 	<p>Atividades Chave:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prospecção tecnológica para avaliar a sustentabilidade de pós-Indicação Geográfica; 2. Adaptação da Metodologia de Avaliação de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais para Indicações Geográficas da EMBRAPA Uva e Vinho; 3. Pesquisa de campo para coleta de dados sobre os efeitos econômicos, sociais, ambientais e institucionais da IG do cacau no Sul da Bahia; 4. Promoção e divulgação da Indicação de Procedência (IP) e seus benefícios. 	<p>Propostas de Valor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecimento oficial da Indicação de Procedência (IP) do cacau no Sul da Bahia; 2. Potencializar o desenvolvimento territorial sustentável; 3. Promoção de práticas voltadas para a produção de cacau; 4. Acesso a selos de qualidade e diferenciação do produto. 	<p>Relacionamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer relacionamento próximo com os produtores de cacau, oferecendo suporte e orientação; 2. Interagir com substitutos processuais para promover a cooperação e a adoção das práticas; 3. Construir relacionamento com stakeholders relevantes na cadeia produtiva nacional e internacional. 	<p>Segmentos de Clientes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Produtores de cacau na região do Sul da Bahia; 2. Associação Cacau Sul da Bahia; 3. Stakeholders envolvidos na cadeia produtiva do cacau nacional e internacional.
	<p>Recursos Chave:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento especializado em Propriedade Industrial e Indicações Geográficas. 		<p>Canais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para o registro da Indicação de Procedência (IP); 	

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Perícia em avaliação de impactos econômicos, sociais, ambientais e institucionais; 3. Parcerias com órgãos governamentais e instituições locais; 4. Acesso a dados e informações relevantes sobre a região do Sul da Bahia e a produção de cacau. 		<ol style="list-style-type: none"> 2. Parcerias com órgãos governamentais e instituições locais para promover o desenvolvimento territorial sustentável; 3. Canais de distribuição tradicionais (varejistas, atacadistas, etc.); 4. Canais online para alcançar consumidores em outros locais. 	
<p>Estrutura de Custos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Custos de pesquisa e coleta de dados; 2. Custos de adaptação da metodologia de avaliação de impactos; 3. Custos de divulgação e promoção da Indicação de Procedência (IP); 4. Possíveis investimentos em projetos de desenvolvimento territorial sustentável. 		<p>Fontes de Receita:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Venda de selos de qualidade aos produtores; 2. Possíveis parcerias para financiar projetos de desenvolvimento territorial sustentável; 3. Geração de receita a partir da distribuição do cacau com valor agregado devido à Indicação Geográfica. 		

APÊNDICE C – Artigos submetidos ou publicados

PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F.; RIBEIRO, N. M. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Sustentável: uma análise bibliométrica. *In: International Symposium on Technological Innovation, XII, 2023, Aracaju-SE. Apresentação Oral. 2023.*



PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. Propriedade Intelectual Como Ferramenta Para A Proteção Do Consumidor Contra O Greenwashing. *In: International Symposium on Technological Innovation – ISTI 2023, XII, 2023, Aracaju-SE. Apresentação Oral. 2023.*



CERTIFICATE

THE PAPER

PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO FERRAMENTA PARA A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR CONTRA O GREENWASHING

by Maria Gabriella Alves Pereira; Marcelo Santana Silva; Angela Maria Ferreira Lima

was presented at Oral Session of the 12th ISTI – 12th International Symposium on Technological Innovation, held in Aracaju/SE, Brazil, on November 27th to 29th, 2023.



PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F.; Análise De Indicadores De Desempenho De Produtores Rurais: Um Estudo De Caso De Cooperados Da Indicação De Procedência Do Cacau Sul Da Bahia. **X Encontro Nacional de Propriedade Intelectual**. Fortaleza/CE. Apresentação Oral. 2024.



Certifico que o trabalho ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO DE PRODUTORES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO DE COOPERADOS DA INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA DO CACAU SUL DA BAHIA foi apresentado, na forma Oral por Maria Gabriella Alves Pereira; Marcelo Santana Silva; Ângela Maria Ferreira Lima; Cristiano de Souza Sant'Ana, no X ENPI – ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, nos dias 19 a 21 de Junho de 2024.

Fortaleza/CE.

A autenticidade deste documento pode ser verificada em:
<http://eventos.api.org.br/autenticacao/2228/9f61408e3afb633e50cdf1b20de6f466>



PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F.; Proteção Do Consumidor Contra O Greenwashing Sob A Ótica Da Propriedade Intelectual. *In*: XIV ProspeCT&I. VIII Congresso Internacional PROFNIT. Maceió/AL. **Apresentação Oral**. 2024

PROGRAMAÇÃO
Apresentação
PRESENCIAL de
Trabalhos Orais

17/05/24
Sexta-feira
16h00 às 18h00

Sala Remota 05

Coordenação: VINICIUS FERNANDES ORMELES, MIRIAM PINHEIRO BUENO



Horário	TEMA: Temas Variados
16:00	Título do trabalho: Proteção do Consumidor Contra o Greenwashing sob a Ótica da Propriedade Intelectual – autores: Maria <u>Gabriella</u> Alves Pereira, Marcelo Santana Silva, <u>Angela</u> Maria Ferreira Lima
16:15	Título do trabalho: A Tecnologia e a Qualidade de Vida no Trabalho – autores: José Henrique Miranda, Luiz Claudio Machado <u>Machado</u> , Núbia Moura Ribeiro Tereza Cristina <u>Pamponet</u> Ribeiro Dantas
16:30	Título do trabalho: Emissões de CO₂ de Edificações em seu Ciclo de Vida: uma revisão sistemática – autores: <u>Samira</u> Gomes Alencar, Luciane Cleonice Durante, Luciana <u>Pelaes</u> Mascaro, Ivan Julio Apolonio <u>Callejas</u>
16:45	Título do trabalho: Energia Solar Fotovoltaica no Brasil – autores: Andressa Martins da Costa, Caroline Rodrigues Vaz
17:00	Título do trabalho: Avaliação da Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: revisão sistemática com ênfase na dimensão ambiental – autores: Marlon Gabriel da Silva, Benedito Albuquerque da Silva, Luciane Cleonice Durante
17:15	Título do trabalho: Um Estudo Sobre o Mercado de Cartão de Crédito no Brasil e seus Programas de Fidelidade – autores: Arthur Faria Sobrinho Fontes, Marília dos Santos Aragão de Carvalho, Miriam Cristina Vidal da Rocha, André Luís Faria Duarte
17:30	Título do trabalho: Uma Análise Situacional, Desafios e Oportunidades para o Processo de Avaliação de Desempenho no TJMT – autores: Rúbia da Costa, Paulo Augusto Ramalho de Souza
17:45	Título do trabalho: Gestão do Conhecimento no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – autores: <u>Dávisson</u> Lucas Vieira Afonso, <u>Iluska</u> Lobo Braga, André Luís Faria Duarte

SANTOS, D. G. O.; VENANCIO, M. F. D.; PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S. Indicação geográfica na Bahia: uma análise no Sul da Bahia - Cacau. **V Congresso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (V CPPGI), XXI Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (XXI SICTI)**. Juazeiro/BA. Apresentação Oral. 2024.



PEREIRA, M. G. A.; SILVA, M. S.; LIMA, Ângela M. F.; RIBEIRO, N. M. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Sustentável: uma análise bibliométrica. **Cadernos de Prospecção**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 317–353, 2024. DOI: 10.9771/cp.v17i1.56568. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/56568>. Acesso em: 1 maio. 2024.

Indicações Geográficas e Desenvolvimento Sustentável: uma análise bibliométrica

Maria Gabriella Alves Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0009-0006-8309-9369>

Marcelo Santana Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-6556-9041>

Ângela Maria Ferreira Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3925-7463>

Nubia Moura Ribeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0468-9760>

DOI: <https://doi.org/10.9771/cp.v17i1.56568>

Palavras-chave: Indicação Geográfica, Desenvolvimento Sustentável, Análise bibliométrica.



 PDF/A

PEREIRA, Maria Gabriella Alves; LIMA, Angela Maria Ferreira; SANT'ANA, Cristiano de Souza; MARTINS, Luís Oscar Silva; SILVA, Marcelo Santana. Analysis of Rural Producers' Performance Indicators: a Case Study of Cooperative Members of the Southern Bahia Cocoa Indication of Origin. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 10, p. e08447, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n10-070. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/8447>. Acesso em: 17 dec. 2024.

REVISTA DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

ABOUT ▾ CURRENT BACK ISSUES PUBLICATION FEE INDEXING & ABSTRACTING ALTMETRICS
CITATIONS (GOOGLE ACADEMICS) H5 INDEX (GOOGLE METRICS) QUALIS CAPES RANKING SYSTEM
EDITORIAL POLICIES ▾ TEMPLATE FOR AUTHORS

HOME / ARCHIVES / VOL. 18 NO. 10 (2024) / Artigos

Analysis of Rural Producers' Performance Indicators: a Case Study of Cooperative Members of the Southern Bahia Cocoa Indication of Origin

Maria Gabriella Alves Pereira

<https://orcid.org/0009-0006-8309-9369>

Angela Maria Ferreira Lima

<https://orcid.org/0000-0003-3925-7463>

Cristiano de Souza Sant'Ana

Luís Oscar Silva Martins

<https://orcid.org/0000-0002-0040-7762>

Marcelo Santana Silva

<https://orcid.org/0000-0002-6556-9041>

DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n10-070>



MARTINS, Luís Oscar Silva et al. Geographic Indications, Sustainability and Sustainable Development: A Bibliometric Analysis. **Journal of Scientometric Research**, v. 13, n. 3, p. 919-934, 2024. DOI: 10.5530/jscires.20041231

J. Scientometric Res. | A journal devoted to Innovation Studies and Policy Research f t @

Journal of Scientometric Research

Quick Links ▾ SUBMIT

Home Browse Issues ▾ Special Issue ▾ About ▾ Submit ▾ Contact 🔍

READING Home > JSCIRES, Vol 13, Issue 3, 2024 > Geographic Indications, Sustainability and Sustainable Development: A Bibliometric Analysis

JSCIRES, VOL 13, ISSUE 3, 2024 ⌚ 53 Mins Read 👁 44 Views

Geographic Indications, Sustainability and Sustainable Development: A Bibliometric Analysis

November 27, 2024

SHARE f

Luís Oscar Silva Martins, Vitória Ribeiro Vieira de Oliveira, Fábio André Lora, Igor Dantas Fraga, Cleiton Braga Saldanha, Daliane Teixeira Silva, Maria Gabriella Alves Pereira and Marcelo Santana Silva

Next Article →

Download PDF

APÊNDICE D – FORMULÁRIOS

FORMULÁRIO 1. Cooperativa. Propriedades e Produtores do Cacau Sul da Bahia

Responder em relação à propriedade localizada na Macrorregião em estudo

Nome do entrevistado:

- () Proprietário
 () Familiar compartilhado
 () Arrendatário/parceiro
 () Representante da Cooperativa
 () Outro: _____

Telefone para contato: _____

Data: _____

Responsável pela entrevista: _____

Dados da produção	2018	2023
Faturamento devido à produção (R\$)		
Quantidade da arroba		

Dados da propriedade	2018	2023
Valor de mercado da terra (R\$/ha)		
Percentual de atividades econômicas não agrícolas		
Percentual de toda a renda da propriedade (incluindo atividades não-agrícolas) provenientes da venda de cacau		
A propriedade segue as disposições do CET?		

FORMULÁRIO 2. Dimensão Social. Condições para o desenvolvimento social no setor produtor e no território

COOPERATIVA DE PRODUTORES – SUSBTITUTO PROCESSUAL

Responder em relação à propriedade localizada na Macrorregião em estudo

Nome do entrevistado:

- () Proprietário
 () Familiar compartilhado
 () Arrendatário/parceiro
 () Representante da Cooperativa
 () Outro: _____

Telefone para contato: _____

Data: _____

Responsável pela entrevista: _____

Ocupação de mão de obra	2018	2023
Número de familiares com ocupação fixa na produção		
Número de empregados com ocupação fixa na produção		
Salário médio (R\$/mês) (<i>considerar equivalência com salário mínimo e valor médio por pessoa</i>)		
Número de dias/homem/ano com ocupação temporária (<i>duas pessoas por quinze dias=30 dias/homem</i>)		

FORMULÁRIO 3. Cooperativa – Substituto Processual*Responder em relação à propriedade localizada na Macrorregião em estudo*

Nome do entrevistado: _____

- Proprietário
 Familiar compartilhado
 Arrendatário/parceiro
 Representante da Cooperativa
 Outro: _____

Telefone para contato: _____

Data: _____

Responsável pela entrevista: _____

Intensidade de uso na produção	2018	2023
Uso de pesticidas		
Uso de água na aplicação de pesticidas		
Uso de fertilizantes orgânicos		
Uso de fertilizantes químicos		

Intensidade (i):

- 0=nenhuma, ausente;
- 1 = muito baixa;
- 2 = baixa;
- 3 = média;
- 4 = alta;
- 5 = muito alta.

APÊNDICE E – TABELAS

TABELA 7. Dimensão econômica. Impacto econômico no Produtor e no Território

Indicadores	Métricas
Renda	R\$/ano
Tamanho da propriedade	Ha
Evolução no faturamento	R\$/ano no mercado interno e no mercado externo
Evolução no preço da terra	R\$/ha
Evolução no preço médio da produção	Preço médio anual para cada tipo de produto
Evolução no perfil da mão de obra	
Acesso ao crédito	Número de programas ou fontes de financiamentos disponíveis (investimentos, custeio, comercialização, outros)
Investimentos realizados para a melhoria na qualidade de produção	Investimentos realizados pelos produtores para melhoria no rendimento
Crescimento da produção/produktividade	Quantidade/produção/ha
Incremento do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Número de turistas/ano; • Gasto médio do turista ao ano; • Evolução do número de atividades criadas no entorno
Crescimento do emprego	Evolução no número de empregos

Fonte: Adaptado da Metodologia de Avaliação da Embrapa Uva e Vinho pela autora (2024).

TABELA 8. Dimensão Social. Condições para incremento da qualidade de vida dos produtores

Indicadores	Métricas
Oportunidade de emprego local qualificado	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução na demanda por emprego no setor agrícola (nº por ano); • evolução do nível de qualificação do emprego gerado (escalas de qualificação); • salários médios (R\$/ano)
Acesso à educação das pessoas que trabalham ou moram na unidade produtiva	Acesso à educação de curta duração, especialização ou longa duração, segundo nível de responsabilidade no trabalho.
Acesso aos serviços básicos (locais e individuais) para o responsável e os empregados permanentes	Água potável, eletricidade, esgoto, estradas, escolas, telefonia, transporte público, coleta de lixo.
Conforto e equipamento no lugar	Evolução no acesso aos eletrodomésticos (fogão a gás/elétrico, geladeira, televisão, rádio, freezer, computador, antena parabólica, TV por assinatura etc)

Fonte: Adaptado da Metodologia de Avaliação da Embrapa Uva e Vinho pela autora (2024).

TABELA 9. Dimensão Ambiental. Uso de recursos naturais e insumos agrícolas.

Indicadores	Métricas
Ocupação do solo na região de interesse	ha e % plantada IP/DO; Ha e % plantado para a cultura para outros ativos; Ha e % destinadas a outras atividades agrícolas; ha e % de mata nativa, cultivada, secundária; Ha e % de área urbana, uso urbano em área rural e solo exposto
Uso da água para consumo e para produção	ha em períodos de tempo
Evolução no uso de pesticidas, fertilizantes orgânicos, químicos e agroquímicos.	Práticas e utilização na aplicação (com orientação técnica, pelas recomendações da embalagem, critério próprio).

Fonte: Adaptado da Metodologia de Avaliação da Embrapa Uva e Vinho pela autora (2024).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Você está convidado a participar de uma pesquisa denominada **“AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PÓS-SELO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DA BAHIA SOB A ÉGIDE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)”**. Essa pesquisa é relativa ao projeto em epígrafe coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Santana Silva e coorientado pelo Prof. Dr. Luís Oscar Silva Martins. Sua colaboração é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento, abaixo relacionadas:

- A sua participação é voluntária. Se concordar em participar da pesquisa, o(a) senhor(a) deverá responder a uma entrevista que será usada para um estudo de pós-selo de Indicação Geográfica no Estado da Bahia, especificamente relacionada ao seu território;
- O objetivo do estudo é fazer uma avaliação dos resultados e impactos da Indicação Geográfica nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional, no período de 2014 a 2023;
- As informações serão analisadas considerando os dados levantados agregados da Microrregião;
- Os componentes do projeto, se comprometem a não divulgar quaisquer informações individuais dos produtores de cachaça que participarem da pesquisa;

A Pesquisa proposta pelo presente projeto contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual, seguirá e respeitará, portanto, o que determina as Resoluções 466/2012, e Nº 510/2016 no que diz respeito ao anonimato a confiabilidade e participação voluntária, garantindo assim o exercício pleno do seu direito de manifestar sua liberdade (autonomia) expressa abaixo em seu de acordo (ou não) com o que está sendo apresentado como proposta. Deixamos claro o nosso interesse em disponibilizar para você os dados gerados e os resultados finais do estudo.

Enfatizamos que a pesquisa manterá o seu sigilo, assegurando sua privacidade

quanto às informações confidenciais envolvidas. Asseguramos, ainda, o direito à indenização e assistência imediata e integral em caso de danos decorrentes do estudo, pelo tempo que for necessário.

A presente pesquisa se justifica pois pretende desenvolver mecanismos para avaliação do desenvolvimento das IGs, o que pode impactar na construção de uma agenda de políticas públicas que se associa por meio de um guia na agenda da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Ao mesmo tempo, entender os impactos, sobretudo no que tange aos aspectos socioeconômicos e ambientais, permite estabelecer uma conexão entre a função desempenhada pela IG estabelecida num território, e a existência de instrumentos que servirão para monitoramento de políticas públicas, fundamentais para o crescimento econômico e democratização de oportunidades.

O material resultante desta pesquisa será armazenado pelo pesquisador pelo período de 5 anos, que serão analisados e, possivelmente, publicados em artigos científicos e dissertação, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

O pesquisador estará atento a possíveis limitações de autonomia dos participantes, assegurando-lhes que a participação, a não participação, ou mesmo a desistência após fornecer o consentimento, não acarretará qualquer tipo de represália, conforme IV.6 da Resolução n° 466/2012 e Seção I, Art. 11 da Resolução n° 510/2016. Dessa forma, em caso de desconforto por parte dos pesquisados, a pesquisa poderá ser adiada ou até cancelada, se necessário, sendo que, em caso de qualquer alteração na pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia será imediatamente informado. Ademais, garantimos que a pesquisa de campo com os entrevistados apenas será iniciada após a aprovação do CEP.

O CEP é um órgão colegiado multidisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Apesar de vinculado à universidade, o órgão é independente para tomar suas decisões. Foi criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Para quaisquer dúvidas o CEP pode ser contactado através do endereço: R. Rui Barbosa, Cruz das Almas - BA, 44380-000. As dúvidas também podem ser sanadas através do telefone: (75) 3621-6850.

É importante ressaltar que os procedimentos para coleta de dados desta pesquisa não são agressivos, invasivos ou nocivos à saúde dos participantes. No entanto, os entrevistados poderão estar sujeitos a eventuais desconfortos durante o processo, tais como constrangimento, aborrecimento e não atendimento em relação a alguma pergunta. Para minimizar ou mesmo eliminar estes desconfortos, o pesquisador estará preparado para prestar esclarecimentos sobre as perguntas, mantendo um canal de comunicação constante com o entrevistado, para que ele possa relatar

qualquer desconforto ou preocupação, permitindo uma resposta adequada e imediata. Além disso, a qualquer momento, a entrevista poderá ser interrompida pelo participante, buscando-se diálogo sobre o fato. Se buscará também um ambiente confortável para a realização da pesquisa, respeitando-se, inclusive, dia e horário, estipulado pelo participante.

Em qualquer etapa do estudo você poderá ter acesso ao responsável pela pesquisa, para esclarecimento de eventuais dúvidas e acompanhamento do processo. O coordenador da pesquisa, Luís Oscar Silva Martins, pode ser encontrado no endereço: Rua Reginaldo Muritiba do Lago, 220 ou pelo telefone (ligação a cobrar) (75) 9 9981-3170 e e-mail luisoscar@ufrb.edu.br, estará disponível para qualquer esclarecimento, inclusive ao término desta pesquisa.

Dada a característica da pesquisa, a eventual necessidade de assistência será realizada durante a entrevista. Após a etapa da coleta de dados, você ainda poderá solicitar assistência caso considere necessária. Os benefícios de sua participação não são diretos, porém você poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre os eventuais benefícios que a concessão da IG trouxe para o seu território. Ainda podemos citar a produção de conhecimento científico, que poderá trazer benefícios de uma maneira geral à sociedade a partir da geração de mais dados e informações sobre esse assunto, podendo subsidiar com dados científicos debates ou até outras pesquisas relacionadas aos temas de desenvolvimento regional, análise de políticas públicas e propriedade intelectual.

Deixamos explícito que não haverá qualquer despesa para você. Porém, caso eventualmente ocorra alguma despesa decorrente de sua participação na pesquisa, a mesma será totalmente ressarcida pelo pesquisador responsável no momento da entrevista, ou posteriormente, por meio de contato com o coordenador da pesquisa. Além disso, em caso de danos decorrentes dessa pesquisa, o pesquisador lhe garantirá devida indenização, a ser definida conjuntamente de acordo com o tipo de dano.

Esse Termo foi elaborado em duas vias, devendo serem ambas rubricadas e assinadas, sendo que uma das vias será obrigatoriamente entregue para você (participante), e outra de igual teor ficará guardada, sob sigilo, com os pesquisadores. Informamos que caso deseje, você terá acesso, a qualquer momento, ao registro deste seu consentimento, bastando para isso apenas solicitá-lo ao coordenador da pesquisa.

O pesquisador responsável pela pesquisa, o Professor Luís Oscar Silva Martins, declara que esta pesquisa será realizada de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regula as pesquisas em seres humanos em território nacional, e estabelece as diretrizes éticas para que uma pesquisa possa ser realizada com seres humanos, cumprindo, expressamente, todos os termos expressos neste documento.

Após a leitura desse Termo, gostaria de saber se você aceita participar da pesquisa. Se você aceita, peço que assine o Consentimento abaixo.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PÓS-SELO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DA BAHIA SOB A ÉGIDE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).

Pesquisador principal: Luís Oscar Silva Martins

Pesquisador Responsável e orientador: Luís Oscar Silva Martins

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui informado(a) sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi, de forma clara e objetiva, todas as explicações sobre o estudo. Entendi que as informações fornecidas serão tratadas com sigilo, garantindo tanto a minha privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Também fui informado (a) dos eventuais riscos da pesquisa, estando cientes dos mesmos. Estou ciente também não haverá qualquer despesa para mim. Declaro ainda, que fui informado(a) que posso me retirar do estudo a qualquer momento sem prejuízo a minha pessoa.

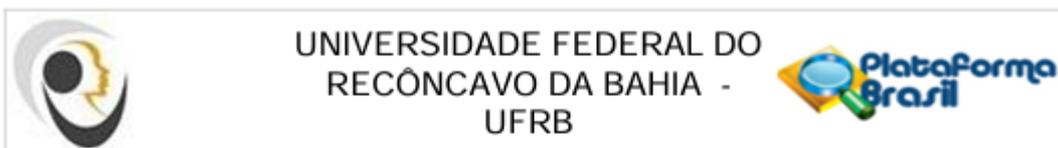
Esse Termo está em duas vias e ambas serão rubricadas e assinadas, sendo que uma das vias será obrigatoriamente entregue para você (participante), e outra de igual teor ficará guardada, sob sigilo, com os pesquisadores.

Eu, _____ declaro que li as informações contidas neste documento, fui devidamente informado (a) pelo entrevistador sobre os objetivos do estudo e uso das informações e concordo em participar da pesquisa. Declaro, ainda, que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

_____, ____ de _____ de 2024.

Pesquisador: Luís Oscar Silva Martins

Assinatura do Entrevistado



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PÓS-SELO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DA BAHIA SOB A EGIDE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Pesquisador: LUIS OSCAR SILVA MARTINS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 73281023.1.0000.0056

Instituição Proponente: Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade

Patrocinador Principal: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO-CNPQ

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.429.978

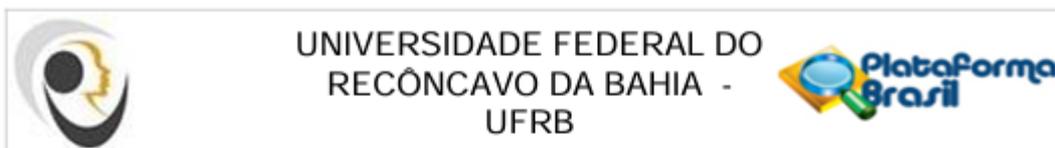
Apresentação do Projeto:

As informações dos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas do projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf, de 09/10/2023) e/ou Projeto Detalhado/Brochura Investigador (Projeto_IG_brochura.pdf, de 26/09/2023).

Resumo:

*A Indicação Geográfica (IG) é um ativo de propriedade industrial que está normatizada pela Lei nº 9.279/96, através de seus artigos 176 a 182 e compreende as seguintes modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Até o final de setembro de 2022 o Brasil tinha apenas 93 indicações geográficas. O contexto no qual se vincula uma IG parte da compreensão de que efetivamente este reconhecimento visa melhorar o potencial do produto e da região delimitada, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável. São quatro selos de IGs reconhecidos pelo INPI no estado da Bahia, que são: Vale do Submédio São Francisco (produto manga e uva), Microrregião de Abaíra (produto cachaça), Sul da Bahia (produto cacau) e Oeste da Bahia (produto café). Após uma prospecção tecnológica detalhada foi diagnosticado a carência de avaliação da sustentabilidade Pós-IG no Brasil e ainda a inexistência de avaliações das IGs do

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710,1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



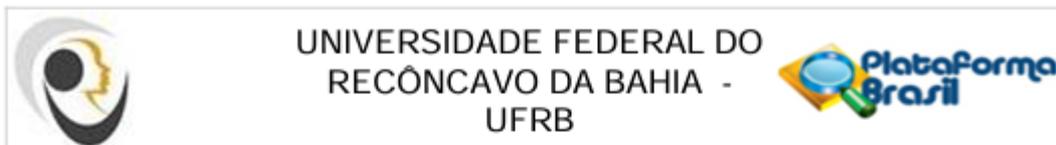
Continuação do Parecer: 6.429.978

Estado da Bahia. Esta avaliação de impactos da IG será realizada em convergência com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pautados na Agenda 2030 e com o intuito de atrelar o seu direcionamento com as políticas vinculadas ao desenvolvimento territorial, na perspectiva da sustentabilidade. Neste contexto, o presente estudo apresenta como problemática a seguinte questão: As Indicação Geográfica concedidas no Estado da Bahia tem ocasionado impactos no desenvolvimento do território à luz dos ODS? Será realizada uma adaptação da Metodologia de Avaliação de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais para Indicações Geográficas já validada pela Embrapa Uva e Vinho. Esses impactos serão avaliados e validados com a pesquisa de campo, realizada com os produtores, os seus substitutos processuais, diversos stakeholders que integram a cadeia produtiva, demonstrando a correlação entre a IG e os ODS, associados a questões de sustentabilidade da região delimitada". (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf, de 09/10/2023, p. 2).

Metodologia Proposta:

"Para melhor entendimento dos aspectos metodológicos a serem utilizados, esta seção foi dimensionada de acordo com os objetivos específicos desta proposta. O estudo busca construir um quadro lógico, sistematizando os indicadores e suas referidas métricas, a serem utilizados para avaliação dos indicadores de sustentabilidade nas IGs da Bahia. A pesquisa bibliográfica apresenta características exploratórias com abordagem qualitativa e quantitativa, com levantamento de dados primários e secundários (GIL, 2010). Com relação aos dados secundários, a fundamentação teórica possibilitará a compreensão das dimensões de sustentabilidade (econômica, social, ambiental e institucional) das IGs, da metodologia do SEBRAE (DATASEBRAE, 2020) de análise do potencial de estruturação e reconhecimento da IG e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela ONU. Este embasamento possibilitará uma melhor compreensão da temática, haja vista que o estudo se propõe a realizar uma adaptação da Metodologia de Avaliação de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais para Indicações Geográficas, desenvolvida e validada pela Embrapa Uva e Vinho (MELLO et al., 2014), adequando-a aos objetivos do estudo. A identificação de indicadores se dará a partir do Método de Decomposição, que combina ações dedutivas e indutivas (CAPANEMA et al., 2013). Objetivando avaliar os impactos da IGs, essa trajetória da identificação ocorrerá em seis etapas, conforme Figura 1 (No Projeto Anexo). Para cada uma das dimensões da sustentabilidade e os temas associados, serão detalhados diversos indicadores com as suas métricas de análise, sendo complementado com a fonte de obtenção do indicador e o local onde será obtido o referido dado.

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro CEP: 44.380-000
UF: BA Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 Fax: (75)99969-0502 E-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.429.978

Segue as dimensões e seus temas associados: 1) Dimensão Econômica (Impacto econômico no produtor; Impacto econômico no território). 2) Social (Condições para o incremento de qualidade de vida dos produtores; Condições para o desenvolvimento social no setor produtor e no território. Relações entre o produtor de cana-de-açúcar e de cachaça e incremento das dinâmicas cooperativas). 3) Ambiental (Uso dos recursos naturais; Uso de insumos agrícolas) 4) Institucional (Articulação institucional e desenvolvimento de atores locais; Fortalecimento de parcerias). A sistematização dos indicadores, adequados à realidade das IGs se constituirá como base para a elaboração dos questionários e desenvolvimento da pesquisa de campo a ser realizada junto aos diversos stakeholders que integram a cadeia produtiva das referidas IGs. Além disso, antes do questionário ser aplicado, bem como os demais elementos necessários para a pesquisa envolvendo seres humanos, serão submetidos ao Comitê de Ética. Os participantes da pesquisa serão os diretores das associações de cada uma das IGs consolidadas no estado da Bahia: Indicação de procedência Sul da Bahia (IG do cacau e do chocolate), Oeste da Bahia - Indicação de Procedência (IG do café verde do Oeste), Univale do São Francisco (IG Manga e Uva do Submédio do São Francisco) e aguardente de qualidade da microrregião de Abaíra (IG da cachaça de Abaíra). Os diretores das associações serão convidados, através de carta convite (Anexa à proposta), que será encaminhada ao e-mail institucional das associações. Os diretores das associações serão responsáveis por indicar os produtores que também irão participar da pesquisa. Os produtores serão convidados pelos diretores das associações através de carta convite específica (Anexa à proposta). O envio das cartas convites será realizado presencialmente, pelos diretores das associações, em contato direto com os produtores. A participação deles não será obrigatória, no entanto caso aceitem participar da pesquisa, serão esclarecidos através de evento de apresentação do projeto de pesquisa, bem como, demonstração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), anexo a este processo. O termo de anuência das instituições participantes (associações) também encontra-se anexo".

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf, de 09/10/2023, p. 3).

Objetivo da Pesquisa:

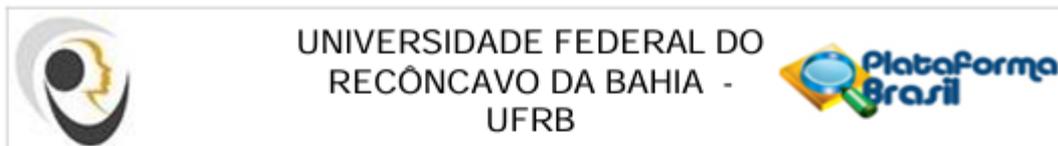
*Objetivo Primário:

Realizar a avaliação mediante indicadores de sustentabilidade econômica, social, ambiental e institucional, o Pós-Selo das indicações geográficas concedidas no estado da Bahia, sob a égide dos ODS.

Objetivo Secundário:

Realizar um panorama atual dos depósitos de Indicações Geográficas no Brasil, entre 1996 e 2022.

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.429.978

Analisar os entraves regulatórios, de políticas públicas, econômicos, agrônômicos, de infraestrutura e tecnológicos das cadeias produtivas no contexto de Indicações Geográficas do estado da Bahia. Identificar em que medida as IGs têm impactado no desenvolvimento rural sustentável vinculados as dimensões dos ODS, de acordo com o estado da arte. Identificar e avaliar os indicadores de impacto econômico, social, ambiental e institucional e sua convergência com os ODS nas IGs do Estado da Bahia. Discutir ações de gestão estratégica que contribuam com o fomento das IGs".

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf, de 09/10/2023, p. 3).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

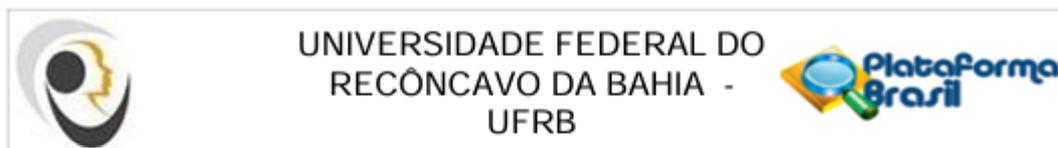
***Riscos:**

Importante ressaltar que os procedimentos para coleta de dados desta pesquisa não são agressivos, invasivos ou nocivos à saúde dos participantes. No entanto, os entrevistados poderão estar sujeitos a eventuais desconfortos durante o processo, tais como constrangimento, aborrecimento e não atendimento em relação a alguma pergunta. Para minimizar ou mesmo eliminar estes desconfortos, o pesquisador estará preparado para prestar esclarecimentos sobre as perguntas, mantendo um canal de comunicação constante com o entrevistado, para que ele possa relatar qualquer desconforto ou preocupação, permitindo uma resposta adequada e imediata. Além disso, a qualquer momento, a entrevista poderá ser interrompida pelo participante, buscando-se diálogo sobre o fato. Se buscará também um ambiente confortável para a realização da pesquisa, respeitando-se, inclusive, dia e horário, estipulado pelo participante. O entrevistado será informado sobre todos os procedimentos da pesquisa, de forma clara e objetiva. Será alertado também que todas as informações fornecidas serão tratadas com sigilo, garantindo sua privacidade e de seus dados. Os participantes também serão informados sobre os eventuais riscos da pesquisa, conforme detalhado acima, ficando cientes dos mesmos. O pesquisador estará preparado para esclarecer eventuais dúvidas sobre qualquer pergunta do instrumento de pesquisa, e estará atento a qualquer desconforto ou aborrecimento esboçado pelos entrevistados, mantendo o canal de comunicação sempre aberto para dirimir, ou até mesmo eliminar estes problemas.

Benefícios:

1. Estudo inédito no Estado da Bahia; 2. Captar os impactos econômicos, sociais, ambientais e institucionais nos territórios com Indicação Geográfica no estado da Bahia; 3. Captar os impactos das políticas públicas desenvolvidas neste sentido; 4. Identificação dos desafios e novas oportunidades para IGs selecionadas; 5. Estabelecer indicadores de sustentabilidade para avaliação das Indicações Geográficas da Bahia; 6. Possibilitar a realização da avaliação da IG pós conquista do

Endereço:	Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar - Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com		
Bairro:	Centro	CEP:	44.380-000
UF:	BA	Município:	CRUZ DAS ALMAS
Telefone:	(75)3621-6850	Fax:	(75)99969-0502
		E-mail:	eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.429.978

selo no aspecto econômico, social e ambiental e sua convergência com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);7. Auxiliar o processo de elaboração de políticas públicas que envolvam o desenvolvimento territorial em regiões com IG*.

(PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf, de 09/10/2023, p. 3 e 4).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, unicêntrico, com abordagem qualitativa e quantitativa, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFINIT) – CETENS – UFRB, financiado pelo CNPq. (Projeto_IG.pdf, de 18/07/2023).

Número de participantes no Brasil: 204.

Previsão de início do estudo (Pesquisa de Campo e aplicação dos Instrumentos da fase 1 (IG da cachaça)): 01/02/2024.

Previsão de encerramento do estudo (Divulgação dos resultados e preparação do relatório final de prestação de contas): 30/06/2025. (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf, de 09/10/2023, p. 4 e 5).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a Resolução CNS nº 510/2016 e complementares, sugere-se as seguintes adequações:

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.2 Solicitação atendida.

2. TCLE (TCLE.pdf, de 26/09/2023).

2.8 Solicitação atendida.

2.11 Solicitação atendida.

2.13 Solicitação atendida.

O estudo apresenta viabilidade ética e metodológica, estando em consonância com as diretrizes contidas na Resolução nº 510/2016, do CNS e complementares. Protocolo aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo aprovado e a coleta de dados poderá ser iniciada junto aos participantes da pesquisa. O

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710,1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.429.978

CEP/UFRB deseja sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e aguardará o recebimento do relatório final no prazo pertinentes previstos no cronograma, conforme a Resolução do CNS no 466/2012, item XI.2, letra d. O modelo dos relatórios encontra-se na página https://www2.ufrb.edu.br/cep/images/Formularios/Modelo_relatorio_parcia_ou_final.pdf.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2119158.pdf	09/10/2023 09:45:21		Aceito
Outros	Resposta_Parecer_CEP_6413130.docx	09/10/2023 09:36:01	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/10/2023 09:34:42	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_IG_brochura.pdf	26/09/2023 10:48:18	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/09/2023 10:46:50	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Outros	Carta_convite_Produtores.docx	26/09/2023 09:26:16	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Outros	Carta_convite_Diretores.docx	26/09/2023 09:25:52	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Outros	Resposta_CEP.pdf	26/09/2023 09:24:05	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_IG.pdf	26/09/2023 09:21:14	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Declaração do Patrocinador	Termo_Outorga_CNPq.pdf	17/08/2023 10:43:08	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito
Declaração de concordância	Cartas_Apoio.pdf	17/08/2023 10:41:53	LUIS OSCAR SILVA MARTINS	Aceito

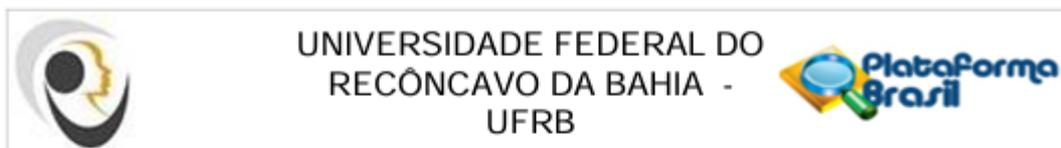
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.429.978

CRUZ DAS ALMAS, 17 de Outubro de 2023

Assinado por:
Sibele de Oliveira Tozetto Klein
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710, 1º andar-Prédio da Administração Central, sala da Comissão de Ética em Pesquisa com
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)99969-0502 **E-mail:** eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br

ANEXO B – Declaração de interesse



À Coordenadora de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT

A/c: Tatiane Luciano Balliano

Prezada Coordenadora,

Informamos que a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CACAU DO SUL DA BAHIA** manifesta apoio e interesse no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT com o título “**Indicadores de Sustentabilidade da Indicação de Procedência do Cacau do Sul da Bahia à luz dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**” desenvolvido pela mestranda **Maria Gabriella Alves Pereira**, CPF 074.570.195-70, matrícula nº 20231650007, no Ponto Focal do Instituto Federal da Bahia - IFBA, sob a orientação do professor Marcelo Santana Silva, com coorientação da Professora Ângela Maria Ferreira Lima, e nos colocamos à disposição para o apoio necessário ao cumprimento dos trabalhos.

Cordialmente,

Cristiano S. Sant'Ana
Diretor Executivo
Associação Cacau Sul Bahia
(73) 99938-1390

f



À

Coordenadora de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT

A/c: Tatiane Luciano Balliano

Prezada Coordenadora,

Informamos que o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA BAHIA - SEBRAE/BA**, manifesta apoio e interesse no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT com o título **“Indicadores de Sustentabilidade da Indicação de Procedência do Cacau do Sul da Bahia à luz dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”** desenvolvido pela mestrandia **Maria Gabriella Alves Pereira**, CPF 074.570.195-70, matrícula nº 20231650007, no Ponto Focal do Instituto Federal da Bahia - IFBA, sob a orientação do professor Marcelo Santana Silva, com coorientação da Professora Ângela Maria Ferreira Lima.

Informamos ainda, que o apoio se restringe à manifestação de interesse, não gerando obrigações técnicas ou financeiras para o SEBRAE/BA.

Cordialmente,

 Documento assinado digitalmente
LEONARDO DE MENEZES TELES
Data: 17/05/2023 08:57:23 -0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

LEONARDO DE M. TELES

Coordenador de Mercado e Internacionalização